



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**WELDON PEREIRA SILVA DE NOVAIS**

**O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA:  
Agricultura Capitalista Mundializada e Reprodução Fictícia de Capital**

João Pessoa – Paraíba  
Fevereiro de 2018

**WELDON PEREIRA SILVA DE NOVAIS**

**O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA:  
Agricultura Capitalista Mundializada e Reprodução Fictícia de Capital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Território, Trabalho e Ambiente.

**Linha de pesquisa:** Cidade e campo: Espaço e Trabalho.

**Orientador:** Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior.

João Pessoa – Paraíba  
Fevereiro de 2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

N935a Novais, Weldon Pereira Silva de.

O agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA:  
agricultura capitalista mundializada e reprodução  
fictícia de capital / Weldon Pereira Silva de Novais. -  
João Pessoa, 2018.  
156 f.

Orientação: Marco Antonio Mitidiero Junior.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Agronegócio do café. 2. Agricultura capitalista  
mundializada. 3. Capital fictício. 4. Commodities. I.  
Mitidiero Junior, Marco Antonio. II. Título.

UFPB/CCEN

**“O Agronegócio do Café em Vitória da Conquista-BA:  
Agricultura Capitalista Mundializada e Reprodução Fictícia de  
Capital”**


por

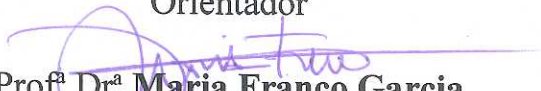
**Weldon Pereira Silva de Novais**


Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

  
**Prof. Dr. Marco Antonio Mitidieiro Junior**  
Orientador

  
**Profª Drª Maria Franco Garcia**  
Examinadora interna

  
**Prof. Dr. Fábio Teixeira Pitta**  
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curso de Mestrado em Geografia**

**Fevereiro/2018**

*“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,  
então somos companheiros.”*

(Che Guevara)

*“Amar e mudar as coisas me interessa mais.”*

(Alucinação, Belchior)

## DEDICATÓRIA

Não poderia deixar de registrar que além das dificuldades que por si só, compõem o caminho do mestrado, iniciei e terminei a escrita da minha dissertação, diante de uma fatídica turbulência na conjuntura política do Brasil, marcado por um golpe político-parlamentar-jurídico-midiático, em curso, que teve/tem efeitos devastadores, marcado por ataques aos direitos dos homens e mulheres que trabalham/vivem no campo e/ou na cidade. Nesse caldeirão de acontecimentos, aproveito a oportunidade para dizer o seguinte:

Dedico este trabalho aos homens e mulheres que trabalham/vivem no campo e/ou na cidade. A cada um de vocês que, assim como eu, estão sofrendo as consequências desse pesadelo nacional, não se desanimem! Como diria o saudoso Belchior, você não sente nem vê, mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo! Uma nova mudança em breve vai acontecer, e precisamos todos e todas rejuvenescer!

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil. É um trabalho tão árduo e repleto de desafios que é impossível fazê-lo sozinho sem apoio da família e de amigos. Esses dois anos de mestrado na Federal da Paraíba, me proporcionaram viver em João Pessoa e conhecer novas pessoas, comidas, lugares, música e fazer amigos e amigas que, certamente, levarei para a vida. As linhas que seguem são meus sinceros e eternos agradecimentos às pessoas que contribuíram de algum modo, seja de forma direta ou indireta, para que pudesse concluir mais esta etapa da minha vida.

À mainha e painho – Marlene e Rai –, vocês são verdadeiros heróis, sempre nos incentivaram e fizeram de tudo para que pudéssemos estudar e alcançar nossos objetivos. Estou concluindo meu mestrado, mas o título de mestre vai para vocês, por tudo que fizeram/fazem e representam para nós (seus filhos e filha)! Muito obrigado!

Aos meus irmãos (Diogo e Léo) e minha irmã (Valeria) por serem presentes, apoiadores e por me ajudarem em todos os percursos da minha vida. Estendo esses agradecimentos às minhas cunhadas (Milena e Cátia) e meu cunhado (Rodrigo), vocês são minha família. Muito obrigado por tudo!

À minha companheira, Janete, você foi o melhor presente que o mestrado me concedeu e levarei para a vida. Obrigado pelo companheirismo, pelo apoio de sempre (inclusive na construção desta dissertação) e, principalmente, por fazer parte da minha vida!

À Suzane Tosta e Jânio Diniz, orientadores, professores da graduação e eternos amigos, vocês são meus “pais intelectuais”, pois, me apresentaram o caminho de uma Geografia crítica por um mundo melhor. Muito obrigado!

À Lane, por nossa sólida amizade construída desde a graduação. Obrigado pelo apoio que me deu neste mestrado, desde o processo seletivo, acomodação na cidade de João Pessoa, adaptação no campus, enfim, por tudo que representa e fez por mim nessa etapa da minha vida!

Aproveito para estender meus sinceros agradecimentos à Jemeffer, pela amizade, apoio no processo seletivo de mestrado, adaptação ao campus e à vida em João Pessoa. Muito obrigado!

Aos companheiros e companheiras do “*Primeiras leituras*”, sem dúvida esta dissertação não seria a mesma sem nossas discussões semanais no centro de Geografia da

UFPB. Obrigado à Mikaelly, Lucas, Nielson, Humberto, Caio, Tatiana, Araci, Thiago, enfim, todos e todas que contribuíram diretamente com as reflexões deste texto. Grande abraço à tod@s seguidores da matriz filosófica do “*Nielsismo*”!

Às professoras e professores do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, cada um de vocês contribuiu ao seu modo para realização deste trabalho. Obrigado, mestres!

À Sonia, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB (PPGG/UFPB), por sua disposição e solidariedade em nos ajudar a resolver as demandas burocráticas do programa. Muito obrigado!

Aos meus colegas de mestrado, a cada um de vocês, o meu agradecimento por contribuir de algum modo com esta pesquisa.

Ao Joaquim, pela amizade e convívio nesses dois anos de mestrado na capital paraibana. Muito obrigado, brother!

À professora Maria Franco, que tive a honra de conhecer após uma reunião do “*Primeiras leituras*”. A sua participação em minha banca de qualificação associada a algumas conversas que tivemos, foram essenciais para me ajudar nas reflexões do meu objeto. Muito obrigado pelos ensinamentos!

Estendo esses agradecimentos ao professor Fábio Pitta pela participação em minha banca de qualificação e por suas importantes contribuições naquele estágio da pesquisa. Obrigado pelas conversas e textos enviados por e-mail, nosso contato ajudou-me muito a entender melhor as questões acerca do capital fictício e da crise do capital. Obrigado pelos ensinamentos!

Ao professor Marco Mitidiero, orientador, amigo e companheiro de luta! Esta pesquisa de mestrado foi escrita a quatro mãos, não tenho palavras para expressar o quanto aprendi nesses dois anos sob sua orientação. Registro aqui, minha admiração pela sua indignação ao modelo de sociabilidade em que vivemos (desigual e desumano). Sua disposição e empenho para transformar o mundo num modelo de sociedade mais justa e humanitária, nos servem de inspiração para seguirmos firme nessa luta! Muito obrigado pelos ensinamentos teórico-práticos que transcendem os muros da universidade e servem para a vida!

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa, pois, sem isso, não seríamos capazes de realizá-la. Estendo os agradecimentos à Universidade Federal da Paraíba, que é pública e



tem ensino de qualidade. Obrigado por me oportunizar cursar uma pós-graduação em nível de mestrado.

## RESUMO

Esta dissertação teve como propósito compreender os mecanismos da reprodução capitalista no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Essa tarefa nos colocou diante do desafio de entender, em primeiro lugar, as bases que permitiram a consolidação desse setor aos moldes de uma agricultura capitalista mundializada. Para isso, debruçamo-nos na análise acerca da geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Conquista, com recorte temporal de 1960-1990, período marcado pelo avanço do capital no campo brasileiro e expansão espacial da cafeicultura no país sob o projeto de consolidação de um modelo agroexportador de *commodities*. Modelo este, resultado da expansão geográfica do capital dos países do centro para a periferia capitalista, diante da sua própria crise-acumulação. A partir dos anos de 1990, o agronegócio do café firma-se enquanto um modelo de agricultura capitalista mundializada e foi analisado como um processo intercambiado da extensão das práticas neoliberais e da mundialização do capital. Nesse contexto, o mercado mundial de café que antes era controlado pelo Estado de diferentes países, ficou nas mãos das *tradings* e das indústrias de torrefação e moagem que são grupos de multinacionais que promoveram a concentração e monopolização do setor em escala global. Não poderíamos deixar de assinalar que um dos principais pilares dessa agricultura capitalista mundializada é a produção de alimentos em forma de *commodities*, que tem seus preços regulados nas bolsas de valores e mercados futuros. Desse modo, urgiu a necessidade de entender a reprodução fictícia de capital nesse setor e, nesse aspecto, verificamos a determinação da lógica especulativa do capital fictício na produção capitalista do espaço no agronegócio do café, impondo o ritmo dessa produção a tempos futuros e, com isso, intensificando a concorrência capitalista. Essa dinâmica vem aprofundando a crise-acumulação, ampliando a superexploração do trabalho, promovendo o aumento substancial da produção e produtividade para suprir a lógica do capital fictício em se apropriar da mais-valia real produzida pelo capital produtivo. Esse atual cenário do agronegócio do café, em tempos neoliberais e sob o domínio das finanças, coloca em evidência, dentre outras coisas, a produção de alimentos em forma de *commodities* como uma prática dessa agricultura de negócio que está preocupada em atender as necessidades da acumulação fictícia e, portanto, não está à serviço da produção de comida para satisfazer as necessidades humanas.

**Palavras-chave:** Agronegócio do café. Agricultura capitalista mundializada. Capital fictício. *Commodities*.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the mechanisms of capitalist reproduction in coffee agribusiness in Vitória da Conquista-BA. This task put us before the challenge of understanding, in the first place, the bases that allowed the consolidation of this sector to the molds of a globalized capitalist agriculture. To that end, we analyze the historical geography of capitalism in the formation of coffee agribusiness in Conquista, with a temporal cut of 1960-1990, a period marked by the advance of capital in the Brazilian countryside and the spatial expansion of coffee cultivation in the country under the project consolidation of a commodity agroexport model. This model, the result of the geographic expansion of capital from the countries of the center to the capitalist periphery, in the face of its own crisis-accumulation. Since the 1990s, coffee agribusiness has established itself as a model of globalized capitalist agriculture and has been analyzed as an interchange of the extension of neoliberal practices and the globalization of capital. In this context, the world coffee market that was previously controlled by the State of different countries, was in the hands of the tradings and roasting and grinding industries that are groups of multinationals that promoted the concentration and monopolization of the sector on a global scale. We could not fail to point out that one of the main pillars of this globalized capitalist agriculture is the production of food in the form of commodities, which has its prices regulated in the stock exchanges and futures markets. In this way, we urged the need to understand the fictitious reproduction of capital in this sector and, in this regard, we verify the determination of the speculative logic of fictitious capital in the capitalist production of space in the coffee agribusiness, imposing the rhythm of this production in future times and, with increasing capitalist competition. This dynamics has deepened the crisis-accumulation, expanding the superexploitation of labor, promoting a substantial increase in production and productivity to supply the logic of fictitious capital in appropriating the real surplus value produced by productive capital. This current scenario of coffee agribusiness in neoliberal times and under the dominance of finance highlights, among other things, the production of food in the form of commodities as a practice of this business agriculture that is concerned with meeting the needs of accumulation fictitious and therefore is not at the service of food production to meet human needs.

**Keywords:** Agribusiness of coffee. Globalized capitalist agriculture. Fictitious capital. Commodities.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul Baiano.....	20
Mapa 02	Mapa da área plantada de café em 1975.....	47
Mapa 03	Mapa da área plantada de café em 1985.....	49
Mapa 04	Municípios produtores de café na região do Planalto da Conquista.....	52
Mapa 05	Armazém de café 2013.....	90
Mapa 06	Mapeamento do café no Estado da Bahia.....	95

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	10 empresas monopolistas mundiais do ramo alimentício são donas de quase tudo que consumimos.....	76
Figura 02	Características do café arábica x conilon.....	79
Figura 03	Diagrama do sistema agroindustrial de café no Brasil.....	99
Figura 04	Série histórica da produtividade média dos quatro maiores produtores de café arábica em 2015.....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Série histórica da bienalidade do café (arábica e conilon) em milhões de sacas.....	88
Gráfico 02	Principais municípios produtores de café no Planalto da Conquista-BA – 2009: produção em toneladas.....	97
Gráfico 03	Importação mundial de café e negociação de contratos futuros.....	131

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Produção e consumo de NPK e frota de tratores na agricultura brasileira (1950-1980).....	38
Tabela 02	Crédito rural contratado no Brasil 1970-1980.....	57
Tabela 03	Distribuição da População Urbana e Rural – Vitória da Conquista/BA – 1940/2010.....	62
Tabela 04	Estatísticas dos principais países produtores, exportadores e importadores de café.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
AIC	Acordo Internacional de Café
BA	Bahia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAIS	Complexos Agroindustriais
CECAFE	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
COOPMAC	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DG	Departamento de Geografia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEAU	Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OIC	Organização Internacional do Café
OMC	Organização Mundial do Comércio
PRRC	Plano de Renovação e Revigoramento do Café
SNRC	Sistema Nacional de Crédito
SEI/BA	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEAGRI/BA	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Agricultura da Bahia
SNRC	Sistema Nacional de Crédito
SUDIC	Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (1960-1990)</b> .....	28
1.1. A modernização da agricultura brasileira no contexto mundial.....	28
1.2. Os complexos agroindustriais e a integração técnica da agricultura-indústria.....	37
1.3. Integração de capitais na agricultura.....	41
1.4. Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC) e a expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista/BA.....	45
1.5. A expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista/BA: elementos analíticos gerais para compor o debate.....	55
<b>CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA CAPITALISTA MUNDIALIZADA E OS MECANISMOS DA PRODUÇÃO-COMERCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1990 até os dias atuais)</b> .....	65
2.1. Neoliberalismo e o Estado Neoliberal.....	65
2.2. A mundialização da agricultura brasileira.....	70
2.3. Caracterização do agronegócio do café.....	77
2.3.1. O agronegócio do café em escala global.....	77
2.3.2. O agronegócio do café em escala nacional.....	81
2.4. Agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA: os mecanismos espaciais da produção-comercialização.....	94
<b>CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: A REPRODUÇÃO FICTÍCIA DE CAPITAL NO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA</b> .....	110
3.1. Apontamentos teóricos sobre o capital financeiro (fictício) no capitalismo contemporâneo.....	111
3.2. O café enquanto <i>commodity</i> negociada nos mercados futuros.....	119

3.3. A reprodução fictícia de capital e a produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA.....	123
3.3.1. Alguns apontamentos de análise.....	123
3.3.2. A mercadoria e o dinheiro: o processo de reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA.....	124
3.3.3. A produção capitalista do espaço sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA.....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem se expressado de forma cada vez mais contundente o aprofundamento das contradições sistêmicas e da própria crise do capital, colocando em evidência seus limites estruturais e existenciais enquanto uma relação social. Como explica Mézáros (2002, p.604-609), uma das principais implicações desse processo, é a intensificação da subordinação das necessidades humanas aos imperativos alienados da geração de riqueza sob os domínios do capital.

Os anos de 1990 foram marcados pela mundialização do capital e expansão das práticas neoliberais, promovendo à abertura de mercados, inclusive de capitais. Com isso, a economia global que antes era controlada pelo Estado, passou a funcionar sob o comando do mercado mundial financeirizado.

Diante dessas transformações, o *capitalismo de cassino* assume a direção como forma de acumulação dominante do capital (KURZ, 1995) e, nesses termos, o mercado financeiro, na figura das bolsas de valores e mercados futuros, tornou-se protagonista da economia global, ou seja, o mercado mundial passou a ser regido pela égide das finanças.

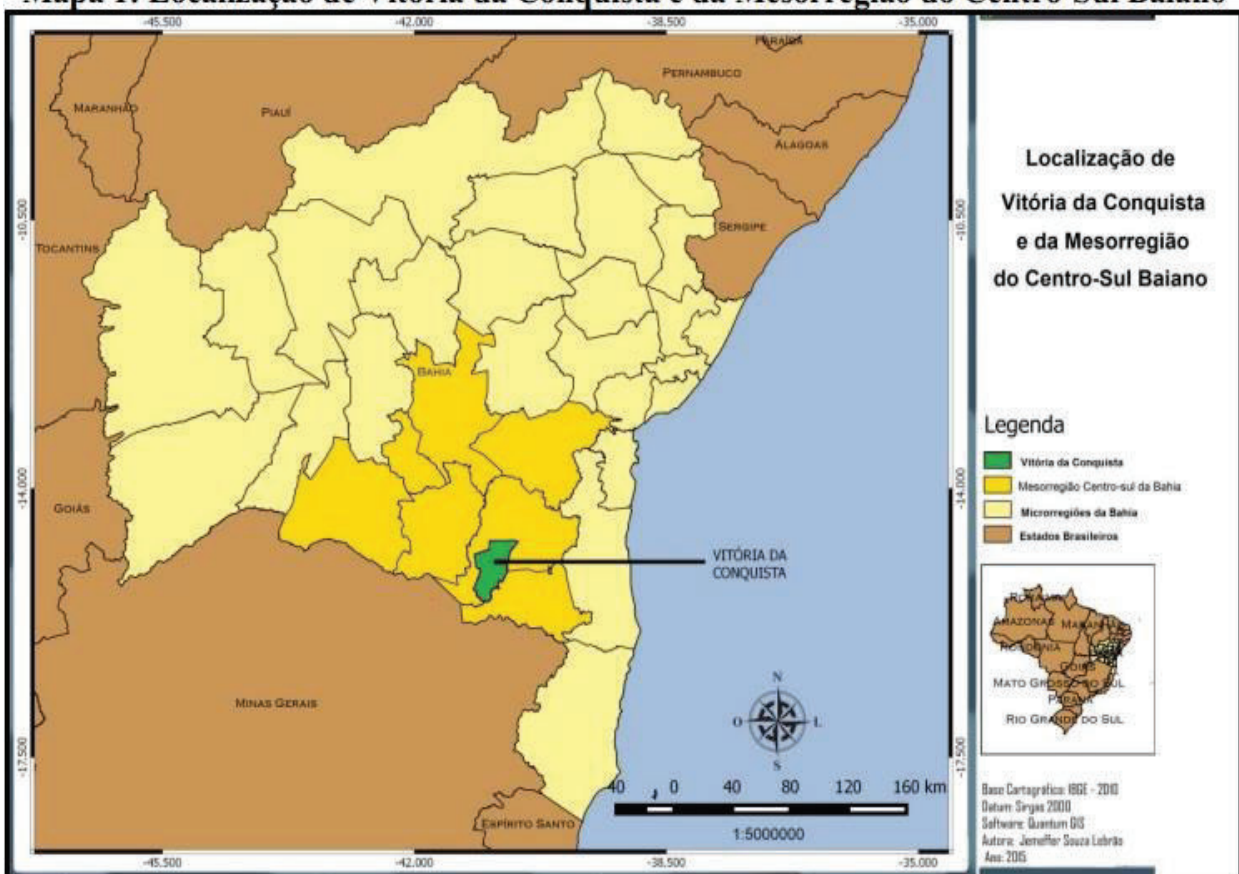
Os limites estruturais dessa conjuntura vieram à tona para a população mundial na crise financeira de 2008. O estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2008 e a crise mundial da produção de alimentos, no mesmo ano, são algumas das manifestações do agravamento da crise estrutural do capital em dimensão planetária. As tentativas de aquecimento da economia internacional por meio de mecanismos financeiros como a securitização das dívidas – colocando a possibilidade do pagamento de dívidas com novas dívidas – ampliam os circuitos deficitários e, conseqüentemente, as bolhas especulativas.

A agricultura capitalista mundial contemporânea está inscrita nesse contexto de agudização dessa crise estrutural, da subordinação das necessidades humanas à lógica do capital, da liberalização dos mercados e da acumulação capitalista sob o domínio das finanças. Nesse sentido, Oliveira A.U. (2016) explica que um dos principais pilares dessa agricultura capitalista é a *commoditização* dos alimentos, comandada por grupos monopolistas mundiais que atuam como especuladores nas bolsas de valores e mercados futuros. Algumas das principais *commodities* (mercadorias de origem agropecuária e mineral comercializadas como ativo financeiro nos mercados futuros), negociadas nesses mercados são: o trigo, a soja, o minério e o café.

Diante dessas questões que envolvem o modelo dessa agricultura capitalista contemporânea, em seu caráter mundializado e sob o domínio das finanças, realizamos nesta dissertação de mestrado, estudos sobre a temática do agronegócio do café no município de Vitória da Conquista – Bahia.

Uma interseção válida para destacar alguns aspectos gerais sobre Vitória da Conquista-BA: a cidade está localizada na mesorregião do centro-sul baiano a, aproximadamente, 509 km da capital baiana (Salvador), com uma população em torno de 346 mil habitantes, a uma altitude média de 923 metros e num relevo de planalto. É conhecida por suas temperaturas amenas no inverno, sendo intitulada por alguns aparelhos midiáticos de “Suíça Baiana”. O clima frio no inverno associado à formação geomorfológica e demais elementos naturais, são propícios para a cultura do café arábica produzido no município, que é conhecido nacionalmente pela sua excelência e exportação para diversos países do mundo.

**Mapa 1: Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul Baiano**



**Elaboração:** Lucas Araújo e Jemeffer Souza Lebrão (2015)

**Mapa 1:** Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul Baiano

**Fonte:** Santana (2016, p.19).

O interesse inicial sobre esse tema de pesquisa é uma história de longa data e inicia-se no período da graduação em Geografia. Nesse sentido, a construção do presente trabalho é produto da participação em pesquisa na qualidade de bolsista de iniciação científica nos anos de 2010 a 2013, intitulada “*Luta pelo trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista-Bahia: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do urbano*”, coordenada pela professora Dr<sup>a</sup> Suzane Tosta Souza, vinculada ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU) e Departamento de Geografia (DG) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Durante esses anos de experiência, o trabalho realizado junto aos colegas do grupo de pesquisa, professores, bem como, entrevistas realizadas com a classe trabalhadora no *locus* da cidade, possibilitou desenvolver estudos relacionados sobre trabalhadores e trabalhadoras da periferia urbana de Vitória da Conquista.

A respeito desses trabalhadores, foi possível analisar, segundo Souza (2008), que eles foram expropriados das suas terras no processo da expansão da cafeicultura em Vitória da Conquista–Bahia em meados de 1970 e foram condicionados às mais diversas formas de sujeição ao capital, desde o trabalho precarizado nas fazendas de café e/ou subemprego na cidade, até mesmo ao desemprego completo (estrutural). Sem terra e sem condição de reprodução da vida, muitos deles foram buscar alternativas dessa reprodução na periferia urbana conquistense.

Durante esse processo de investigação, verificamos a sujeição desses trabalhadores à lógica do modo capitalista de produção, em particular, ao agronegócio do café. Nesse sentido, já na iniciação científica, vimos à necessidade em dar prosseguimento aos estudos acadêmicos que envolviam o papel do café nesse município como recorte de pesquisa, pois, tratava-se de um tema complexo, atual e que precisava ser desvelado e discutido de forma mais aprofundada em nossas pesquisas.

E é nesse sentido que o propósito principal desta dissertação de mestrado foi a de compreender os mecanismos da reprodução capitalista no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Para compreender esse fenômeno, foi preciso ao longo desse percurso: a) desvelar a geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista; b) analisar os mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café diante do mercado mundial dessa *commodity*; c) entender a reprodução fictícia de capital no café.

Todos esses objetivos apontados foram essenciais para a compreensão do agronegócio do café nessa localidade, enquanto uma agricultura capitalista mundializada, em tempos neoliberais e sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício. Nesse sentido, acreditamos no potencial de contribuição desta pesquisa para pensarmos e discutirmos sobre a produção mundial de alimentos em forma de *commodities* enquanto o próprio limite estrutural do capital que, nesse modelo de agricultura capitalista, não está preocupada em atender as necessidades humanas de alimentação, mas sim, as necessidades de acumulação do capital.

É importante esclarecer que o termo *agronegócio* está presente no corpo deste texto de dissertação e carece de uma explicação. Ancoramo-nos nas formulações de Oliveira A.U. (2003, 2007), para explicar que esse termo é uma concepção neoliberal e surge no Brasil como tradução da expressão estadunidense “*agribusiness*” (grosso modo significa agricultura de negócio). Nesses termos, definia-se, assim, essa atividade econômica no campo brasileiro que consistia em uma agricultura de negócio mundializada exportadora de *commodities*, sob a égide das finanças.

Diante dessas considerações, assumimos nesta dissertação, a utilização do termo *agronegócio* sob a perspectiva crítica, ou seja, no sentido de desvendá-lo, e creio ser imperativo enfatizar, enquanto um modelo de agricultura capitalista mundializada direcionada para atender as necessidades de acumulação do capital sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício à custa da degradação da natureza e da própria vida humana, seja pelo desmatamento florestal, poluição dos rios e/ou no uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos. Desse modo, entendemos que o agronegócio é um modelo de agricultura capitalista que não se preocupa em produzir alimentos para satisfazer as necessidades humanas, pois, o objetivo que move essa agricultura de negócio é a lógica do capital financeiro (fictício) internacional.

Do ponto de vista investigativo, esta pesquisa foi desenvolvida ao longo de dois anos de trabalho e dedicação exclusiva para tentar responder as nossas inquietações sobre o agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Nesse sentido, uma das etapas essenciais para desdobramento desse processo foi estabelecer nosso recorte espacial e temporal de pesquisa, pois, possibilitou apreender o movimento do nosso objeto no espaço e no tempo.

O recorte espacial de nossa pesquisa foi o Planalto da Conquista com ênfase na cidade, enquanto *lócus* de concentração do processo de comercialização do café produzido nessa área. É importante esclarecer que esse café não é produzido exclusivamente no

município em questão, mas no Planalto da Conquista (área produtora desse café da espécie arábica, composta por 11 municípios), sendo que, a cidade de Vitória da Conquista, é responsável pela concentração do processo de comercialização desse produto e exportação para diversos países.

Nesse sentido, essas relações de produção e comercialização do café diante do mercado mundial dessa *commodity*, evidenciaram-nos, de imediato, uma complexa dinâmica espacial que envolve a interação entre o Planalto, a cidade e o mundo. A emergência dessas diversas interações no espaço direcionou-nos a trabalhar sob a perspectiva da articulação entre variadas escalas para apreender essa dinâmica espacial.

Ancoramo-nos, teórico-metodologicamente, nas formulações de Smith (2002) e Federico (2014) para analisar essa dinâmica espacial do café por meio da escala geográfica, isto é, uma escala socialmente produzida diante de conflitos, cooperação e competição entre os diferentes agentes envolvidos – cafeicultores, corretores de café físico, exportadoras, indústria de torrefação e moagem, Estado, especuladores de mercados futuros – que atuam em diferentes escalas de ação (da escala local à global). Verificamos, por exemplo, que a escala geográfica de ação do cafeicultor é local, enquanto a escala de ação das exportadoras localizadas na cidade é global. Nesse contexto, é oportuno assinalar que identificamos a subordinação dessa dinâmica espacial do café ao mercado mundial dessa *commodity*.

Nessa direção, o recorte temporal foi dividido em dois ciclos: a) 1960-1990 que objetivou entender geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA; b) 1990 até os dias atuais com o propósito de desvelar o agronegócio do café nessa cidade enquanto uma agricultura capitalista mundializada em tempos neoliberais e de um capitalismo monopolista mundializado e sob o domínio das finanças.

A unidade entre a teoria e prática esteve presente ao longo desta investigação como princípio indissociável, por acreditarmos na sua viabilidade metodológica de possibilitar apreensão do fenômeno na realidade concreta tal como ele é através da mediação dialética entre concreto e abstrato. Desse modo, os procedimentos de: a) levantamento, leituras e fichamentos bibliográficos; b) levantamento e sistematização dos dados; c) trabalho de campo, sistematização e análise de entrevistas, não aconteceram rigidamente nessa ordem e foram analisados de modo associado, sendo que, em alguns casos, elas aconteceram concomitantemente.

Com relação aos autores estudados para desdobramento desta pesquisa, destacam-se: Oliveira A.U. (2003, 2007, 2015, 2016), Frederico (2013, 2014), Elias (2003), Harvey (2005, 2007, 2011, 2013), Marx (1996, 2008, 2013), Delgado (1985, 2012), Carcanholo; Sabadini (2015), Carcanholo; Nakatani (2015), Gomes (2015), Belluzo (2013), Grespan (2012) e Kurz (1995, 1997, 2014). Do ponto de vista geral, esse conjunto de autores foi essencial para entender o agronegócio do café enquanto uma agricultura capitalista mundializada sob os domínios da lógica especulativa do capital fictício.

Do ponto de vista de literaturas que trataram da problemática do café em Vitória da Conquista-BA, recorreremos a diversos trabalhos dessa natureza, tais como: Santana (2016), Souza (2008), Soares (2011), Di Lauro (2011), Dutra Neto (2004) e Júnior (2012). Esses trabalhos, sem dúvida, contribuíram significativamente para amadurecimento e aprofundamento das questões locais que envolvem o café.

A fonte de dados sobre o tema desta dissertação foi, fundamentalmente, obtida em sites de instituições públicas e privada, revistas e jornais digitais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFE), Organização Internacional de Café (OIC), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Consórcio Pesquisa Café, Revista Cafeicultura, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Notícias Agrícolas, entre outras.

A sistematização e análises desses dados foram elementos importantes para entender o agronegócio do café. A respeito disso, podemos citar a produção de café no Planalto da Conquista da espécie arábica e sua importância em escala nacional para exportação do produto; a posição do Brasil no *ranking* como maior produtor e exportador de café do mundo; os principais países exportadores de café do mundo e os principais países importadores do café nacional. Desse modo, essa etapa da pesquisa foi de fundamental importância no auxílio da caracterização e análise do nosso objeto de estudo.

Destacamos, também, a importância do trabalho de campo, pois, nos colocou diante da realidade concreta pesquisada. Esse trabalho foi dividido em dois momentos. O primeiro momento aconteceu no mês de Agosto de 2016, no qual foi realizada entrevista semielaborada e conversas informais com representantes de instituições públicas. Nesse sentido, realizamos trabalho de campo em três locais: na Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória da



Conquista-BA; no Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e por último, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da cidade.

A forma de exposição dessas entrevistas no texto foi organizada da seguinte maneira: a entrevista realizada na Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória da Conquista-BA aparece citada no texto como: Secretaria Municipal de Agricultura de Conquista, entrevista concedida em agosto de 2016; a entrevista realizada no Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) foi citada no texto como: Coordenação da pós-graduação em Café da UESB, entrevista concedida em agosto de 2016; a conversa realizada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aparece no texto como: IBGE-Vitória da Conquista, conversa concedida em agosto de 2016.

As entrevistas e conversas com esses sujeitos foram de extrema importância para a presente pesquisa, primeiro por se tratar de nosso primeiro contato com o campo e, em segundo lugar, em função das importantes informações que obtivemos a respeito do processo de produção-comercialização do café em Vitória da Conquista e o papel do Estado nesse setor.

Sobre isso, podemos assinalar alguns apontamentos gerais dessa primeira etapa do campo, tais como: o café produzido no Planalto da Conquista é da espécie arábica; o café no Planalto é produzido por camponeses<sup>1</sup> e capitalistas; a produção do café no Planalto é vendida em Vitória da Conquista e daí toma o mercado externo e/ou interno; principalmente entre as décadas de 1960 até 1980 o Estado concedeu vultosos empréstimos para promover a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA; na contemporaneidade, o Estado atua no Planalto da Conquista, principalmente, por meio de investimento em pesquisas voltadas para o café, como por exemplo, pela pós-graduação em Café da UESB.

Além disso, nessa primeira etapa, tivemos oportunidade de realizar conversas informais com alguns economistas e agrônomos formados na UESB, o que por sua vez,

---

<sup>1</sup> O conceito de camponês assumido neste trabalho é o proposto pelas formulações de Paulino; Almeida (2010) no sentido de que o núcleo da questão camponesa é entendê-lo como modo de vida e, nesse sentido, a agricultura familiar camponesa tem como elemento central de sua sociabilidade a produção de comida para satisfazer as necessidades da família. Por isso, esse modelo de agricultura é diferente da agricultura capitalista em que o lucro é o elemento central de sociabilidade. Para maiores informações sobre esse conceito, verificar em: PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2010.

agregou mais conhecimento sobre o processo de produção-comercialização do café em Vitória da Conquista e, ainda, auxiliou no levantamento dos sujeitos da pesquisa ligados à exportação de café na cidade.

Nesse contexto, no mês de janeiro e parte de fevereiro de 2017, realizamos a segunda etapa do trabalho de campo com as empresas ligadas à exportação de café na referida cidade, assinaladas a seguir: UNICAFÉ, BRANDÃO & FILHO, OUTSPAM, STOCKLER, VOLCAFÉ, EISA<sup>2</sup>. Além dessas, foi possível realizar entrevistas e conversas com corretores de café físico da cidade e com a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC). É necessário assinalar a imensa dificuldade encontrada para realizar essa atividade. Foram mais de 40 dias em campo, em inúmeras tentativas de conseguir realizar entrevistas já que, na maioria das vezes, por conta da dinâmica agitada do mercado de compra e venda de café, os entrevistados não possuíam o mínimo de tempo para conceder uma conversa.

Com a finalidade de preservar a identidade desses sujeitos com quem estabelecemos contato, a forma de exposição dessas entrevistas no texto foi organizada da seguinte maneira: as entrevistas realizadas com as exportadoras serão citadas no texto como: Exportadora 1, entrevista concedida em janeiro de 2017, Exportadora 2, entrevista concedida em janeiro de 2017 etc. Na mesma direção, as entrevistas realizadas com os corretores de café serão citadas no texto como: Corretor 1, entrevista concedida em janeiro de 2017, Corretor 2, entrevista concedida em janeiro de 2017 etc. Diferentemente dessas assinaladas, a entrevista realizada com a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), será citada no texto como: COOPMAC, entrevista concedida em janeiro de 2017.

Assim, nessa segunda etapa do campo, podemos assinalar alguns apontamentos gerais para a presente pesquisa, tais como: caracterização do processo de produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, desde o plantio do produto até ser destinado para a exportação e/ou mercado interno nas indústrias de torrefação; o café é uma *commodity* e, portanto, o preço do café da espécie arábica, comercializado nessa cidade, é regulado pela Bolsa de Valores de Nova Iorque e pelo dólar; o preço do café oscila constantemente ao longo do dia, em função das operações da bolsa e do dólar; produtores e compradores de café em Conquista precisam estar “antenados” com o mercado futuro e as especulações desse mercado no ato da compra e venda do café; o café comercializado em

---

<sup>2</sup> Essas empresas exportadoras estão devidamente discriminadas no capítulo 2 desta dissertação.

Vitória da Conquista é vendido para vários países do mundo, como por exemplo, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Iraque e Japão.

A análise dos dados, dessa segunda etapa do campo, foi fundamental para entender os mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café diante do mercado mundial dessa *commodity* e, também, entender essa dinâmica por meio da geografia da acumulação capitalista sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício, uma vez que, produtores e até mesmo consumidores são subordinados a essa lógica especulativa ao longo do processo de produção-comercialização do café.

Diante dessas discussões e dos resultados obtidos nesta pesquisa, decidimos sistematizar a estrutura do texto desta dissertação em 3 capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No **capítulo 1**, propomos a discussão sobre a geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista (1960-1990). Nesse sentido, analisamos a expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista inserida num contexto global de expansão geográfica do capital diante de sua própria crise-acumulação.

No **capítulo 2**, propomos a discussão acerca da agricultura capitalista mundializada e dos mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista (de 1990 até os dias atuais). Desse modo, analisamos a organização capitalista do espaço, nesse setor, diante da expansão do neoliberalismo e da mundialização do capital em seu caráter monopolista financista.

No **capítulo 3**, tivemos como propósito discutir a geografia da acumulação capitalista, do ponto de vista da reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista. Nesses termos, discutimos as implicações desse fenômeno sobre os sujeitos e/ou agentes locais ligados a esse setor.

Finalmente, como última parte do texto desta dissertação, apresentamos nossas considerações finais.

## **CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (1960-1990)**

O processo histórico de modernização da agricultura brasileira, que se deu basicamente, no início dos anos 1960, está inscrito no movimento global de expansão do capital em crise-acumulação<sup>3</sup>. Os chamados complexos agroindustriais fazem parte desse contexto histórico e foram responsáveis pela integração entre agricultura e indústria. Esses são alguns dos elementos principais para entender o fenômeno de expansão das lavouras de café pelo país enquanto um projeto para aumentar a representatividade do Brasil no *ranking* de exportação desses grãos.

Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo principal discutir a geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. O recorte temporal do capítulo foi pensado no sentido de compreender as bases para formação desse agronegócio que ocorreu, sobretudo, em 1960-1990 pela expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista movida pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). Esse processo foi analisado, basicamente, no contexto de modernização da agricultura brasileira e integração entre agricultura-indústria, financiados pelo Estado brasileiro para constituição de uma agricultura capitalista para fins de exportação (modelo agroexportador de *commodities*). Desse modo, esse processo de expansão espacial do café atendeu ao projeto do capital em escala global que, diante de sua crise-acumulação, buscou novos espaços de acumulação, o que por sua vez, implicou no desenvolvimento desigual espacial.

### **1.1. A modernização da agricultura brasileira no contexto mundial**

A chamada modernização da agricultura brasileira se deu, basicamente, a partir dos anos 1960. Esse processo se caracterizou pela forte presença do Estado no financiamento dos projetos de modernização. Esse processo de modernização da agricultura foi regido pela necessidade de expansão geográfica do capital, em escala global, que promoveu intensa

---

<sup>3</sup> Estamos nos referindo à crise (estrutural do capital) no processo de valorização do valor, ou seja, uma crise sistêmica de acumulação capitalista. Sobre isso, consultar Pitta; Mendonça (2014).

desigualdade no espaço agrário nacional, como por exemplo, a intensificação da concentração de terras, que por sua vez, implicou, dentre outras coisas, na expropriação de camponeses e na proletarização rural.

Para compreender essa lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capital no campo brasileiro, nos ancoramos teoricamente nas formulações de Harvey (2005, p.144-147) que nos auxiliam na explicação desse fenômeno por meio de uma geografia histórica do capitalismo em escala global, ou seja, a modernização da agricultura brasileira, nessa perspectiva de análise, é entendida como um processo que está inscrito em relações espaciais de desenvolvimento histórico do capitalismo mundial que, diante de uma crise-acumulação do capital, que ocorreu, basicamente, entre os anos de 1950 e início dos anos 1970, capitais ociosos expandiram-se geograficamente pelo mundo, na busca de novos espaços de acumulação e, desse modo, expandiram consigo suas próprias contradições sistêmicas.

A tarefa de desvelar os aspectos da modernização da agricultura brasileira e as mudanças ocorridas no campo, nesses termos, compete no propósito de compreender as dinâmicas do processo de produção e organização capitalista do espaço em escala global e, como isso, entender como se manifestam suas contradições por meio das transformações histórico-geográficas (HARVEY, 2005, p.145).

De modo mais detalhado, podemos explicar que a partir dos anos de 1950, e mais intensamente, na crise de 1970, os países do centro capitalista passavam por um fenômeno de superacumulação de capital e precisavam de novos espaços para sua expansão e reprodução. Assim, os capitais ociosos dos centros industriais-financeiros precisavam entrar nos países de periferia de desenvolvimento capitalista como forma de garantir a circulação do capital e, portanto, sua reprodução. Os Estados dos países periféricos por meio de aliança com o capital internacional viabilizou a exportação de capitais do centro para a periferia (PITTA, 2011).

Muitos países da periferia capitalista, dentre eles o Brasil, contaram com a forte presença do Estado para firmar aliança com o capital internacional para obtenção de empréstimos e créditos com os países do centro. O discurso de realizar um amplo projeto desenvolvimentista de modernização para alcançar os níveis de desenvolvimento dos países do centro capitalistas foi à tônica dominante.

Como análise a esse projeto desenvolvimentista, Francisco de Oliveira na obra intitulada “*Crítica a Razão Dualista – o Ornitorrinco*”<sup>4</sup>, explica que o chamado subdesenvolvimento dos países da periferia não é uma fase do capitalismo que pode ser superada com investimentos em modernização para atingir os níveis de desenvolvimento dos países centrais. Para o autor, o subdesenvolvimento diz respeito a uma lógica de desenvolvimento desigual do capital e, conseqüentemente, esse projeto de modernização implantado nos países subdesenvolvidos, nada mais é do que uma nova dinâmica de acumulação capitalista, como tentativa de superação de sua própria crise sistêmica.

De acordo com as formulações em Kurz (1997, p. 99-101) essa tentativa dos países da periferia capitalista de investir em modernização, por meio do Estado, é chamada de modernização retardatária, em razão do seu caráter fetichista e da impossibilidade concreta de sua realização, uma vez que, essa modernização aprofundou as desigualdades entre centro-periferia. E, por isso, como explica Mészáros (2002), o processo de modernização concretiza que:

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos do nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo a fora. No mínimo a penetração do capital, em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia modernização, mas depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. Tanto mais que hoje é de fato muito embaraçoso lembrar aos ideólogos do sistema do capital que há muito tempo eles espetavam suas bandeiras no mastro da “modernização” (p.87).

Nesse contexto, é importante destacar que o projeto de modernização dos países periféricos esteve inscrito no projeto de expansão geográfica do capital que se efetivou à custa de um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. E, com isso, colocava em emergência uma nova dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Iniciou-se o processo de descentralização da atividade industrial e sua instalação e difusão em todo mundo. Com a própria crise imanente de acumulação do capital, não bastava mais um mundo dividido em países unicamente produtores de matérias-primas e países

---

<sup>4</sup> Publicado primeiramente como ensaio em 1972 e é reeditado pela Boitempo em 2003. Mais informações estão disponíveis em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/critica-a-razao-dualista-o-ornitorrinco>

unicamente produtores de bens industrializados. A nova dinâmica de acumulação capitalista direcionava para um capital sem fronteiras (OLIVEIRA, A.U., 2003).

O processo de descentralização das indústrias do centro para periferia tinha, também, como racionalidade da lógica capitalista de produção, a intencionalidade dos países centrais na superexploração da força de trabalho dos países periféricos, para assim, expandir o capital em direção a novos espaços de acumulação e, conseqüentemente, ampliar a taxa de lucro baseada, sobretudo, na extração de mais-valia. Isso foi possível, dentre outros fatores, em função do baixo custo da força de trabalho desses países, do afrouxamento de leis trabalhistas e ambientais, e da reiterada subserviência dos governos de países periféricos ao capital imperialista.

Por isso, temos que considerar a disseminação das características desse momento de exportação do capital de países centrais para países periféricos com uma marca da forte relação desigual e combinada, determinada por uma nova dinâmica da divisão internacional do trabalho (SANTANA, 2011, p. 82). E, portanto, “a geografia promovida pelo capital, dentro da sua cadeia hierárquica de espaços que vincula em suas relações desiguais de “países de industrialização periférica” e “países centrais”, tem agravado a condição social do primeiro” (MENEZES, 2007, p.48).

É nesse contexto que ratificamos a importância em analisar a modernização da agricultura brasileira sob a perspectiva de uma geografia histórica do capitalismo, em que a crise de superacumulação do capital, produziu uma mobilidade geográfica de capitais do centro para a periferia capitalista e a emergência de uma nova dinâmica da divisão territorial do trabalho (Harvey, p.149-153). Por essas razões, a partir de 1950 a inserção do capital no campo brasileiro provocou transformações na base técnica da produção agrícola do país, transformando-a em uma indústria relativamente moderna e

Com o objetivo de aumentar a produtividade do campo brasileiro, a introdução de técnicas mais avançadas na produção rural teve início a partir da década de 1950, quando insumos, equipamentos, fertilizantes e maquinarias passaram a ser produzidos por setores internos da economia (SANTANA, 2011, p. 45).

O capital inserido na agricultura brasileira transformou a base técnica de produção, no objetivo de industrializar o campo e torná-lo moderno. O Estado financiou essas transformações na base técnica de produção agrícola, possibilitando a compra de meios de produção necessários para o que se chamou de “industrialização da agricultura”.

Mas, foram principalmente na década de 1960 e 1970 que a inserção do capital no campo provocou transformações no espaço agrário nacional, subordinando a produção agrícola cada vez mais as regras de produção industrial. Esse processo de modernização que acontecia, em escala mundial, ficou conhecido como Revolução Verde<sup>5</sup>.

Graziano da Silva (1981) explica que a modernização da agricultura brasileira foi executada pela atuação do Estado ao implantar e difundir inovações tecnológicas para agricultura, subordinadas à lógica de produção industrial. Segundo ele, essas inovações tecnológicas são apresentadas em três distintos tipos: 1) *Inovações mecânicas*: atingem particularmente a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; 2) *Inovações físico-químicas*: modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho, aplicado a esse meio básico de produção; 3) *Inovações biológicas*: afetam principalmente a velocidade de rotação do capital, adiantando o processo produtivo, mediante redução do período de produção associada aos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

É possível afirmar que a modernização da agricultura no Brasil foi calcada nesses três pilares de inovações financiadas pelo Estado, promovendo um profundo processo de reestruturação produtiva da agropecuária nacional. Em outras palavras, os recursos públicos patrocinaram o que se convencionou chamar de “modernização da agricultura” no Brasil.

Quanto às inovações físico-químicas, já eram usados no Brasil no século XX, só que de maneira muito restrita. Com o advento da modernização da agricultura na década de 1970, houve o desenvolvimento da indústria química e a agropecuária que antes era limitada a matérias-primas naturais ficou subordinada à utilização de produtos industrializados de material sintético. Entre a gama desses novos produtos, estão os agrotóxicos e fertilizantes que são usados, quase sempre indiscriminadamente, para correção do solo e para garantir maior produtividade (ELIAS, 2003, p.76).

Uma intersecção válida impele-nos assinalar a respeito da nocividade dos agrotóxicos para a saúde humana, animais e seus efeitos destrutivos sobre a natureza. Essa nocividade é mascarada em nome do lucro capitalista sob qualquer circunstância. Para o

---

<sup>5</sup> A Revolução Verde foi uma denominação adotada pelo Banco Mundial para se referir aos novos cultivos baseados em sementes de alto rendimento desenvolvidas pelo agrônomo norte-americano Normam Borlag, e passou a ser comumente utilizada para se referir ao conjunto de políticas e estratégias para acelerar a imposição da lógica capitalista no campo. Consultar Pitta (2011, p.16).



geógrafo e pesquisador Ariovaldo Umbelino, em seu texto intitulado “*Barbárie e Modernidade*”,

Este uso generalizado de agrotóxicos, mostra que ele foi o mais “espetacular resultado da modernização” da agricultura: seu envenenamento gradativo. Em sua maior parte, uma espécie de “indústria das doenças e da morte” a médio e longo prazo. E é óbvio, que a maior parte da “indústria médico farmacêutica agradecem pelos seus “clientes” (2003, p.27).

Nessa situação, o aumento significativo do uso de agrotóxico no processo de modernização da agricultura foi um preço muito caro a ser pago pela sociedade e natureza. O agrotóxico é um potente veneno<sup>6</sup> utilizado na agricultura para controlar insetos, doenças, ervas daninha, e tem a finalidade de diminuir os danos às plantações para aumentar sua produtividade. Porém, mascara que esse potente veneno também é extremamente prejudicial à saúde humana e degrada à natureza, quando contamina rios e solos, por exemplo.

E como foi denominada por esse autor, é uma “indústria das doenças e da morte”, articulada com indústrias do ramo médico farmacêutico. O exemplo dessa espécie de parceria entre a “indústria das doenças e da morte” com a indústria médica farmacêutica pode ser explicada pelas grandes multinacionais que passaram a operar no Brasil nesse processo de modernização, dentre elas a Bayer e Monsanto<sup>7</sup>.

Dando sequência a nossa análise, podemos discutir outra inovação tecnológica implantada na modernização da agricultura brasileira, que foram as inovações mecânicas, caracterizadas, principalmente, pela substituição do trabalho humano e manual pela mecanização das atividades agrícolas. A respeito disso, Elias (2003, p.76) enumera essa mecanização por uma extensa gama de máquinas e equipamentos classificados, basicamente, em seis tipos:

---

<sup>6</sup> Assumimos a posição política de utilizar o termo veneno para nos referirmos ao agrotóxico, sobretudo, em contraposição às leis que tramitam no Senado brasileiro para proibir a utilização do nome agrotóxico e, em substituição, utilizar a nomenclatura de fitossanitário. Disponível em <http://www.oeco.org.br/noticias/projeto-de-lei-substitui-palavra-agrotoxico-por-fitossanitarios/>

<sup>7</sup> Em 2016 foi noticiada a possível fusão entre a Bayer e Monsanto, a compra foi estipulada em US\$ 66 bilhões. A Bayer é uma indústria farmacêutica e a Monsanto líder mundial de herbicidas e genética de sementes. A possível fusão entre essas duas empresas, nos possibilita analisar a articulação concreta entre a indústria da doença e da morte com a indústria médica farmacêutica. Sobre essa possível fusão entre Bayer e Monsanto verificar em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/bayer-anuncia-compra-da-monsanto-por-us-66-bilhoes2016.html>

- 1) *Tratores*: é o melhor indicador para analisar o grau de modernização tecnológica da agropecuária, em razão de viabilizar a utilização de diversos implementos, tais como pulverizadores, grades, entre outros.
- 2) *Arados*: constituem outro exemplo importante da substituição do uso da tração animal pela mecânica.
- 3) *Colheitadeiras*: Foi o implemento mecânico que se difundiu de forma mais rápida, apesar de que no Brasil se deu de forma mais lenta. Implica na mecanização do processo de colheita de determinada cultura.
- 4) *Meios de Transporte*: a mecanização dos meios de transportes – caminhões, utilitários e reboques – utilizados na atividade agropecuária foram empregados na intenção de promover automação no transporte das mercadorias e, com isso, encurtar o tempo de transporte.
- 5) *Irrigação*: dentre os diversos tipos de sistema de irrigação de culturas, destaca-se o pivô central que é um sistema de irrigação mais difundido e mais caro, mas que garante menores custos com a mão de obra.
- 6) *Informática*: a expansão da informática, diferente dos outros equipamentos e máquinas citados anteriormente, se expandiu nos anos de 1980 com o advento da robótica. Nesse sentido, o uso do computador tornou-se uma das principais ferramentas em várias etapas do processo produtivo, garantindo gerenciamento mais confiável e seguro da produção, como também maior controle da força de trabalho. Além disso, participa na administração das empresas agropecuárias, organizando planilhas de custos e banco de dados, ajuda a monitorar e controlar plantio, colheita, estoque, vazão de água para irrigação, entre outras funções. Por isso, a informatização da agropecuária transformou-se num poderoso instrumento de auxílio e comando de várias etapas do processo produtivo.

Essas inovações mecânicas promoveram transformações no espaço agrário nacional, alterando o processo produtivo no campo, tornando o latifúndio cada vez mais mecanizado, com menor participação do trabalho humano e, portanto, cada vez mais desigual, pois, vários trabalhadores e trabalhadoras do campo ficaram desempregados nesse processo em que foram substituídos pelas máquinas. A respeito dessas considerações é importante esclarecer que a modernização da agricultura no Brasil se realizou de forma seletiva, tanto do ponto de vista

espacial – pois atendeu apenas a mecanização de parte do espaço agrário nacional – como do ponto de vista social, pois não se estendeu para os camponeses.

Todos esses equipamentos e máquinas tornaram-se essenciais para a operacionalização da diminuição do tempo de trabalho no campo, subordinando-o cada vez mais à lógica da produção industrial. Esses equipamentos e máquinas inseridos na agricultura no processo de modernização serviam para ao aumento da composição orgânica do capital, garantindo mais lucros para os capitalistas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a modernização no campo brasileiro foi composta, fortemente, pelo aumento da composição orgânica do capital. Isso significa dizer que, necessariamente, deve-se entender a relação entre a apropriação de mais-valia absoluta e relativa por meio de investimentos para o aumento do capital constante (máquinas e equipamentos de produção) e diminuição do capital variável (a força de trabalho empregada na produção) (PITTA, 2011).

Dito de outra maneira, como explica Marx (1996) em *O Capital* Livro I, uma das formas de ampliar a apropriação de mais-valia pelo capital se dá na realização da apropriação da mais-valia relativa, através de investimento para o aumento do capital constante em detrimento da diminuição do capital variável, com a finalidade de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de mercadorias, barateando seu custo e, conseqüentemente, ampliando o lucro do capitalista. Esse processo, Marx denominou de aumento da composição orgânica do capital.

Como isso se concretiza no campo brasileiro? No processo de modernização da agricultura brasileira, houve um grande investimento em inovações mecânicas, caracterizada por uma extensa gama de mecanização e equipamentos utilizados no processo produtivo do campo. Com a inserção da mecanização e equipamentos no campo, o capital constante aumentou e tencionou a diminuição do capital variável. Isso significa que, com a inserção de máquinas e equipamentos, como por exemplo, tratores, colheitadeiras, computadores, silos, entre outras inovações desse tipo, o capital precisou de menos trabalho humano, pois essas máquinas e equipamentos substituíram grande parte dos trabalhadores que desenvolviam essas atividades. Desse modo, pode-se enfatizar que o capital aumentou sua composição orgânica no processo produtivo do campo, que pode ser observado com o aumento da automação.

Além das inovações mecânicas, as inovações biotecnológicas também promoveram transformações no espaço agrário brasileiro. Em meados dos anos de 1970, a biologia molecular conseguiu, pela primeira vez, desenvolver técnicas capazes de transformar as características dos seres vivos, animais e vegetais, com modernas técnicas de inseminação artificial (ELIAS, 2003). Anos depois, essa inovação tecnológica seria responsável pela produção dos Organismos Geneticamente Modificados (OMGs) ou transgênicos<sup>8</sup>. Essas inovações biotecnológicas têm o objetivo de produzir sementes mais resistentes às pragas, aos venenos e intempéries naturais, aumentando, assim, a produtividade no campo e, portanto, o lucro de capitalistas latifundiários.

Nessas circunstâncias, a implantação desse “pacote tecnológico” – inovações mecânicas, físico-químicas e inovações biotecnológicas – no espaço agrário nacional, implicaram na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, tornando-se um importante componente para o desemprego estrutural. (SANTANA, p.135 e 136). E, desse modo, a produção agrícola tornou-se cada vez mais subordinada à lógica da produção industrial.

O advento das inovações tecnológicas no campo, nesse contexto, está a serviço da expansão do capital no espaço agrário nacional, promovendo ações direcionadas para o aumento da produtividade e atenuação das condições naturais (clima, relevo, pluviometria, solo, entre outras) sobre o processo produtivo. É importante destacar que o processo produtivo da agricultura, diferentemente da indústria, possui maior dependência das condições naturais, muitas vezes, favoráveis ou não para a produção. Desse modo, as inovações tecnológicas na agricultura atuam na intenção de aproximar seu processo produtivo com o da atividade industrial (ELIAS, 2006).

E diante desse contexto, a compreensão dessa modernização sob o ponto de vista de uma geografia histórica do capitalismo, será nosso ponto de partida para analisar o processo

---

<sup>8</sup> Transgênico é o sinônimo para expressão “Organismo Geneticamente Modificado”, ou seja, são quaisquer seres vivos (um microorganismo, uma planta ou um animal) que tem suas características genéticas modificadas. No caso das sementes transgênicas, elas são modificadas para se tornarem mais resistentes às pragas, agrotóxicos e intempéries naturais, podendo causar danos à saúde humana, extinção de variedades naturais de sementes e, portanto, produzindo danos profundos à biodiversidade. Por esses e mais problemas oriundos dos transgênicos, 815 cientistas de 82 países, publicaram no ano 2000 uma carta aberta direcionada para todos os governos do mundo, pedindo, urgentemente, a suspensão dos transgênicos no planeta. Para maiores informações sobre o tema acesse :

[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7530:cientistas-pedem-a-suspensao-dos-transgenicos-em-todo-o-mundo&catid=36:diversos](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7530:cientistas-pedem-a-suspensao-dos-transgenicos-em-todo-o-mundo&catid=36:diversos).

<http://www.pstu.org.br/o-governo-lula-e-os-transgenicos/>.

de integração técnica entre agricultura e indústria por meio dos chamados complexos agroindustriais.

## 1.2. Os complexos agroindustriais e a integração técnica agricultura-indústria

A inserção do capital no espaço agrário nacional se realizou no contexto da chamada Revolução Verde e promoveu transformações na base técnica da agricultura, como apontadas acima. Essas transformações caracterizam-se pelo desenvolvimento da agricultura capitalista em seu projeto de expansão espacial diante da crise-acumulação do capital. E, nesse contexto, outro fenômeno aconteceu: o processo de integração técnica agricultura-indústria.

A formação dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs)<sup>9</sup> é resultado desse intenso processo de industrialização do campo, soldando agricultura e indústria. Essa integração está inscrita no projeto de expansão do capital em escala global por meio da estruturação de uma agricultura capitalista, construída pela aliança entre capital e Estado.

Nessa direção, para compreender o processo de integração técnica agricultura-indústria no espaço agrário brasileiro é importante esclarecer que “a transformação da base técnica de produção rural e a constituição dos denominados complexos agroindustriais são processos históricos interligados, porém distintos no tempo e espaço rural brasileiro” (DELGADO, 2012, p.15).

Delgado (1985, p.31), na intenção de analisar o processo de integração técnica indústria-agricultura, associado à modernização da agricultura no Brasil, dividiu esse processo em três momentos: 1) *Elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK*: estimulada e facilitada pela aliança do Estado nacional com o capital internacional de empresas norte-americanas. Essa primeira década de inovação ocorre, necessariamente, na década de 1950 e a demanda por insumos é atendida pelas exportações; 2) *Industrialização dos processos de produção rural*: se dá, necessariamente, com a implantação das indústrias de bens de produção e insumos básicos para a agricultura. O marco inicial desse processo se dá, pelo processo de industrialização brasileira, com a implantação de indústrias de tratores na década de 1950 e 1960; 3) *Fusão ou integração de capitais intersetoriais*: importante assinalar que a

---

<sup>9</sup> Optamos por começar a discussão pelo conceito de Complexos Agroindustriais (CAIs) por ter sido ele a raiz dos processos analisados e ter aparecido e perdurado na literatura acadêmica até o começo da década de 1990. Porém, é importante deixar claro ao leitor, que o conceito de agronegócio é emanado desses complexos, sendo hoje o conceito base para sintetizar a exploração agropecuária dita moderna e suas redes de relações de produção, comercialização e consumo de alimentos.

integração de capitais se distingue da integração técnica entre agricultura-indústria, muito embora se realize com suporte dela. Nesse sentido, a compreensão da integração de capitais não se limitou as relações interindustriais, mas, também, em outras formas de conglomerados sob o comando do grande capital.

Nesse horizonte, o primeiro momento da modernização da agricultura brasileira, no período pós-guerra, foi caracterizado pela importação dos meios de produção industriais utilizados no campo. A importação desses meios de produção, principalmente, insumos e máquinas, era estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas (uma das maiores produtoras desse ramo na época).

No segundo momento, durante as décadas de 1950 a 1970 houve a implantação em massa de empresas produtoras de máquinas e implementos agrícolas no Brasil, sendo a maioria delas, filias de multinacionais (BARICELO; BACHA, 2013, p.70). Destaque para a produção de tratores no Brasil, por meio da implantação efetiva da Ford no país em 1959<sup>10</sup> (TEIXEIRA, 2005, p.24). Nesse sentido, na tabela 1, a seguir, é possível verificar o aumento da produção de NPK e tratores, com recorte temporal dos anos 1950 a 1980:

TABELA 01: Produção e consumo NPK e frota de tratores na agricultura brasileira

Ano	NPK (mil toneladas de Nutrientes)		Frota de Tratores de 4 rodas (unid.)
	Produção de NPK	Consumo Aparente NPK	
1950	n.d.	n.d.	8.372
1960	105,7	198,4	61.345
1967	116,9	444,9	n.d.
1970	190,2	999,0	143.309
1975	677,5	1.980,0	323.113
1980	1.817,7	4.066,1	545.205

Observação: n.d. = dado não disponível.

Fonte: IBGE, Censos agropecuários e Anuários Estatísticos do Brasil (vários anos).

**Tabela 01:** Produção e consumo de NPK e frota de tratores na agricultura brasileira (1950-1980).

**Fonte:** Delgado (2012, p.17).

<sup>10</sup> É importante sinalizar que nos anos 1920 a 1950, o Brasil já possuía empresas produtoras de tratores em seu território, em especial a FORD que operava em função da montagem do trator Fordson. Porém, essas indústrias atuavam de forma tímida no processo de industrialização, pois atuavam principalmente por meio da importação de peças e montagem de máquinas. Apenas nos anos de 1950 a 1970 é que o Brasil iniciou a produção expressiva de tratores em território nacional. Mais sobre o assunto é possível verificar no texto intitulado *Oferta e Demanda de Máquinas Agrícolas no Brasil*. Disponível em <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/857/801>

De acordo com essa tabela e as formulações em Delgado (1985), é possível assinalar que a produção de tratores em 1950 atingia a marca de 8.372 e em 1970 subiu para 143.309. E a produção de NPK da década de 1960 atingiu a quantia de 105, 7 mil toneladas e em 1970 a produção subiu para a marca de 190,2 mil toneladas de nutrientes. Outro fator interessante observado nessa figura é que apesar do aumento da produção de NPK, ele ainda não atendia a demanda de consumo interno, pois, como é possível observar, o consumo aparente de NPK em 1960 era de 198,4 mil toneladas e em 1970 subiu para 999 mil toneladas, números bem acima da produção de NPK com relação aos respectivos anos de produção.

E a última fase do processo de desenvolvimento da indústria de máquinas no Brasil é marcada pelo processo de fusões e aquisições de empresas, que tem início na década de 1980 e evidenciou a concentração de empresas no setor, concentrando-se, basicamente, em sete empresas: AGCO, Agrale, Massey Ferguson, CNH Case, CNH New Holland, John Deere e Valtra (TEIXEIRA, 2005, p.24).

Inicialmente, é possível a reflexão sobre o processo de composição dos CAIs por meio dos processos de intensificação das relações entre agricultura e indústria e da constituição no país, de indústrias de bens de capital e insumos (TEIXEIRA, 2005, p.32)<sup>11</sup>.

Os CAIs, nesse sentido, foram formados no processo histórico de integração técnica entre agricultura-indústria, ou a industrialização da agricultura, e desse modo, foram criadas as agroindústrias com finalidade de atender o mercado interno e externo. Além disso, houve a implantação de indústrias de bens de produção para a agricultura, como por exemplo, as indústrias produtoras de máquinas, tratores, insumos, entre outros.

Delgado (1985, p.32) explica que ao longo desse processo os CAIs foram formados por dois ramos industriais integrados: A *indústria a montante* que são os meios de produção para a agricultura, ou seja, é a indústria produtora de insumos, como por exemplo, agrotóxicos e fertilizantes; e de bens de capital, como tratores, colheitadeiras e equipamentos de irrigação. E a *indústria a jusante* que é a indústria de processamento de produtos agrícola, isto é, indústria processadora de alimentos e matéria-prima, como abate de animais, fumo, álcool, laticínios e papel e papelão.

---

<sup>11</sup> Por isso, Delgado (1985, p.32) explica que o final dos anos 1960 é considerado um marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de *industrialização do campo*. Esse processo, caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e uma parte voltada para a exportação.

De acordo com as formulações de Oliveira A.U. (2015), podemos explicar que os complexos agroindustriais operam pela integração entre a montante e jusante, pois a indústria a montante é a parte anterior à produção rural, que aglomera um conjunto de setores que produzem insumos, máquinas, sementes geneticamente modificadas, vacinas, medicamentos, tratores, herbicidas, entre outros. E a indústria a jusante é composta por complexas estruturas responsáveis pelo armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição.

Dito de outro modo, podemos afirmar que a indústria a montante é responsável pela produção de bens de capital e insumos para a agricultura, enquanto a indústria a jusante realiza o processamento da matéria-prima, e a integração entre elas compõe o CAI (TEIXEIRA, 2005, p.33).

Nesse caminho, é importante sinalizar que a soldagem entre agricultura-indústria não foi marcada pelo domínio absoluto da indústria sobre a agricultura em todas as formas de produção no campo, pois,

Em função do processo de articulação entre a indústria e a agricultura, muitos autores têm interpretado as transformações ocorridas no campo como ditadas exclusivamente pela indústria, ou seja, a produção na agricultura estaria totalmente entregue à vontade da indústria. Dessa maneira, a expansão do trabalho assalariado no campo seria total e absoluto. É verdade que ocorre forte articulação entre a indústria e agricultura, como é também verdade, que ocorre a expansão do trabalho no campo. Entretanto, não é verdade que esteja ocorrendo o domínio absoluto do modo de produzir industrial e a expansão total do trabalho assalariado no campo. É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção ditada pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, A.U., 2008, p.471).

É preciso desconstruir a ideia posta em determinadas literaturas, algumas delas escritas pelos apologistas do capital, de que a integração entre agricultura-indústria se efetivou de forma absoluta no campo, generalizando o trabalho assalariado no campo e, portanto, a produção no campo estaria entregue absolutamente às vontades da indústria. Essa afirmação engajada desconsidera a produção de base familiar camponesa e, por isso, tal generalização é de cunho ideológico e mascara a essência da realidade do campo brasileiro, que é uma realidade desigual e contraditória, caracterizada pela concentração fundiária, conflitos pela terra, entre outros problemas sociais e territoriais. Além do mais, a integração entre agricultura-indústria se expandiu de maneira desigual no espaço agrário nacional, concentrando-se, principalmente, no centro-sul do país.



Por isso, é importante considerar que o processo de composição dos complexos agroindustriais e de modernização da agricultura brasileira, foi comanda pelo capital que em sua lógica de reprodução promoveu desenvolvimento desigual e contraditório.

Portanto, diante desses processos que envolvem o fenômeno da integração entre agricultura-indústria, não poderíamos desconsiderar o movimento de integração de capitais intercambiado a esse fenômeno. Para tanto, reservamos o próximo subcapítulo para discutirmos esse tema de maneira mais atenciosa.

### **1.3. Integração de capitais na agricultura**

A modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais foram financiadas pelo Estado nacional em aliança com capital internacional e nacional. Desse modo, um sistema de crédito nacional foi implantando para viabilizar o processo de integração técnica agricultura-indústria, como também, a transformação da base técnica da agricultura. Nesse bojo, é importante atentar que esse processo é analisado por meio da própria crise sistêmica global do capital, em meados de 1960, que impõem necessidades do capital reinventar-se na busca por novos espaços de acumulação.

A busca por novos espaços de acumulação, como discutimos anteriormente, se deu por meio da mobilidade geográfica de capitais dos países centrais para os países da periferia capitalista. Isso foi possível pela lógica de uma nova dinâmica da divisão internacional do trabalho e da descentralização industrial dos países do centro para a periferia, sendo que “a ordem era produzir em qualquer lugar do mundo” (OLIVEIRA, A.U., 2003, p.9). Mas, essa estratégia não foi a única alternativa para o projeto de expansão global do capital, portanto,

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (HARVEY, 2004, p.129).

De acordo as formulações desse autor, é preciso explicar, em primeiro lugar, que a acumulação por espoliação trata-se de um exame mais detido do que Marx convencionou chamar de acumulação primitiva, que apesar de ser qualificado “como primitivo”, diz respeito

a um processo em andamento. Pois, todas as características que Marx mencionou permanecem vivas na geografia histórica do capitalismo dos nossos tempos, como por exemplo, a expulsão violenta de famílias camponesas, mercadorização de terras e formação de proletariado rural. O Estado com o seu monopólio da violência e definições de legalidade, tem crucial apoio nesse processo. Com isso, esse processo de “modernização” se fez (faz) com uma fundamental carga de ações violentas, exigindo um retorno à compreensão da acumulação primitiva do capital, a partir de Marx.

Nesse contexto, a forte onda do capital financeiro no início dos anos 1970 inaugura formas aprimoradas de acumulação, por desempenhar um papel bem mais forte do que no passado (HARVEY, 2004, 121 e 122). Com a quebra do acordo de *Bretton Woods*<sup>12</sup> no começo da década de 1970, ampliaram-se as transações de apostas internacionais sobre as cotações futuras das moedas do resto mundo em relação ao dólar norte-americano. O que anos depois, repercutiu no endividamento da maioria dos países, por meio da emissão de dívidas públicas (GOMES, 2015, p.16).

E, nessa medida, o mercado financeiro foi conduzido, principalmente pelos Estados Unidos, através da criação de um poderoso sistema financeiro internacional e, assim, os fluxos desses capitais foram regulados, fundamentalmente, pela operacionalização do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>13</sup>.

Assim, diante da crise-acumulação, o capital apostou em formas de acumulação por meio do mercado financeiro que também se utiliza de formas espoliativas de acumulação, como defende Harvey. A constituição desse sistema financeiro internacional foi essencial por possibilitar o adiantamento da valorização do valor e devolver o ritmo de circulação do capital, através de empréstimos concedidos a juros, sobretudo para países periféricos. No

<sup>12</sup> Sob acordo de *Bretton Woods*, todas as moedas estavam amarradas ao dólar, que por sua vez, estava amarrado a um preço fixo em ouro. Mas, em 1971, em meio às dificuldades econômicas, os Estados Unidos declararam a inconvertibilidade do dólar em ouro, e fecharam as janelas cambiais dos bancos centrais do resto do mundo. Com isso, os Estados Unidos se outorgaram o direito de cobrir todos os seus déficits com dólares e inundar de dólares tanto o sistema financeiro como os bancos centrais do mundo inteiro. Dessa maneira, instaura-se a era das taxas de câmbio flutuantes que alentaram a especulação e a concentração de riquezas. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/161505-2>

<sup>13</sup> Para saber à respeito do Fundo Monetário Internacional (FMI) consulte: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/119-fundo-monetario-internacional>  
 Informações à respeito do Banco Mundial disponíveis em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>  
 E sobre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) consulte em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20758-banco-internacional-para-reconstrucao-e-desenvolvimento-bird>

entanto, não resolveu a crise do capital, apenas emperrou-a para anos depois – como em 2008, por exemplo –, de forma ainda mais aguda e de alcance global (HARVEY, 2011).

Dentro dessa lógica, é possível analisar a aliança do Estado brasileiro com o capital internacional, sobretudo, para o desenvolvimento de sua forma funcional de capital fictício<sup>14</sup>, através do desenvolvimento de sistema de crédito, para financiar a composição dos CAIs e da mudança da base técnica da agricultura nacional. De acordo Delgado (1985), o Estado foi essencial no papel de financiar a formação dos complexos agroindustriais e, também, a mudança da base técnica da agricultura nacional e

Com isso, a partir de meados da década de 1960, muitos créditos foram subsidiados pelo governo e assegurados pelo Sistema Nacional de Crédito (SNCR), que, juntamente com a reforma do sistema financeiro articulada pelo Banco Central brasileiro, instituiu taxas de juros abaixo da inflação que garantiam a canalização de parte dos recursos captados pelos bancos no país e no exterior pela agricultura (SANTANA, 2016, p.47).

O Estado garantiu o financiamento da agricultura brasileira a baixo custo, com juros abaixo da inflação, isso foi possível pela criação do Sistema Nacional de Crédito (SNRC) enquanto uma política monetária articulada entre o Banco Central brasileiro e o capital de bancos internacionais, como por exemplo, o FMI.

Desse modo, o crédito agrícola lançado pelo governo na década de 1960, tinha objetivamente, como principal meta, modernizar a lavoura e potencializar a agricultura brasileira para vendas no mercado externo. E, nesse caminho, os verdadeiros beneficiados foram os agricultores modernos, que tinham acesso aos financiamentos de baixo custo, muitas vezes abaixo da inflação, para a compra de máquinas, sementes e insumos modernos. E nessa dimensão, o acesso ao financiamento para o pequeno produtor familiar foi muito restrito (DI LAURO, 2011, p.43). Sobre isso, Santana (2016) acrescenta que essas linhas de crédito eram fornecidas necessariamente para grandes e médios produtores, atendendo o plano nacional de compor uma agricultura capitalista para fins de exportação.

Nessa conjuntura desigual e contraditória da inserção do financiamento da agricultura nacional é que podemos afirmar que “o processo de integração de capitais na

---

<sup>14</sup> Nesta parte do trabalho, não é nossa proposta, desvelar, detalhadamente, o capital fictício e sua lógica especulativa no agronegócio. É, pois, nosso interesse, discutir, de modo geral, o processo histórico da integração de capitais bancários e agroindustriais. Por isso, o conteúdo sobre o capital fictício e sua lógica especulativa como forma de acumulação contemporânea serão discutidas, de forma mais meticulosa, no capítulo 3 deste trabalho.

agricultura brasileira revela a presença de uma estratégia do grande capital na agricultura” (DELGADO, 1985, p.237). Desse modo, a integração de capitais é como uma forma de fusão de capitais de diversos tipos: agrários, industriais, comerciais e bancários, que por sua vez, são conjugados ao apoio financeiro dessas grandes corporações pelo Estado, com a finalidade de obter maior taxa de lucro pela integração. Dessa maneira, é possível afirmar que essa integração representa um modo particular de articulação do capital financeiro com a agricultura (DELGADO, 2012).

É por isso, que a integração de capitais no Brasil por meio do processo de financeirização da agricultura, produziu latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários (OLIVEIRA, A.U., 2003, p. 2). Isso significa que o financiamento da agricultura e fusão entre os capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, enriqueceu capitalistas e latifundiários, unificando essas duas figuras, numa mesma pessoa. Desse modo, é importante reforçar o papel do Estado na condição de regulador do financiamento e empreendimentos do grande capital internacional na economia brasileira.

Além disso, a integração de capitais por meio dessa financeirização propiciou a formação de grandes conglomerados, com base numa agricultura capitalista em seu caráter monopolista. Sobre isso, pode-se assinalar que

Trata-se do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de *holdings*, cartéis, trustes, e um sem número de processos de fusão e de cruzamento entre os grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que se cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados (DELGADO, 2012, p.34).

Grande parte do capital aplicado na agricultura brasileira, nesse contexto de integração de capitais, pertencia aos grandes bancos e corporações internacionais que operaram suas aplicações financeiras em distintos mercados. Isso, por sua vez, possibilitou que, gradativamente, essas grandes corporações do centro capitalista aplicassem seu capital excedente em forma de capital a juros e se transformassem em grandes cabeças financeiras do mercado mundial. Com isso, adquiriram cada vez mais novos e mais diversos mercados e formaram poderosos conglomerados monopolistas.

A integração de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, provocaram transformações no espaço agrário brasileiro, organizando-o dentro de uma lógica de mercado

internacional financeiro e sedimentou o terreno, para anos depois, compor uma agricultura capitalista mundializada sob os desígnios das finanças.

Diante disso, todos esses elementos discutidos até aqui, permitem entender a geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio nacional, que por sua vez, compõe nossa base de análise para compreensão da expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA.

#### **1.4. Plano de Renovação e Revigoramento do Café (PRRC) e a expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista/BA**

Este subcapítulo tem por objetivo principal discutir o processo de expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista/BA, como um projeto capitalista para formação de uma agricultura capitalista nacional voltada para a exportação de *commodities* e, assim, atender as necessidades do capital em produzir novos espaços de acumulação a partir de uma nova dinâmica internacional do trabalho. As implicações desse processo resultaram na concentração de capital e, conseqüentemente, na produção desigual do espaço agrário.

Ancoramos-nos nas formulações de Harvey (2005, p.154 e 155) para compreender a expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA sob o ponto de vista da geografia histórica de um capital em crise-acumulação global, que tenta solucioná-la por meio do “ajuste espacial”, ou seja, a mobilidade geográfica de capitais excedentes dos países centrais para a periferia capitalista na intenção de criar nova capacidade produtiva em novas áreas, compondo, assim, novos espaços de acumulação. O problema é que o ajuste espacial não resolve o problema da crise-acumulação do capital, pois, ao expandir o capital para os novos espaços de acumulação, expandem-se, também, suas próprias contradições para essas novas áreas produtivas.

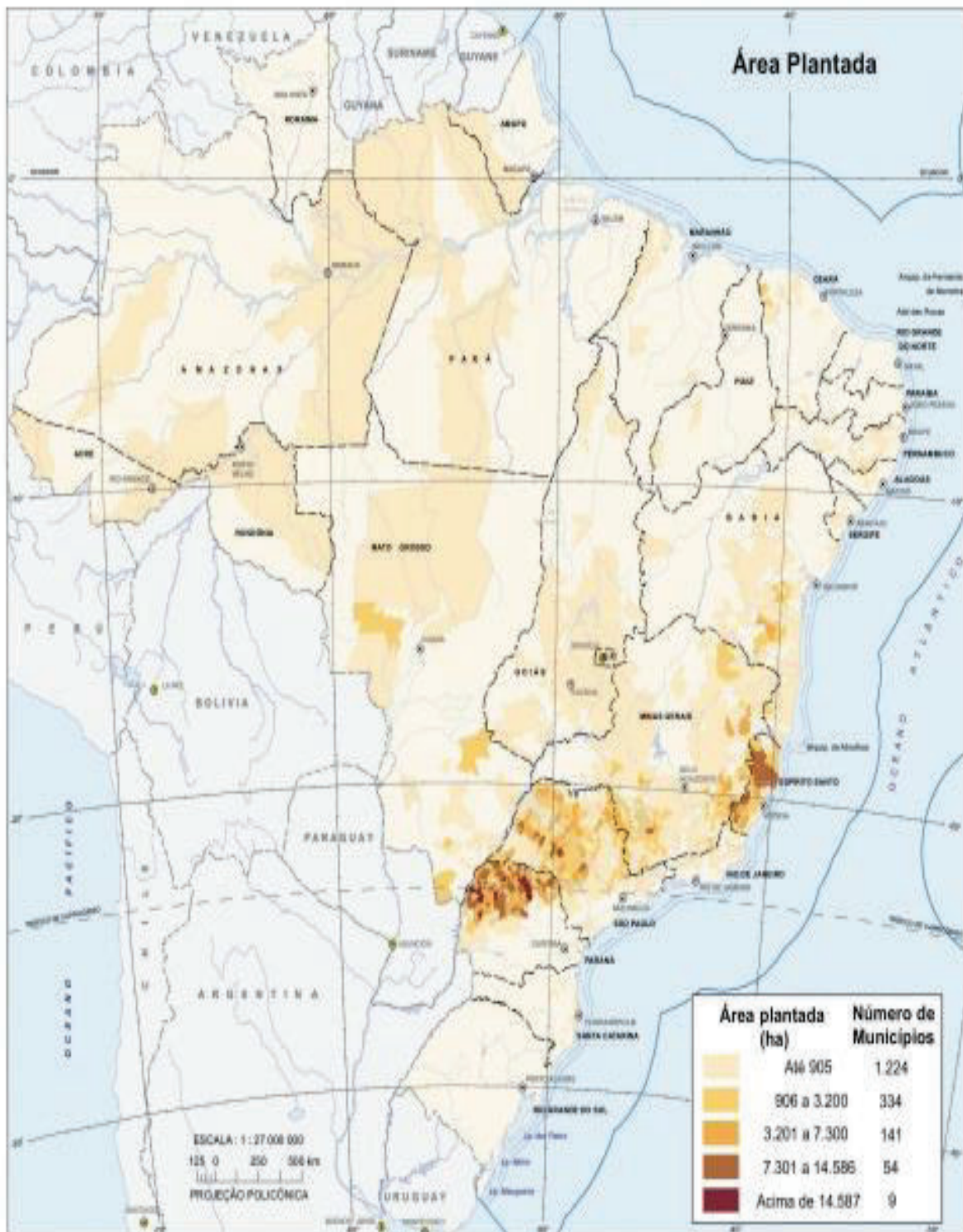
Para iniciar essa discussão, é importante assinalar que, em escala nacional, o Plano de Renovação e Revigoramento do Café (PRRC) foi um projeto do Estado a serviço do capital, para promover a expansão espacial das lavouras de café no Brasil. Nesse contexto, pode-se afirmar que

É reconhecido que antes da década de 1970 a cafeicultura estava mais identificada aos Estados de São Paulo e Paraná e, agora, está distribuída, com destaque para o crescimento havido nos Estados de Minas Gerais,

Espírito Santo, Bahia e Rondônia [...] toda expansão mais recente dessa atividade como resultado do zoneamento agroclimático e do PRRC que possibilitaram a incorporação de áreas do cerrado nos Estados de Minas Gerais e Bahia, antes terras inativas e hoje abrigando uma atividade cafeeira de grande expressão na escala nacional. Nesse contexto, pode-se afirmar que o programa lançado pelo Instituto IBC redesenhou a geografia do café no território brasileiro (GEOGRAFIA DO CAFÉ, 2016, p.34).

O Plano de Renovação e Revigoração do Café implantado na década de 1970 pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) fez parte de um projeto desenvolvimentista de Estado (OLIVEIRA, F. 2003) e, nesse caso, especificamente, tinha como pretensão a expansão da cafeeira pelo país com o propósito de produzir novos espaços para acumulação do capital.

Nesse sentido, distribuiu espacialmente o cultivo que antes era intimamente concentrado nos Estados de São Paulo e Paraná para outros estados, como por exemplo, Bahia e Rondônia. No mapa 2, a seguir, é possível analisar o início da expansão espacial da cafeeira promovida pelo Plano de Renovação e Revigoração de Café (PRRC).



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1975.

**Mapa 02:** Mapa da área plantada de café em 1975.

**Fonte:** IBGE\_Geografia do Café (2016, p.14).

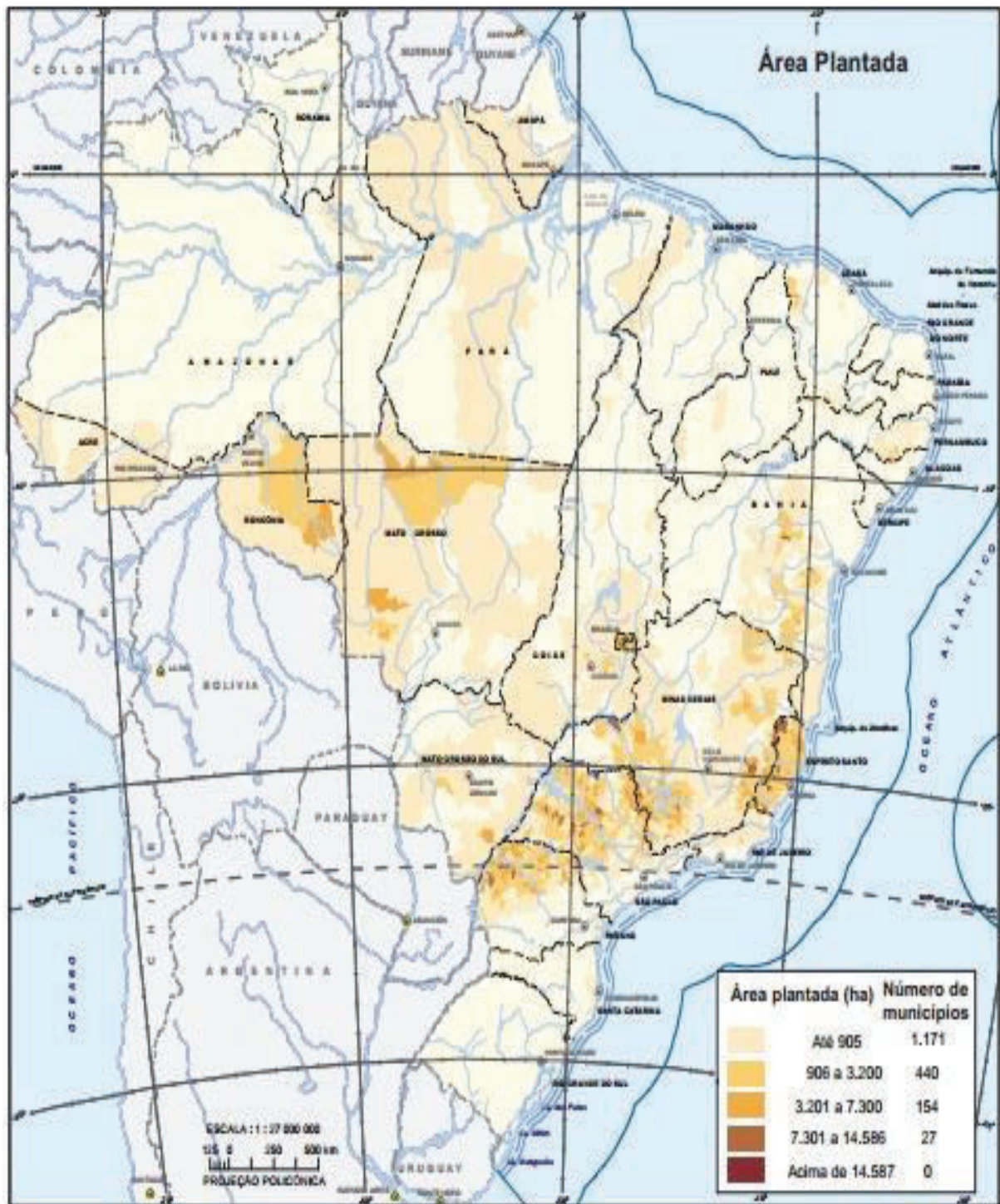
Nesse mapa, é possível observar a área plantada de café no Brasil, no ano de 1975, e sua espacialização pelo país. É o momento de expansão da cafeicultura dos estados de Paraná e São Paulo para outros estados brasileiros, como por exemplo, o nordeste do país e o estado do Mato Grosso.

Um dos principais fatores que impulsionaram essa expansão da cafeicultura pelo Brasil, nesse contexto histórico, foi a forte crise socioeconômica na produção de café no estado do Paraná, já que

No Paraná, nos anos de 1960, as geadas provocaram grandes impactos negativos nos índices de produção do estado e na perda significativa de cafeeiros. Somente no ano de 1967, 500 milhões de pés de café foram danificados pelas baixíssimas temperaturas que pairavam sobre a região. Na década seguinte, em 18 de Julho de 1975, a “Geada Negra”, assim denominada devido ao grau de intensidade, foi responsável pelo estrago de mais de 300 mil hectares de lavouras, com a eliminação de 200 milhões de cafeeiros e mais de 700 milhões de pés deteriorados, zerando a safra estadual de 1976 (SANTANA, 2016).

Os estados de Paraná e São Paulo eram os maiores produtores nacionais de café, sendo que, apenas o Paraná, nesse período, era responsável por mais de mais de 50% da produção nacional de café (IBGE-GEOGRAFIA DO CAFÉ, 2016). Sendo assim, do ponto de vista da produção de café em escala nacional, a crise na cultura cafeeira no estado do Paraná exigiu do capital a necessidade de expandir-se pelo país na captura de novas áreas produtoras do grão. A seguir, no mapa 3, é possível observar a continuidade desse processo de expansão da cafeicultura pelo país em busca de novas áreas produtivas:





Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1985.

**Mapa 3:** Mapa da área plantada de café em 1985.

Fonte: IBGE\_Geografia do Café (2016, p.18).

Nesse mapa em tela, é possível observar a expansão da lavoura de café em grande parte do estado da Bahia, como também, sua expansão para outros estados do Nordeste, como por exemplo, Pernambuco e Piauí. No norte do país, observa-se a expansão da área plantada de café no estado de Rondônia. Desse modo, a área plantada de café em 1985 (uma década após o mapeamento da área plantada de café) aumentou de modo considerável e representou uma nova espacialidade da cafeicultura no país.

Nesse contexto, o lema adotado na ocasião era “*Renovar para Salvar*”, orientada por uma política de incentivo à expansão do cafezal em áreas livres de ocorrência de geada e que tivessem maior produtividade e proporcionasse melhor qualidade (JÚNIOR, 2012, p.90). Por isso, para Santana (2016, p.33) essas políticas de recuperação da cultura cafeeira no decorrer dos anos 1960, tiveram como uma das principais ações a expansão da cafeicultura pelo território nacional, com a finalidade de garantir maior representatividade do Brasil no *ranking* das exportações mundiais de café. Segundo a autora, a ordem do dia era intensificar e expandir cada vez mais a produção de grãos para novas áreas e, assim, aumentar a exportação de café brasileiro.

É necessário reforçar que entendemos o Plano de Renovação e Revigoração do Café (PRRC) implantado em Vitória da Conquista na Bahia, por meio desse movimento de expansão espacial da cafeicultura nacional para garantir maior expressividade na exportação desses grãos. Além disso, é importante destacar que, na essência, esse projeto estava a serviço da lógica do capital em escala global de criar novos espaços de acumulação. Assim, antes do Planalto da Conquista ser escolhida pelo capital enquanto área produtora de café foi realizada uma série de análises para averiguação do seu possível potencial enquanto área produtora. De acordo Santana (2016, p. 34 e 35) os principais critérios para tal confirmação foram:

- 1) Estudos realizados pela IBC por volta de 1970 para verificação da situação climática, constatando altitudes acima de 700 metros de altitude, e também, temperaturas entre 15° e 25° C. Essas temperaturas sinalizam um boa área para produção de café do tipo Arábica e não corria riscos de geada;
- 2) A topografia era composta, basicamente, de solos do tipo latossolo e podizólicos, planos e levemente ondulados, sendo favoráveis para fornecimento de nutrientes necessários para a planta de café e, conseqüente, fornecia menos ônus em tratamentos agrícolas para recuperação dos solos;

- 3) A localização geográfica de Vitória da Conquista situada em uma área de transição entre a mata atlântica e caatinga, permitindo acesso para plantio do café na mata atlântica e secagem na caatinga; com isso objetivou-se, na ocasião, a dispensa de equipamentos e energia para secar o café, reduzindo os custos finais da produção;
- 4) Boa rota rodoviária entre o sertão e a zona da mata, facilitando a circulação da mercadoria pelos portos de Salvador e Ilhéus.

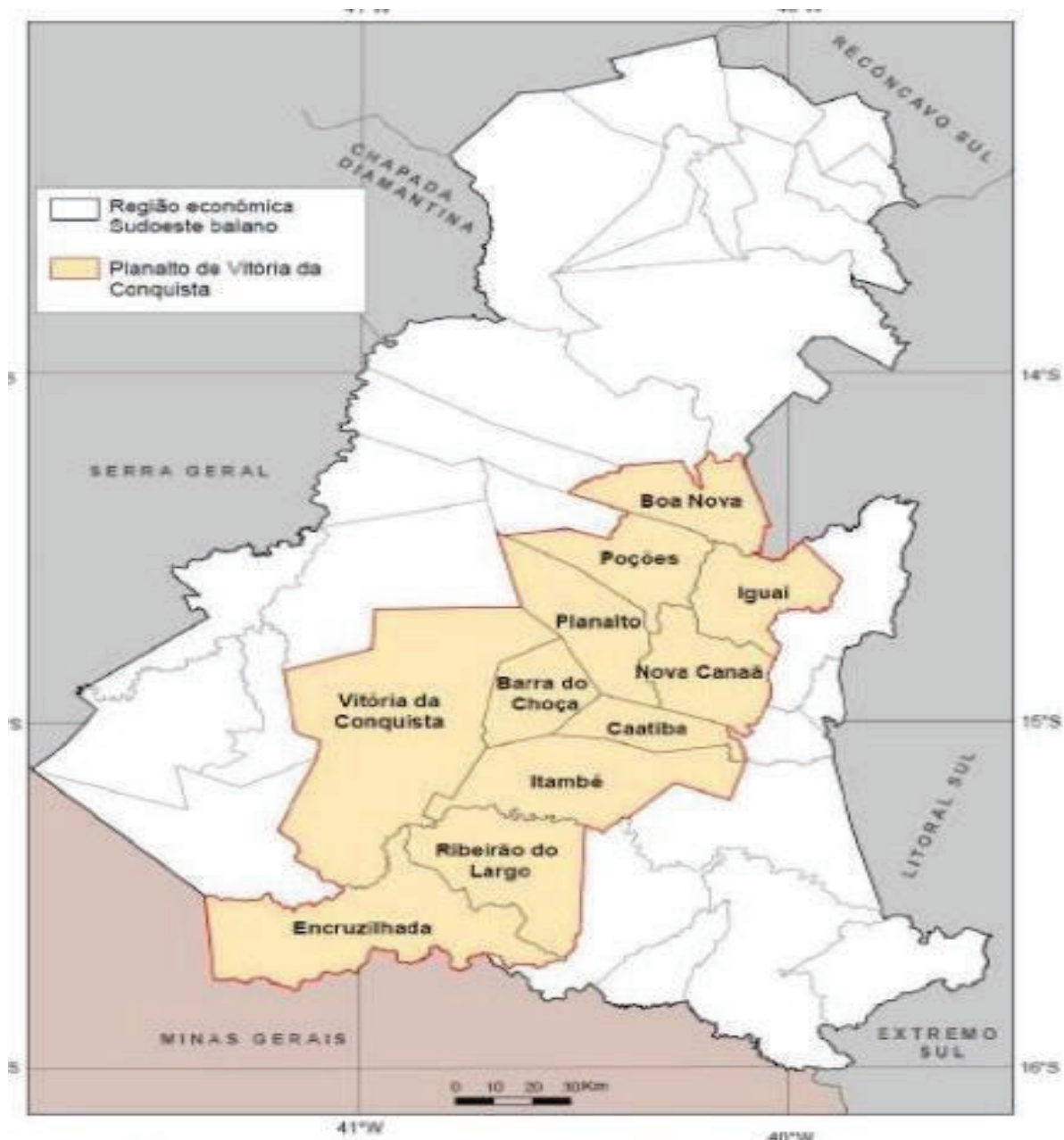
Não podemos deixar de esclarecer que, de acordo com as formulações em Santana (2016), nossa análise sobre essas condições ambientais (como, por exemplo, o tipo de clima e de solo favorável para o cultivo do café) para a escolha de novas áreas produtora de café, “não se trata de reforçar uma visão naturalista, onde as condições ambientais “favoreceram” o desenvolvimento do Planalto da Conquista, até porque este foi impulsionado pelo Estado na busca de novos espaços para o capital” (SOUZA, 2008, p.464 e 465). Por isso, a análise desses principais pontos, possibilita entender o processo de desenvolvimento capitalista no Planalto da Conquista por meio da expansão espacial da cafeicultura, que se realizou de forma desigual, tendo em vista que esteve a serviço do projeto de expansão geográfica do capital.

Foi nesse contexto que o IBC constatou o imenso potencial do Planalto da Conquista para a produção de café. E em 1972, Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoração da Agricultura (PRRC), no Governo do General Médici. O plano tinha como objetivo principal ampliar as áreas semeadas de café (PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2017).

Após a implantação do PRRC, as lavouras de café multiplicaram-se em poucos anos. Em 1975, em Conquista, foram colhidas 840 sacas desse grão; em 1983, esse número subiu para 13.179 sacas, e, diante disso, muitos cafeicultores enriqueceram (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2017). Nessas condições, é importante assinalar que o acesso ao crédito limitou-se aos grandes empreendedores latifundiários e grandes comerciantes, deixando de fora os camponeses (SOUZA, 2008). Além disso, é importante entender que o PRRC implantado no município em 1972, deu início à expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista como intenso processo de expansão desse cultivo. Investimentos estimáveis do Estado foram encaminhados para a expansão da cafeicultura conquistense e, com isso, diversos subsídios e créditos foram concedidos para estimular a

produção de café nessa área, se expandido para cidades como Poções, Planalto e Barra do Choça (SANTANA, 2016).

A expansão da cafeicultura realizou-se, necessariamente, em 11 municípios do Planalto da Conquista, tais como: Poções, Nova Canaã, Barra do Choça, Planalto e Vitória da Conquista. No mapa a seguir, é possível observar o Planalto da Conquista e esses 11 municípios produtores de café:



**Mapa 04:** Municípios produtores de café na região do Planalto da Conquista  
**Fonte:** Santana (2016, p.122).

Nesse sentido, do ponto de vista das implicações socioeconômicas da expansão do plantio de café no Planalto da Conquista, Júnior (2012) destaca que o PRRC tinha como objetivo promover transformações de modo a garantir o desenvolvimento regional e melhorar as condições de vida da população. No entanto, como explica Souza (2008), o discurso desenvolvimentista da expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista que prometia o desenvolvimento regional e melhoria nas condições de vida da população, em sua essência, esteve a serviço das classes dominantes. Pois, na medida em que o café se expandia no Planalto, camponeses foram expropriados de suas terras e, muitos deles, foram condicionados à superexploração do trabalho nas lavouras de café e/ou ao desemprego estrutural.

Isso ocorreu mediante o processo de divórcio entre o trabalhador e as coisas necessárias para realizar seu trabalho, como por exemplo, a terra, máquinas e ferramentas, e constituiu o primeiro passo para instauração do reino do capital e sua expansão. Ao trabalhador divorciado dessas coisas, restou-lhe vender sua força de trabalho ao capitalista como modo de garantir sua sobrevivência (MARTINS, 1981).

Esse processo trata-se de uma “acumulação via espoliação”, pois consiste na mercadorização e privatização das terras e conversão de vários direitos da propriedade, com a expulsão violenta de camponeses de suas terras por meio do apoio do Estado, que serve aos interesses de desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2004). Diante disso, o processo de expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista intensificou as contradições entre capital-trabalho no espaço agrário já que

A terra que não possuía grande valor torna-se objeto de possibilidades de ganhos econômicos concretos, fonte de especulação e de ganância por parte dos proprietários e comerciantes da região. Muitos posseiros e mesmo pequenos produtores são expulsos, pressionados a venderem suas terras, ou se transformarem em empregados das fazendas. Outros se deslocam para as cidades, a fim de buscar garantia de vida por meio do acesso aos trabalhos urbanos, o que nem sempre acontece. Nesse processo, muitos grupos empresariais, da região e mesmo de fora, adquirem terras no sudoeste da Bahia. Comerciantes buscam ampliar seus lucros na compra ou grilagem de terras, ainda que à custa da violência praticada a posseiros, não raras vezes, tomando-se, também, latifundiários (SOUZA, 2008, p.467).

Assim, a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, promoveu a supervalorização de terras. Diversos proprietários de outras regiões ficaram interessados em comprar terras no planalto conquistense. Nesse caso, houve uma demanda muito grande pela

compra e regularização de terras junto ao Estado, que facilitou a privatização dessas terras para aqueles que pretendiam produzir café (SANTANA, 2016). Desse modo,

É por meio do discurso do “desenvolvimento” que o Estado promove as condições concretas de apropriação das terras do Planalto da Conquista pelas classes dominantes, em detrimento das diversas formas de organização camponesas predominantes até então. A ideologia do desenvolvimento, portanto, garantiu amplas margens de lucro e renda para as classes dominantes e, ao mesmo tempo, mascarou as arbitrariedades ocorridas com os que vivem do trabalho, os camponeses e os trabalhadores assalariados (SOUZA, 2008,p.467).

Nesse horizonte, a expansão da cafeicultura por meio do discurso de desenvolvimento foi responsável, na realidade, por um desenvolvimento desigual e combinado, pois

Existe uma relação entre todos os fatos e sempre há por trás do discurso do “progresso” e do “desenvolvimento” intencionalidades particulares. A primeira vista o discurso se mostra claro e válido, não parece esconder nada, no entanto possui um lado sombrio. Os benefícios e os malefícios dos chamados “projetos de desenvolvimento regional”, e investimentos milionários em infraestrutura são distribuídos de forma desigual, segundo o modelo contraditório do capital, no qual a classe dominante se apropria da riqueza produzida no espaço, enquanto resta às classes subalternas a miséria e a desrealização de suas vidas (LEBRÃO, 2014, p.6).

De acordo com as formulações em Smith (1988, p.127), podemos explicar que essa expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista é resultado do processo de desenvolvimento desigual do espaço, ou seja, o capital operando diante da sua tendência dialética da universalização – generalização do trabalho abstrato na forma valor enquanto relação social dominante – e da diferenciação – diferenciações espaciais estabelecidas pela lógica contraditória do capital.

Em outras palavras, o discurso do desenvolvimento no Planalto da Conquista produziu, na realidade, um desenvolvimento desigual e combinado, uma vez que, o processo de expansão da cafeicultura foi permeado de contradições por uma classe dominante que se apropriou da riqueza produzida no espaço em detrimento da produção da miséria e desrealização da vida de camponeses e trabalhadores assalariados.

Com isso, esse projeto de desenvolvimento capitalista provocou o acirramento da luta de classes no espaço agrário do Planalto da Conquista. Famílias camponesas que foram expropriadas em função do lucro e renda das classes dominantes começaram a se organizar

em luta pela/na terra. E, nesse mesmo contexto, muitas mulheres e homens, trabalhadores do café, começaram a se organizar em busca de melhores condições de trabalho e vida no campo. Esse movimento tomou corpo e na década de 1980 explodiu a greve dos trabalhadores do café em Conquista<sup>15</sup> (SOUZA, 2008).

Diante desse contexto, não podemos deixar de considerar a modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista, o aproveitamento estratégico de determinadas infraestruturas para escoamento desses grãos, dentre outros elementos, que estão inscritos no processo de expansão espacial das lavouras de café e, portanto, integrados ao projeto de expansão geográfica do capital na busca por novos espaços de acumulação.

### **1.5. A expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA: elementos analíticos gerais para compor o debate**

Nesta parte do trabalho, reunimos a discussão de alguns elementos analíticos gerais imprescindíveis para compor o debate que envolve a análise sobre processo de expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista e que, portanto, estão inscritos na geografia histórica do capitalismo da criação de novos espaços de acumulação do capital. Nesse sentido, compõem o temário desse debate os seguintes elementos: modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA, a rodovia BR-116, a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), bem como, as implicações desse fenômeno no espaço agrário-urbano. Portanto, nosso objetivo neste subcapítulo é discutir de modo geral esse conjunto de elementos analíticos.

No que diz respeito ao fenômeno da modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA é preciso esclarecer alguns pontos. O primeiro, é que esse processo está integrado ao processo de modernização da agricultura brasileira e o segundo é que o capital só ampliou os níveis de tecnificação, de modo significativo, na cafeicultura nacional e conquistense a partir dos anos 1990 (SANTANA, 2016)<sup>16</sup>.

De modo mais específico, podemos assinalar que apesar da cafeicultura no Planalto da Conquista está calcada nos moldes da modernização da agricultura brasileira na década de

---

<sup>15</sup> Para mais informações à respeito da greve dos trabalhadores do café em Conquista na década de 1980, consultar as pesquisas de Santana (2016) e Souza (2008).

<sup>16</sup> Os desdobramentos sobre a ampliação dos níveis de tecnificação da produção na cafeicultura conquistense, a partir dos anos de 1990, serão discutidos no capítulo 3 desta dissertação articulado ao fenômeno do domínio da lógica especulativa do capital fictício.

1970, é preciso assinalar que o processo de modernização do café se deu de forma distinta em comparação às outras culturas como a soja e milho, por exemplo. Por isso, mesmo com a implementação de algumas máquinas e uso de agrotóxicos, herbicidas e adubos químicos, o trabalho de homens, mulheres e crianças, nesse momento histórico [Revolução verde], continuou sendo basilar para o trabalho nos cafezais (SANTANA, 2016, p. 124 e 125).

Nesse sentido, a discussão sobre essa fase inicial da modernização da cafeicultura nessa parte do território nacional – que possui recorte temporal de 1960 até 1990, contexto da Revolução Verde – é essencial para entendermos a expansão espacial do café e a geografia histórica da formação desse agronegócio enquanto uma agricultura capitalista mundializada.

Nesse sentido, a análise sobre o processo inicial de modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista envolve, principalmente, o debate acerca da implantação do pacote tecnológico – mecanização, insumo físico - químico e biotecnologia – por meio do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais em escala nacional, pois

O Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, em 1971, foi um marco da modernização da cafeicultura para as regiões tradicionais de café, como Paraná, Minas Gerais e São Paulo, onde ocorreu uma transformação abrupta na maneira de trabalhar com o café, pois até então praticamente não se usavam adubos químicos, calcários, agrotóxicos e a variedade era praticamente a Bourdon. Com o Plano de Renovação, a cafeicultura brasileira foi obrigada a se modernizar, principalmente, no que diz respeito a novos espaçamentos, com mais plantas por hectare, uso de novas variedades como Catuaí e Mundo Novo, bem como o uso intensivo de máquinas, implementos, calcários, adubos químicos e agrotóxicos, todos vinculados aos financiamentos, pois o produtor só tinha o crédito se estivesse dentro desse pacote tecnológico (DUTRA, 2004, p.58).

Dessa maneira, o processo de modernização dos cafezais no Brasil, foi impulsionado pelo PRRC, em 1971, tendo em vista que esse plano tinha, dentre outros objetivos, modificar a estrutura produtiva dos cafezais, por meio de implantação das inovações tecnológicas, como o uso de adubos químicos, agrotóxicos e mecanização do trabalho no campo.

Além do mais, como já foram discutidas, essas inovações tecnológicas na agricultura tem como finalidade minimizar a dependência da produção agrícola com relação aos ciclos natureza, de modo que, procura aproximar o tempo de produção na agricultura ao tempo de produção industrial. Outro ponto importante é que o pacote tecnológico implantado na cafeicultura nacional foi financiado, fundamentalmente, por órgãos internacionais (DUTRA, 2004, p.56). O Estado foi aliado do capital por difundir e financiar por meio de crédito



bancário o uso de novos insumos industrializados nas lavouras de café, bem como, implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), fortalecendo seu vínculo com o capital estrangeiro na figura do Banco Mundial (SOARES, 2011, p.67). Sobre os financiamentos provenientes do Estado, observe a seguir, a tabela sobre o crédito rural no Brasil nos anos do ano de 1970 a 1980:

TABELA 02: Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980

Ano	Total*	Taxa de juro real (em %)
1970	9.277	- 3,9
1971	10.729	- 4,0
1972	13.269	- 1,5
1973	18.762	- 1,4
1974	23.203	- 15,1
1975	33.827	- 11,5
1976	34.678	- 21,9
1977	30.944	- 16,7
1978	31.475	- 17,7
1979	39.205	- 34,4
1980	37.492	- 37,7

\*Valores em milhões de reais.

Fonte: Santos (2013).

**Tabela 02:** Crédito rural contratado no Brasil 1970 – 1980.

**Fonte:** Santana (2016, p.40 e 41).

Nessa tabela em tela, é possível observar o crédito rural contratado no Brasil na década de 1970 a 1980. Sobre isso, pode-se afirmar que a quantidade de crédito concedida de empréstimos foi exorbitante e ainda com taxas de juros negativa. Em 1970, os juros foram de -3,9%, enquanto em 1980 os juros atingiram os inacreditáveis -37,7%. Ou seja, em tese, o produtor pagaria a menos do que o valor creditado, pois como afirma Santana (2016, p.41) se o agricultor solicitasse um financiamento no valor de CR\$ 100,00 em 1980, pagaria ao banco o valor de CR\$ 62,30.

No que diz respeito ao acesso ao crédito no Planalto da Conquista, pode-se assinalar que se expandiu para investidores que, em sua maioria, não tinha contato com as atividades agrícolas, mas começaram a investir no setor, como por exemplo, empresários, comerciantes e profissionais liberais (DUTRA, 2004). Retomando a ideia de Oliveira A.U. (2003), nessa conjuntura, a figura do capitalista e do latifundiário torna-se a mesma pessoa. E de acordo Souza (2008) os camponeses não tiveram acesso aos empréstimos, configurando, assim, uma agricultura capitalista desigual e contraditória.

Esses aspectos possibilitam analisar a inserção das inovações tecnológicas na cafeicultura nacional e, evidentemente, no Planalto da Conquista, por meio do projeto de expansão do capital em busca de novos espaços de acumulação, intensificando o uso do espaço, para tentar retomar o ritmo de circulação e a acumulação do capital em crise (HARVEY, 2011). Nesse sentido, o aumento da composição orgânica do capital é materializado no cultivo do café, dentre outras formas, pela mecanização e utilização de agrotóxicos, ambos utilizados para diminuição da demanda da força de trabalho, pois há um aumento do trabalho constante (meios e equipamentos de produção) em relação ao trabalho variável (trabalho humano), o que por sua vez, diminui o tempo de trabalho socialmente necessário na produção e aumenta a apropriação da mais-valia relativa pelo capital. Para Harvey (2013), essa tentativa de retomar o ritmo de acumulação, aprofunda ainda mais sua crise, pois, o aumento do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo, implicam na desvalorização do capital<sup>17</sup>.

Nessa conjuntura, as organizações internacionais dos países centrais do capitalismo, financiam a juros a compra dessas máquinas e insumo físico-químico para os países periféricos. Desse modo, a inserção do capital financeiro no espaço agrário surge como uma forma de valorização do valor, pois o capital que estava sem circulação em razão da superacumulação encontra meios de circulação na esfera financeira por meio de máquinas e equipamentos importados pelo Brasil de empresas dos países do centro.

Assim, o extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), que havia lançado o PRRC, zoneou a área de plantio de café no Planalto da Conquista e o inseriu no programa de crédito para o pacote tecnológico. Esse pacote tecnológico consistia no uso frequente de produtos químicos, adubos, fungicidas, herbicidas mais o uso de máquinas e outros implementos agrícolas, seguindo o rumo de modernização imposta pelo Plano de Renovação e Revigoração dos cafezais (DUTRA, 2004, p.95). Nessa direção, o aparelho do Estado promoveu iniciativas voltadas para atender o projeto de modernização da cafeicultura e por isso,

No início da década de 1970, a criação da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMPBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) intensificou a cientificação da agricultura e expandiu o meio técnico científico pelo território nacional,

---

<sup>17</sup> No capítulo 3 desta dissertação, iremos discutir melhor esse processo de desvalorização do capital associado à lei da tendência da queda da taxa de lucro e a reprodução fictícia de capital.

atuando proeminentemente na pesquisa e extensão para a criação, adaptação e propagação de tecnologias modernas para o campo (SANTANA, 2016, p.48).

De acordo com o exceto acima e formulações dessa autora, foi possível verificar que o Estado além de financiar o projeto de modernização da cafeicultura, também, ficou responsável pela difusão, pesquisa, extensão e adaptação dessas tecnologias no campo. Assim, o Estado em conluio com o capital teve papel fundamental para o processo de modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista e, anos mais tarde, promoveria ações dessa natureza por órgãos estatais como a extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a abertura do curso de agronomia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que teve papel importante nessas políticas de inovações tecnológicas para o café.

Para Di Lauro (2011, p.78), diante desse contexto, a produção de café no Planalto da Conquista-BA aumentou de maneira considerável. Nesse sentido, o autor verificou esse aumento na produção de café pela análise de dois dos principais municípios produtores (Barra do Choça e Vitória da Conquista): a produção de Barra do Choça por volta do ano de 1975 a 1977, ultrapassou a marca de 15 mil toneladas e Conquista, no mesmo período, ultrapassou pouco mais de 10 mil toneladas. Em 1985, aproximadamente 10 anos após a implantação dos projetos de modernização da cultura do café, constatou-se- uma produção em Barra do Choça acima de 30 mil toneladas e Vitória da Conquista atingindo a média de mais de 20 mil toneladas. Essa comparação do aumento expressivo da produção ao longo de apenas uma década, possibilita associar os efeitos da modernização da cultura cafeeira no Planalto da Conquista, com o projeto capitalista de ampliação da produção do café para fins de exportação.

É importante assinalar que em virtude do processo de modernização da cafeicultura no Planalto da Conquista ter se realizado de forma concentrada nas mãos de médios e grandes proprietários, esse lógica de modernização atendeu primordialmente as necessidades de reprodução do capital, pois se ancorou num modelo de agricultura capitalista direcionada para aumento da produção desses grãos com fins de exportação à custa da degradação do meio ambiente e agressão à vida humana (SANTANA, 2016, p.44-48).

Nesse contexto, o capital contou, também, com a existência de uma infraestrutura favorável para a operacionalização do seu projeto de criação de novos espaços de acumulação e, nesse caso, a BR-116 compunha esse projeto para expansão espacial do café no Planalto baiano.

A BR-116 é uma importante rodovia que corta o Brasil de Norte a Sul, ela começa no estado do Ceará e se estende até o Rio Grande do Sul. Em Vitória da Conquista o início da sua construção é na década de 1940. Desde então, historicamente, essa rodovia ganhou grande relevância para a cidade, pois se constituiu num importante eixo de escoamento de mercadorias diversas, como o gado e café e circulação de pessoas (SANTOS; ALMEIDA, 2009).

Com relação a sua localização, pode-se afirmar que a BR-116 desempenhou papel fundamental no processo de expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, pois possui posição geográfica estratégica e favorável para o escoamento do café, já que facilita trocas com áreas importantes de produtores e comerciantes do centro-sul do país e demais estados do nordeste.

É essencial também assinalar, a existência de estradas que foram implantadas no sentido leste-oeste e outras que formaram entroncamento do sertão para o litoral, destacando-se entre as principais: Vitória da Conquista/Brumado (BA-262, leste-oeste), Vitória da Conquista/Itabuna (BA-263/BR415, sertão-litoral) (DI LAURO, 2011). Essas estradas possibilitam a articulação rodoviária entre Vitória da Conquista e demais municípios do estado, em destaque para importantes entroncamentos do sertão para o litoral, que facilitou a comunicação com os portos de Ilhéus na Bahia visando o escoamento de mercadorias para exportação.

Além disso, o asfaltamento da BR-116 na década de 1970, promoveu o encurtamento do tempo de circulação de mercadorias, garantindo redução de custos nesse processo, o que por sua vez, repercutiu em ganhos concretos para capitalistas e proprietários fundiários e comerciantes que se instalavam na região. Nesse contexto, a BR-116 forneceu condições concretas para o projeto capitalista de expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista (SOUZA, 2008, p.423).

Inclusive, os primeiros incentivos do PRRC para a expansão da cafeicultura concentraram-se em Vitória da Conquista, pois, desde a década de 1960, esse município apresentava forte influência regional e contava com grande fluxo de mercadorias e pessoas impulsionado pela BR-116 (SANTANA, 2016). Nessa conjuntura, articulado a posição privilegiada e estratégica da BR 116, foi implanto em 1972 o Distrito Industrial dos Imborés que

Na mesma esteira do discurso “desenvolvimentista”, cuja prioridade voltava-se ao desenvolvimento urbano e industrial, e cuja produção agrícola prioritariamente deveria voltar-se a exportação (que financia o processo de industrialização), ou sendo beneficiada para fins de atender também o crescente mercado urbano, o governo da Bahia, frente às pressões de políticos locais, passa a investir em um projeto de industrialização no município de Vitória da Conquista. A área escolhida encontra-se nas proximidades da Serra do Periperi, parte Norte da Cidade, cerca de 5km, local pertencente a Superintendência do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (SUDIC) (SOUZA, 2008, p.422 e 423).

A implantação do Distrito Industrial dos Imborés nas proximidades da área do Periperi em 1972 fez parte do pacote de políticas desenvolvimentistas implantadas em Vitória da Conquista, sob a pressão das elites locais. Nesse contexto, o processo de industrialização da cidade foi voltado para o desenvolvimento capitalista urbano e industrial e foi impulsionado pela produção do café, que precisava dessas condições materiais para se desenvolver enquanto uma agricultura capitalista para fins de exportação.

Outro elemento importante na/para expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista foi o início dos serviços voltados para atender o café, oferecidos pela Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC). A Cooperativa iniciou a operação de suas atividades, por volta dos anos de 1968 e, de início, não atuava no ramo do café, pois prestava serviços de ordem agropecuária para os pequenos produtores de mandioca, pequenos criadores, entre outros. Mas, aos poucos, direcionou sua agenda de atividades e serviços para atender às demandas dos cafeicultores (DUTRA, 2004, p.132).

A Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPAMAC) passou a prestar serviços para o café na realização de feiras agropecuárias, construção de armazéns, usina de beneficiamento de café, laboratório para análise do solo, comercialização de produtos agrícolas, como insumo físico-químico e alguns equipamentos. (DUTRA, 2004, p.133). Nesse sentido, a cooperativa além de fornecer uma estrutura favorável para os serviços pré-comercialização, também, articulava algumas comercializações entre produtores e exportadoras e a indústrias de torrefação. Por essas razões, a COOPMAC, anos depois, passou atender os produtores de café de todos os municípios do Planalto da Conquista (DUTRA, 2004, p.133).

Nessa conjuntura, a inserção do capital no campo se aprofundou e a expansão espacial do café no Planalto da Conquista promoveu transformações substanciais no espaço agrário-urbano do município, pois de acordo Souza (2008) a expansão do plantio do café

promoveu a expulsão de várias famílias camponesas, uma vez que, as pequenas unidades familiares foram substituídas pelo latifúndio e, portanto, sem perspectiva de reprodução da vida no campo, muitas dessas famílias, foram para a cidade na tentativa de garantir sua sobrevivência. Isso repercutiu no crescimento urbano desordenado na cidade de Vitória da Conquista. Na tabela abaixo é possível observar esse crescimento populacional desordenado:

**TABELA 05 – Distribuição da População Urbana e Rural - Vitória da Conquista/BA 1940/2010**

ANOS	TOTAL	Quantidade e Percentual da População			
		Urbana	%	Rural	%
1940	33.554	8.644	25,7	24.910	74,3
1950	46.456	19.463	41,6	26.993	58,4
1960	80.113	48.712	60,7	31.401	39,3
1970	125.573	84.346	67,1	41.227	32,8
1975	172.242	127.013	73,7	45.229	26,2
1980	170.897	127.652	74,6	43.245	25,3
1991	225.091	188.351	84,0	36.740	16,0
2000	262.494	225.545	86,0	36.949	14,0
2010	306.866	274.739	89,5	32.127	10,5

FONTE: IBGE, Censos Demográficos 1940 a 2010.

Organização: Venozina e Oliveira Soares.

**Tabela 03:** Distribuição da População Urbana e Rural –Vitória da Conquista/BA – 1940/2010.

**Fonte:** Soares (2011, p.87).

De acordo com essa tabela, é possível observar o aumento percentual e absoluto da população urbana de Vitória da Conquista e a diminuição da população rural. O momento histórico do pujante crescimento populacional da cidade se dá, principalmente, na expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista e a expulsão das famílias camponesas que, sem terra para produzir buscam na cidade alguma esperança ou possibilidade de reprodução da vida.

Analisando os dados, verifica-se que na década de 1950 a população urbana de Conquista era de 41,6% e a rural 58,4%. Nessa década, a população rural era maior do que a urbana, aproximadamente, 18 pontos percentuais. Na década de 1970, 20 anos depois, e, é importante lembrar, década da implantação do plano de expansão do plantio do café pelo IBC no Planalto da Conquista, verifica-se uma população urbana na cidade de Conquista de 67,1% e a população rural de 32,8%. Nessa década, Conquista contava com uma população urbana de, aproximadamente, 35 pontos percentual maior do que a rural. Isso significa que na

década de 1970, a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista e a expulsão de camponeses de suas pequenas propriedades familiares, provocou uma intensa mobilidade do trabalho no sentido campo-cidade com transformações no espaço agrário-urbano.

Ainda no que diz respeito ao crescimento dessa população urbana, é percebido uma intensa desigualdade socioespacial, pois com a implantação do complexo cafeeiro, vários camponeses, bem como trabalhadores de outros municípios circunvizinhos, migraram para a cidade de Vitória da Conquista. Isso, por sua vez, gerou o grande crescimento populacional e espacial da cidade, de forma desordenada, constituindo o processo de produção da periferia urbana (LEBRÃO, 2014).

A demanda dessa crescente população por uso do solo na cidade de Vitória de Conquista passou a ser realizada, basicamente, por loteamentos que iam se multiplicando de maneira irregular. Nesse sentido, esses loteamentos eram afastados do centro da cidade e sem nenhum tipo de infraestrutura. A demanda por moradia era crescente e a produção da periferia urbana conquistense se deu de forma veloz. O processo tem início em 1950 quando 11 loteamentos são criados e alguns deles só são regularizados posteriormente. Em 1960, 29 loteamentos foram licenciados e em 1978, Vitória da Conquista já contava com 65 loteamentos, dos quais grande parte já havia sido ocupada (LEBRÃO, 2014).

Assim, a inserção do capital no campo por meio da expansão espacial da cafeicultura possuiu interesses particulares já que investimentos milionários em infraestrutura foram distribuídos de maneira desigual, pois se concentravam nas mãos da classe dominante (capitalistas e proprietários fundiários), deixando a população (trabalhadores e camponeses) em condição de desigualdade e desassistidos pelo Estado (SOUZA, 2008).

Os apologistas do capital, sobretudo na figura de alguns aparelhos da mídia local de Vitória da Conquista e estadual baiana, afirmam, nesses noticiários, que o café na década de 1970 trouxe desenvolvimento para a cidade e região, pois promoveu um enorme crescimento urbano e movimentou a economia. No entanto, na contramão do discurso hegemônico do capital, estamos em acordo com as formulações de Souza (2008) ao afirmar que a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, calcado no processo de modernização da agricultura brasileira da década de 1970, promoveu um desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, pois o Estado em aliança com capital favoreceu as elites de capitalistas e latifundiários à custa da superexploração da classe trabalhadora e expulsão dos camponeses do campo.

Desse modo, as discussões realizadas até aqui, no presente trabalho, à respeito do processo de modernização da agricultura, composição dos CAIs, bem como, os fenômenos de mudanças na base técnica produtiva da agricultura, e o modo como isso se realizou no fenômeno da expansão espacial do café no Planalto da Conquista, são elementos essenciais para a compreensão dos aspectos gerais da geografia histórica do capitalismo para formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista e, portanto, fundamentais, para entender os mecanismos da produção-comercialização desse agronegócio, em tempos neoliberais de uma agricultura capitalista mundializada.



## **CAPÍTULO 2 – A AGRICULTURA CAPITALISTA MUNDIALIZADA E OS MECANISMOS DA PRODUÇÃO-COMERCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (de 1990 até os dias atuais)**

A década de 1990 é ponto de partida dessa discussão para entendermos a agricultura capitalista nos dias atuais. Nessa década, consolida-se o projeto neoliberal no Brasil articulado ao movimento de mundialização do capital. A abertura de mercados, inclusive o de capitais, favorece o monopólio de grupos mundiais no setor agropecuário que operam sob o imperativo da lógica de produção de alimentos em forma de *commodities*.

A agricultura capitalista mundializada, nesses termos, consolida-se enquanto um processo intercambiado entre a mundialização do capital e as políticas neoliberais. Nesse contexto, o mercado mundial de café que antes era controlado pelo Estado, passa a ser comandado por grupos de multinacionais.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo principal discutir a agricultura capitalista mundializada e os mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Para iniciar essa discussão, propomos apontamentos teóricos gerais sobre o neoliberalismo e agricultura capitalista mundializada para fins de contextualização. Em seguida, discutimos como o mercado mundial de café, a partir da década de 1990, passou a ser controlado pelas grandes corporações internacionais. Para isso, apresentamos a caracterização desse setor em escala global e nacional. E, nessas condições, analisamos os mecanismos espaciais da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista, discutindo o papel dos principais sujeitos e/ou agentes locais envolvidos nesse processo, com ênfase na organização capitalista do espaço desse setor, sob a lógica de uma agricultura capitalista mundializada.

### **2.1. Neoliberalismo e o Estado Neoliberal**

A discussão sobre a geografia histórica do capitalismo na formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA foi de fundamental importância para iniciarmos o debate sobre os mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café sob as determinações de uma nova lógica de acumulação capitalista no espaço agrário brasileiro, a partir da década de 1990. Essa nova lógica é fundada numa agricultura capitalista

mundializada sob o imperativo das finanças e pela produção mundial de alimentos em forma de *commodities* (OLIVEIRA A.U., 2016).

A ascensão do neoliberalismo e do Estado liberal no Brasil, nos anos de 1990, é um processo intercambiado a mundialização do capital e, portanto, compõem a agricultura capitalista mundializada (OLIVEIRA A.U., 2016).

Ancoramo-nos nas formulações de Oliveira A.U. (2016, p.11) para explicar que o neoliberalismo é um conjunto de ideias capitalistas de ordem política e econômica, fundada no princípio da liberalização total do comércio em escala mundial e da não participação do Estado na economia. Nesses termos, defende, dentre outras coisas, a livre circulação de capitais em escala internacional, abertura de economias nacionais para entrada de multinacionais e adoção de políticas de privatização de estatais.

Do ponto de vista do processo histórico de sua formação, podemos assinalar que o neoliberalismo surgiu pós Segunda Guerra Mundial (1945) como uma resposta teórica/política aos modelos do *Welfare State* – estado do bem-estar social – e do Keynesianismo<sup>18</sup>. Assim, a proposta neoliberal tem sua gênese teórica na vertente do liberalismo clássico – que, dentre outras coisas, defendia fundamentalmente o livre mercado e a “*mão invisível do mercado*” (de Adam Smith) para regular a economia. Nesse sentido, é importante assinalar que o ideal neoliberal não se estabeleceu de imediato, pois as medidas keynesianas estavam, até certo limite, remediando a crise capitalista com a intervenção do Estado na economia e das políticas de bem-estar social. Mas, em 1970, devido à crise-acumulação do capital mundial, o debate neoliberal ganha terreno e se legitima como alternativa para remediar a crise de acumulação capitalista (SANTOS, 2016, p.169 e 170).

A partir da década de 1970, o neoliberalismo põe em prática seu projeto político econômico e inicia o processo de desregularização, privatizações, abandono das práticas do bem-estar social em diversas áreas, como a previdência social, saúde e educação. Além disso, as práticas neoliberais iniciam a atuação para liberalização do mercado e fortalecimento do

---

<sup>18</sup> O keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia a ação do estado na economia com o objetivo de atingir o pleno emprego. O keynesianismo foi usado na História, principalmente durante as crises que ocorreram no século XX. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi a doutrina econômica que deu suporte ao plano New Deal do presidente Roosevelt, voltado para tirar a economia norte-americana da profunda crise provocada pela Quebra da Bolsa de Valores de 1929 (Grande Depressão). Os países europeus, cujas economias estavam esfaqueadas no final da Segunda Guerra Mundial, também recorreram aos fundamentos do keynesianismo para tirar suas economias da crise. Nesta situação era de fundamental importância a interferência do Estado, como fonte de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/keynesianismo.htm>

mercado financeiro mundial, por meio de instituições internacionais como o FMI e Banco Mundial e, assim, o projeto neoliberal se desenvolve com forte articulação entre o Estado, as grandes corporações multinacionais e o capital financeiro (HARVEY, 2007).

O FMI e o Banco Mundial foram peças fundamentais da estratégia do neoliberalismo para possibilitar a livre circulação de capital excedente dos países do centro para a periferia capitalista. Desse modo, a liberalização do mercado mundial e do crédito, intensificaram as atividades financeiras nos bancos de Nova Iorque que passaram a realizar empréstimos a governos estrangeiros, que eram, em sua maioria, de países periféricos. Esses países sedentos por financiamento, fizeram empréstimos em abundância nos bancos de Nova Iorque. O problema é que os empréstimos eram fixados em dólares e a moeda desses países tinha menos poder de mercado do que a moeda estadunidense e, portanto, ficavam à mercê das determinações dos grandes bancos de Nova Iorque. Assim, não demorou muito para que os países periféricos sofressem os efeitos desses empréstimos e começassem a se endividar, como por exemplo, a moratória do México em 1982<sup>19</sup> (HARVEY, 2007, p.34).

Endividados, os países tornaram-se reféns da dívida do FMI e do Banco Mundial e para honrar o compromisso da dívida, foram condicionados a adotar o projeto neoliberal, como por exemplo, o corte de gastos nos serviços públicos e a redução dos direitos sociais, privatizações das empresas públicas, aprovar leis de flexibilização do trabalho e abertura comercial e financeira (MARTUSCELLI, 2015, p.31). Assim, o FMI e o Banco Mundial se converteram em centros da propagação e execução do projeto político-econômico neoliberal (HARVEY, 2007, p.34).

É importante assinalar que o neoliberalismo não ocorreu de forma homogênea entre os países, apresentando configurações diferentes, e por isso

É preciso entrever que a história do capitalismo neoliberal é marcada por uma configuração variada, podendo estar associada aos seguintes contextos políticos: regimes políticos ditatoriais (p.ex., Argentina e Chile nos anos de 1970) ou regimes democráticos (p.ex., França, Alemanha e Brasil); formas de governo presidencialista (p.ex., Brasil e EUA) ou parlamentarista (p.ex., Inglaterra); governos conservadores (p.ex., governos de Thatcher, na Inglaterra e de Regan nos EUA) ou trabalhistas (p.ex., Austrália e Nova Zelândia nos anos de 1980); países imperialistas (p.ex., EUA, Alemanha e Japão) ou dependentes (p.ex., Brasil, Argentina e África do Sul) (MARTUSCELLI, 2015, p.32).

---

<sup>19</sup> Sobre a moratória da dívida do México em 1982 verificar em <http://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-criises-do-brasil/>

O desenvolvimento do neoliberalismo pelo mundo foi de forma desigual e nem sempre combinada e, isso, se evidencia, pelas diferentes configurações e contexto histórico das práticas neoliberais entre os países, como por exemplo, em regimes ditatoriais como Argentina e México na década de 1970 ou em governos trabalhistas como da Austrália e Nova Zelândia nos anos 1980. Ou no caso do Brasil, que para Martuscelli (2015, p.33 e 34) a ascensão neoliberal no país, tem início, primordialmente na década de 1990, e para que essa ascensão ocorresse, o país passou por um processo de transição ao neoliberalismo dos anos 1980 aos anos 1990, que implicou em pressões imperialistas pelo pagamento da dívida e adoções de práticas neoliberais.

Nesse contexto, a configuração é tão diferenciada que é possível analisar práticas neoliberais em regimes democráticos ou ditatoriais, formas de governo presidencialistas ou parlamentaristas, países do centro capitalistas e países periféricos. Apesar disso, Martuscelli (2015, p.34) explica que o ponto em comum nesse processo é uma ofensiva neoliberal dos países imperialistas sobre os países dependentes. E, para o autor, essa ofensiva foi comandada, sobretudo, pelos grandes bancos – FMI e Banco Mundial – que pressionavam os países dependentes na cobrança de suas dívidas, exercendo pressões para adoções de práticas neoliberais, como privatização, corte de gastos públicos e retirada de direitos da classe trabalhadora como forma de extrair dinheiro desses países para pagamento da dívida.

Desse modo, a restauração do poder de classe, se materializa nas práticas neoliberais ao promover sua ofensiva política das classes dominantes sobre as dominadas, isso acontece, por meio do imperialismo hegemônico no qual os países do centro pressionam os países periféricos endividados para pagarem suas dívidas, e o segundo toma como política dominante do primeiro, práticas neoliberais de privatizações de empresas e serviços estatais, liberalização do mercado comercial e financeiro e retirada de direitos da classe trabalhadora (MARTUSCELLI 2015, p.30). Por isso,

El neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas políticas-económicas que afirma que a melhor maneira de promover el bienestar del ser humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo, dentro de un marco institucional caracterizado por derechos de propiedad privada, fuertes mercados libres y libertad de comercio (HARVEY, 2007, p.8).

Nesses termos, o neoliberalismo e suas práticas político-econômicas intensificam a defesa sobre os direitos da propriedade privada e o fortalecimento dos mercados mundiais pelo livre comércio. O neoliberalismo firma-se, desse modo, como um projeto político econômico de cunho ideológico que atende aos interesses do capital (OLIVEIRA, A.U. 2007). A efetivação desse projeto político ideológico por meio de suas práticas neoliberais é concretizada pelo Estado que tem papel fundamental nesse processo, tendo em vista que

El papel del Estado es crear y preservar el marco institucional apropiado para el desarrollo de estas prácticas. Por ejemplo, tiene que garantizar la calidad y la integridad del dinero. Igualmente, debe disponer las funciones y estructuras militares, defensivas, policiales y legales que son necesarias para asegurar los derechos de propiedad privada y garantizar, en caso necesario mediante el uso de la fuerza, el correcto funcionamiento de los mercados (HARVEY, 2007, p.8).

Assim, o Estado neoliberal tem a importante função para o capital em garantir o marco institucional necessário para o desenvolvimento das práticas neoliberais e, nesses termos, ele atua para assegurar os direitos da propriedade privada e da acumulação capitalista. Portanto, para Harvey (2007, p.14) o Estado neoliberal é um aparato estatal cuja missão fundamental é facilitar as condições para a acumulação do capital, por meio da aliança entre capital internacional e nacional, ao mesmo modo que, fortalece os interesses da propriedade privada, das grandes corporações multinacionais e do capital financeiro.

Para analisar melhor essas práticas neoliberais e seus desdobramentos, é necessário, pois, discutir alguns pontos referentes às diferenças entre o Estado neoliberal na teoria e na prática. Nesse caminho, Harvey (2007) faz a seguinte análise do Estado neoliberal nesses dois contextos:

*1) Estado neoliberal na teoria:* de acordo com sua teoria, o Estado neoliberal deve garantir o direito de propriedade individual, liberalização do mercado e do livre comércio, a diminuição do Estado em políticas sociais, menor intervenção do Estado na economia, para que assim, que cada indivíduo tenha garantido sua liberdade individual e seja responsável pelas suas ações.

*2) Estado Neoliberal na prática:* o Estado neoliberal, na prática, está a serviço dos interesses do capital por meio dos monopólios e da especulação financeira e, desse modo, exerce a restauração do poder de classe, pois, sobretudo em tempos de crise,

privilegia ótimo clima para os negócios e ataca os direitos trabalhistas. Desse modo, nesse conflito de classes, o Estado neoliberal é parcial e é serviçal do sistema financeiro, pois ele age em defesa dos interesses do capital e, para isso, combate todas as formas que possa impedir seus interesses. Assim, o Estado neoliberal pode utilizar de mecanismos de criação de leis de flexibilização do trabalho para garantir acumulação flexível, retirada de direitos da classe trabalhadora e privatizações de empresas e serviços públicos. É, nessas condições, que o Estado passa ao indivíduo sua responsabilidade pelo próprio bem-estar (saúde, educação, moradia, alimentação).

O Estado neoliberal na prática não enfraqueceu a relação do Estado com o capital, nesses termos, ele se reorganizou para atender às determinações neoliberais, injetando dinheiro público por meio de títulos da dívida pública e fundos de pensão estatais para movimentar as ações e o mercado financeiro, além de executar privatização das empresas e serviços públicos, reduzir gastos com serviços públicos sociais e aumentar tributos, como mecanismo para atender à lógica do capital em seu caráter monopolista e financeiro (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, o Estado neoliberal é responsável pela restauração do poder de classe, intensificando as desigualdades sociais, de modo que, o mercado assume o controle da economia e o Estado intensifica suas práticas a serviço dos capitalistas e deixa a classe trabalhadora cada vez mais desassistida de serviços públicos, e em uma condição aguda de precarização do trabalho e de desemprego estrutural. Diante disso, o “Estado mínimo”, mesmo, é apenas para os trabalhadores, ou melhor, para as famílias de trabalhadores.

Portanto, as discussões sobre o neoliberalismo e o Estado neoliberal que estão intercambiadas ao fenômeno da mundialização do capital em seu caráter monopolista financeiro, são basilares para analisar o processo de mundialização da agricultura brasileira sob a égide das finanças, na qual a ordem do dia é produzir alimentos em forma de *commodities* para exportação e especulação nos mercados futuros.

## **2.2. A mundialização da agricultura brasileira**

Como já foi discutida, no capítulo anterior, a agricultura brasileira passou por transformações na chamada Revolução Verde, marcada pelo movimento de integração entre

agricultura-indústria, mudança na base técnica produtiva e produção agrícola direcionada para fins de exportação, implicando em processos de desenvolvimento desigual espacial.

É importante assinalar que, essas transformações no espaço agrário nacional foram possíveis pela aliança entre capital internacional, nacional e Estado enquanto financiador desse projeto que favoreceu a integração de capitais agrários, industriais, bancários e comerciais, de modo que, as empresas iniciaram o movimento de constituição dos monopólios. Resumidamente, esse foi o processo histórico-geográfico da formação de uma agricultura capitalista mundializada em seu caráter monopolista financeiro.

Levando em consideração o processo dessa formação, podemos sinalizar que a mundialização da agricultura brasileira inicia no decorrer da década de 1980 para 1990, mas é nos anos 1990 que ela se instala de maneira mais expressiva e nos anos 2000, com o fortalecimento das práticas neoliberais no agronegócio.

Dois pontos são essenciais para desdobramento da análise da mundialização da agricultura brasileira: em primeiro lugar, a ofensiva neoliberal no Brasil e suas práticas e, em segundo lugar, o desenvolvimento do capitalismo monopolista mundializado. Esses dois processos estão interligados e, portanto, não devem ser entendidos separadamente (OLIVEIRA A.U., 2016). Para fins didáticos de exposição, iremos assinalar cada um deles, a começar pela ofensiva neoliberal no Brasil. A respeito disso, Ariovaldo Umbelino no texto intitulado “*Modernidade e barbárie: o agronegócio e as transformações no campo*”, 2003, cita Marilena Chauí ao enumerar sete pontos essenciais sobre o capitalismo contemporâneo de práticas neoliberais:

- 1) O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou efeito de uma crise conjuntural;
- 2) O monetarismo e o capitalismo financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliada a desigualdade social por meio da intensificação da exploração do trabalho em privilégio do dinheiro, na sua forma mais fetichizada de mercadoria;
- 3) A terceirização tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento a produção e tornando-se regra, operando por fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro;

- 4) Ciência e tecnologia tornaram-se forças produtivas, corroborando com o aumento da composição orgânica do capital em seu processo de acumulação, e a força capitalista impõe a monopólio da ciência e da informação;
- 5) Privatização das estatais e serviços mantidos pelo Estado se tornaram estruturais, em função da mudança do Estado keynesiano para o Estado neoliberal;
- 6) A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa formas clássica de colonialismo, de tal modo que, a centralização política e econômica do mundo ficou concentrada no FMI e no Banco Mundial;
- 7) Distinção entre países de Terceiro e Primeiro Mundo tende a ser substituída, em cada um deles, pela existência dos bolsões de riqueza absoluta e da miséria absoluta.

Esses sete pontos apresentados formam as características básicas do neoliberalismo e são elementos importantes para analisar o processo de mundialização da agricultura brasileira, enquanto formas contemporâneas de dominação e exploração de um capitalismo monopolista mundializado que impõe uma lógica mundial, na qual a agricultura nacional fica subordinada a essa lógica (OLIVEIRA, 2003, 15). Nessas condições, a aliança entre capital nacional e internacional e Estado foi fundamental para o desenvolvimento, no Brasil, de uma agricultura capitalista mundializada.

Para Oliveira (2015, p.236) três processos simultâneos e intercambiados permitiram essa aliança mundial das burguesias: *a) Movimentos internacionais de capitais* que foi determinado pela necessidade de reconstrução da Europa e do Japão no pós Segunda Guerra e foi caracterizado, dentre outras coisas, pela criação do FMI, BIRD e Banco Mundial para estabelecer a regulação do movimento internacionais de capitais; *b) Produção capitalista internacionalizada* que se deu pela produção capitalista internacionalizada, nasceu dos monopólios de pesquisa e tecnologia, articulados ao processo anterior, internacionalizaram as economias nacionais, obtendo monopólio da força de trabalho e recursos naturais e, assim, a concorrência foi substituída pelo monopólio entre fusão de empresas nacionais e internacionais; *c) Ações internacionais de governo* que surgiram dos dois processos anteriores, articulados à necessidade da intervenção do Estado na economia para definição de



projetos de cooperação internacional. Nessa situação, o *Consensus de Washington*<sup>20</sup> está no cerne dos programas e modelos de reformas fiscais e econômicas recorrentes nos países de economia emergente.

Assim, a raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado está nesses três processos assinalados. E, nessa perspectiva, os Estados nacionais permitiram que as empresas monopolistas mundiais desenvolvessem novas formas de organização e controle da economia capitalista mundial (OLIVEIRA, 2015, p.239). Além disso, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2015)

Esse processo consolida esta fase monopolista do capitalismo mundializado pela unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais, ou seja, os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde eles atuam; o mercado da empresa mundial não é apenas o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo monopolista uniu, dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial (p.239).

Em outras palavras, isso significa que o capitalismo monopolista mundializado não está localizado espacialmente apenas nos países ricos, pois ele se expandiu para todo o mundo onde estão as empresas monopolistas mundiais, que por sua vez, implica afirmar que o capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial com uma nova dinâmica na divisão internacional de trabalho, alicerçada numa aliança da burguesia em escala mundial. Nesse caminho, reafirmamos a importância em analisar o processo de mundialização agricultura brasileira por meio da ofensiva neoliberal e do desenvolvimento do capitalismo monopolista mundializado, pois “com o processo de mundialização do capitalismo monopolista e, conseqüentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou” (OLIVEIRA, 2015, p. 239).

No que diz respeito às implicações neoliberais no Brasil e no mundo em âmbito de projeto de uma agricultura capitalista mundializada, é importante destacar alguns pontos. Uma primeira consideração são as práticas neoliberais de combate às políticas públicas de

---

<sup>20</sup> **Consenso de Washington** é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso\\_de\\_Washington](https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington)

abastecimento alimentar à custa dos interesses do capital. Isso aconteceu pela substituição de grande parte dos estoques governamentais de alimentos por estoques de empresas monopolistas mundiais exportadoras, o que por sua vez, torna o mercado como regulador do abastecimento alimentar das populações mundiais. Em segundo lugar, essas políticas transformam os alimentos em uma mercadoria para ser exportada e negociada em bolsas de mercadorias e futuros e, assim, a produção de alimentos no mundo está cada vez menos destinada para suprir as necessidades de alimentação da população e cada vez mais direcionada para atender as necessidades do capital. E, por último, destaca-se a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, como um órgão importante para regulação, gerenciamento e tomada de decisões mundiais entre os países (OLIVEIRA, 2016, p.123).

Desse modo, o modelo de política do Estado neoliberal para agricultura não está preocupado com a produção de alimentos para atender às necessidades de alimentação da humanidade, pois as políticas neoliberais tem interesse particular direcionado para *commoditização* dos alimentos para especulação nos mercados futuros. Nessa conjuntura, Oliveira (2016, p.123) explica que agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a se estrutura em três pilares:

- 1) *Produção de commodities*: objetivo transformar a produção de alimentos em mercadorias negociadas em bolsas de mercadorias e futuros. Nesse sentido, a produção de alimentos saiu da órbita geopolítica de importância como questão estratégica nacional e se converte, simplesmente, em uma mercadoria que pode ser comprada e vendida, desde que tenha dinheiro, em todos os cantos do mundo. Entre as principais *commodities* do campo estão: milho, soja, café, e boi gordo.
- 2) *Bolsas de mercadorias e futuros*: elas são o centro regulador do preço das *commodities*. A principal bolsa de comercialização de alimentos do mundo é a bolsa de Chicago. Ela faz parte do *CME Group*, que controla também a *New York Mercantile Exchange (NYMEX)*, *Chicago Board of Trade (CBOT)* e a *Commodities Exchange (COMEX)*. Esse grupo detém o principal e mais diversificado mercado de derivativos do mundo, nele são formados os preços trigo, milho, soja, leite, carne suína, entre outros. Na Bolsa de Londres são definidos preços do café, açúcar, cacau etc. Na Bolsa de Nova Iorque os preços de café, algodão, suco de laranja etc. No Brasil a BM&FBovespa atua

no mercado, inclusive futuro, de café, soja, milho e boi gordo. Além disso, no Brasil há também a Associação de Bolsas de Mercadorias e Cereais (ANBM), resultado da união das bolsas dos grandes mercados nacionais do ramo, como por exemplo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná.

3) *Empresas monopolistas mundiais*: diz respeito ao processo de formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), possibilitando o controle monopolista da produção de *commodities*. Essas empresas monopolistas mundiais formaram-se no processo de fusão/aquisição e tem nas multinacionais sua base formadora, portanto, formaram-se a partir de empresas nacionais ou estrangeiras que retendo o controle da produção de forma monopolista chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes. Para se ter uma ideia do nível de monopolização, existem apenas 4 empresas que são responsáveis, basicamente, por todo mercado de alimentos do mundo. São elas: *Cargill Incorporated* (sede nos EUA), *ADM – Archer Daniels Midland Company* (sede nos EUA), *Bunge Limited* (foi fundada na Holanda, mas atualmente, sua sede está nos EUA) e *Louis Drefus Group* (foi fundada na França e atualmente sua sede está na Holanda).

Na figura 01 é possível verificar as 10 maiores empresas monopolistas mundiais do ramo alimentício que são donas de quase tudo que consumimos, são elas: Nestlé, PepsiCo, Coca-Cola, Unilever, Danone, General Mills, Kellogg's, Mars, Associated British Foods e Mondelez, todas elas operam no Brasil. A divulgação dos dados veio no âmbito da campanha “Behind the Brands”, que monitora a atuação das marcas em relação à atuação nas áreas de transparência, respeito à mulheres, produtores e trabalhadores, terreno de plantio, controle do uso da água e clima (OPERAMUNDI, 2017).

Portanto, por meio da análise de uma agricultura capitalista mundializada pautada na produção de *commodities* negociadas em bolsas de valores e mercados futuros, sob o monopólio de empresas mundiais, é que tivemos como objetivo desvelar os mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café.



**Figura 01:** 10 empresas monopolistas mundiais do ramo alimentício são donas de quase tudo que consumimos.  
**Fonte:** OPERA MUNDI (2017).

### 2.3. Caracterização do agronegócio do café

A elaboração deste subcapítulo tem como finalidade principal caracterizar o agronegócio do café em escala global/nacional e promover a discussão dos seus principais mecanismos de produção-comercialização, sob a égide de uma agricultura capitalista mundializada. Nessas condições, foram caracterizados alguns fatores desse processo, como por exemplo, as principais empresas mundiais de café que operam no Brasil e no mundo, as implicações das políticas neoliberais e do capitalismo mundializado monopolista no agronegócio do café, como também, sua organização contemporânea nacional da produção-comercialização por meio da articulação entre as grandes corporações e o Estado neoliberal.

Nessa direção, para início de discussão, antes de entrar na caracterização geral do agronegócio do café, bem como, em seus mecanismos de produção-comercialização, é preciso esclarecer que o café é uma *commodity*, isto é,

*Commodity* é um termo inglês que significa mercadoria. Mas, na acepção aqui assumida, não se trata de qualquer mercadoria, refere-se a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias (FREDERICO, 2013, p.98).

Dito de outro modo, as *commodities* são produtos, isto é, bens comerciáveis, que podem ser produzidos e comercializados por uma ampla gama de empresas em escala mundial. Além disso, essas mercadorias de origem primária ou industrializada possuem alta negociabilidade global. Isso significa que seus preços são controlados pelas bolsas de mercadorias e futuros e, portanto, seus preços são definidos em âmbito global. Basicamente, as *commodities* são negociadas em duas formas: mercado físico e futuro (por meio de contratos futuros negociados como ativo financeiro nas bolsas de valores e mercados futuros).

Diante do exposto, será discutida, de modo geral, a caracterização do agronegócio do café em escala mundial, no sentido de desvelar como se dá a organização desse ramo, sob a lógica de uma agricultura capitalista mundializada.

#### 2.3.1. O agronegócio do café em escala global

Como ponto de partida para essa discussão, elegemos alguns elementos que consideramos fundamentais para caracterizar o agronegócio do café em escala global. O

primeiro aspecto diz respeito às principais espécies comercializadas no mercado mundial e o segundo sobre o neoliberalismo e a monopolização do setor pelos grupos multinacionais.

De acordo Santana (2016, p.110) há duas espécies de café de maior interesse no mercado mundial, são elas: o café chamado *arábica* e o *conilon* ou *robusta*. A autora explica que o *café arábica* – é considerado pelo mercado como um café mais fino de aroma mais agradável e sabor adocicado – representa em torno de 70% de todo café comercializado no mundo, enquanto o *conilon* – é um café menos apreciado no mercado mundial em função de ser uma bebida de gosto amargo, de inferior qualidade – corresponde a 30% dessa comercialização.

Há três variedades da espécie arábica de onde foram desenvolvidas quase todas outras variedades: *cramer* – variedade conhecida como café comum do Brasil, a planta atinge de 2 a 3 metros de altura e seus frutos são vermelhos e brilhantes; *bourdon* – também conhecida como café fava, sua planta atinge de 2 a 3 metros e os frutos do café tem formato comum, porém de tamanho reduzido –; *caturra* – ao que tudo indica é uma variedade do *bourdon*, é uma planta mais baixa, atingindo a média de 2 metros de alturas e os frutos são semelhantes ao do *bourdon*. Existem, também, variedades do café conilon, podemos assinalar que de modo geral, a planta atinge de 2 a 5 metros de altura e seus frutos são vermelhos e esféricos (REVISTA CAFEICULTURA, 2007). A figura abaixo nos permite verificar outras especificidades dessas espécies de café:

☉ CAFÉ ☉		
Informações	Arábica	Conilon
Bebida	Suave	Dura
Lavoura	Alta Altitude	Baixa Altitude
Cromossomos	44	22
Mistura	Puro ou Blends	Blends
Principais Regiões	MG, SP, BA, PR	ES, RO, BA, RJ e No de MG
Teor de Cafeína	1,2%	2,2%
Teor de Açúcar	6 - 9%	3 - 7%
Facilidade de Produção	Menos Produtivo/Mais Cuidados	Mais Produtivo/Menos Cuidados
Produção Mundial	70%	30%

G1.com.br Infográfico elaborado em 19/04/2017

☉ Arábica x Conilon (Foto: Arte G1)

**Figura 2:** Características do café arábica x conilon  
**Fonte:** G1/GLOBO.COM (2017).

De acordo com o gráfico e algumas considerações em Santana (2016), podemos afirmar que o café arábica se desenvolve em regiões de altas altitudes (geralmente entre 800 a 1000 metros, com índices pluviométricos entre 1.200 e 1.500 milímetros anuais), é menos produtivo e, portanto, precisa de mais cuidados com a planta. Essa espécie oferece uma bebida de café mais suave, adocicado e de maior aceitabilidade no mercado, sendo muito consumido puro ou em *blends*<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Um blend é uma mistura de grãos. Ela pode ser da mesma variedade, como o arábica, ou a mistura de variedades, como o arábica e o conilon.

Já o café da espécie conilon se desenvolve em regiões de baixas altitudes (geralmente próximas ao nível do mar, atingindo a média de 400 metros de altitude), é um cultivo mais produtivo e, portanto, tem mais facilidade na produção e exige menos cuidados. É uma bebida mais amarga (e de menos aceitabilidade no mercado mundial) e é muito utilizado em misturas com *blends*.

Quanto à classificação, o café é tradicionalmente classificado com base sistemática nos seguintes aspectos: *tipo* (número de defeitos e impurezas), *bebida* (Rio Zona, Rio, Riada, Dura e Mole), *peneira* (tamanho do grão) e *cor*. Nos últimos anos o mercado mundial de café tem apostado na diversificação dos produtos, principalmente nos chamados *especialty coffes* (cafés especiais), que se baseiam, principalmente, em padrões ambientais e podem ser de diferentes combinações, tais como: café orgânico, café de qualidade superior (*gourmet*), café de origem geográfica, entre outros (CAFÉ POINT, 2006).

É importante assinalar que de acordo o trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2016 e no primeiro bimestre de 2017, constatamos que a Bolsa de Valores de Nova Iorque é responsável pela regulação do preço do café arábica e a Bolsa de Londres é responsável pelo preço do conilon.

Do ponto de vista da organização do agronegócio do café em escala global, podemos assinalar que as políticas normativas do ideário neoliberal resultaram na diminuição da intervenção estatal na economia, sobretudo, com o fim dos AIC's<sup>22</sup> em 1989, quando o mercado mundial de café passou a ser controlado pelas empresas de torrefação e moagem e as *tradings* (exportadoras e/ou acionistas no mercado financeiro). Desde então, com a abertura de mercados, esses dois tipos de empresas assumiram o controle das relações comerciais mundiais de café, substituindo as antigas negociações entre os Estados sobre preços e controle dos estoques (FREDERICO, 2017, p.19 e 20).

Muito embora as empresas de torrefação e moagem e as *tradings* sejam complementares entre si, dificilmente, fundem-se em uma única corporação. Tendo em vista que, as primeiras dedicam-se principalmente à torrefação, moagem e divulgação de novas marcas. Por outro lado, as *tradings* operam, necessariamente, no serviço de logística,

---

Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/expocafe/2015/noticia/2015/07/degustacao-com-blends-especiais-agucam-o-paladar-em-feira-do-cafe.html>

<sup>22</sup> Em 1962 com a criação dos Acordos Internacionais do Café (AIC's) as ações unilaterais do Estado brasileiro foram substituídas por uma política sistemática entre os principais Estados produtores de café. Nesse sentido, os AIC's surgiam com o objetivo de estabilizar os preços internacionais do café, por meio de acordo firmados entre agências estatais, dos países produtores e importadores. Sobre isso, verificar em SAMUEL, Frederico. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v.3, n.1, 2013. p.97-116.



armazenamento de café verde, exportação e como acionistas no mercado financeiro. É importante assinalar que com o desdobramento das políticas neoliberais, o mercado mundial de café de torrado e moído e de exportação, apresenta-se fortemente concentrado e oligopolizado (FREDERICO, 2013, p.105).

De acordo Frederico (2013, p.106), em 2010, apenas as 10 maiores empresas torrefadoras do mundo – Kkraft/Philip Morris (14,5%), Nestlé (13,8%), Sara Lee (9,2%), J.M. Smucker's (5,9%), Elite (3,8%), Tchibo (3,0%), Starbuckus (2,9%), Lavazza (2,6%), Melitta (2,2%), Segafredo Zanetti (2,0%) – compraram cerca de 60% do café verde comercializado no mundo. Nesse sentido, podemos destacar que em 2010, apenas 3 empresas de torrefação, Kkraft/Philip Morris, Nestlé e Sara Lee, foram responsáveis pela compra de quase 40% do café verde comercializado no mundo, configurando o caráter concentrador e oligopolizado do setor.

A oligopolização do mercado de café torrado e moído e a crescente demanda por grandes quantidades de café, impulsionaram a oligopolização das empresas exportadoras (*as tradings*) em função da exigência de que elas fossem capazes de movimentar um volume de café cada vez maior para as empresas de torrefação e moagem (FREDERICO, 2017).

Apenas 9 maiores *tradings* em 2010 – Neumam (14,5%), Ecom (10,8%), Olam (8,6%), ED&F Man (7,5%), Louis Dreyfus (7,0%), Noble (5,4%), Sucafina (4,3%), Armajaro (3,8%), Mercon (2,7%) – foram responsáveis pela venda de quase 65% do café verde comercializado no mundo. E, juntas, apenas 3 *tradings* (Econ, Olam e Neumman) concentram cerca de 34% das vendas de café verde comercializadas no mercado mundial (FREDERICO, 2013, p.107).

Diante disso, podemos assinalar que o agronegócio do café, enquanto uma agricultura capitalista mundializada, é caracterizado, dentre outras coisas, pela prática de políticas-econômicas neoliberais e monopolização do setor nas mãos de grupos internacionais que operam diante do mercado mundial dessa *commodity*. Nesse contexto, daremos início à discussão sobre a caracterização do agronegócio em escala nacional.

### **2.3.2. O agronegócio do café em escala nacional**

Para compreender o agronegócio do café sob a lógica de uma agricultura mundializada, é importante entender como está organizado o agronegócio do café no país, isto

é, verificar como é organizada a produção-comercialização do café, desde logística, espécies de café produzidas e comercializadas/exportadas no país, entre algumas outras coisas, que também, serão discutidas no decorrer deste item.

Nesse caminho, para início de discussão, é importante assinalar que **o Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo e, também, o segundo maior consumidor do produto no mundo**, ficando atrás no *ranking* de consumo interno do produto, apenas para os Estados Unidos. De acordo dados fornecidos pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFE), o produto brasileiro é consumido por mais de 120 países e os líderes de importação desse produto nacional são os Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão (REVISTA CAFEICULTURA, 2016). Na próxima tabela, analisaremos um pouco melhor essa conjuntura:

## Estatísticas de Produtores &amp; Importadores de Café



## Principais Países Produtores de Café

2015 - em milhões de sacas

## Principais Países Importadores de Café do Brasil

Em 2015

Em 2016 - até Dezembro

Produtor	Produção		Export.		Consumo		Importador	Em 2015			Em 2016 - até Dezembro			
	Produção	%	Export.	%	Consumo	%		Sacas mil	%	US\$ mil	Importador	Sacas mil	%	US\$ mil
Brasil	43,2	30,2	37,1	33,5	21,0	48,6	EUA	7.898	21,3	1.272	EUA	6.556	19,1	1.026
Vietnam	27,5	19,2	20,2	18,2	2,3	8,4	Alemanha	6.551	17,6	1.075	Alemanha	6.299	18,4	974
Colômbia	13,5	9,4	12,3	11,1	1,6	11,9	Itália	3.071	8,3	565	Itália	2.877	8,4	485
Indonésia	11,0	7,7	6,6	6,0	4,2	37,9	Japão	2.527	6,8	491	Japão	2.627	7,7	474
Etiópia	6,4	4,5	2,9	2,6	3,7	57,8	Belgica	2.292	6,2	406	Bélgica	2.064	6,0	342
Índia	5,8	4,0	5,1	4,6	2,3	38,8	Reino Unido	1.043	2,8	174	Russia	987	2,9	156
Honduras	5,8	4,0	5,0	4,5	0,3	4,3	Turquia	816	2,2	117	Canadá	869	2,2	141
Uganda	4,8	3,3	3,5	3,1	0,3	7,2	Espanha	760	2,0	128	Argentina	838	1,8	124
México	3,9	2,7	2,5	2,2	2,4	60,4	Canadá	754	2,0	156	França	748	2,0	112
Guatemala	3,4	2,4	2,9	2,7	0,3	10,0	México	750	2,0	92	Turquia	675	1,9	110
Peru	3,2	2,2	2,4	2,2	0,3	9,4	França	732	2,0	118	Suécia	653	1,8	97
C. Marfim	1,8	1,3	1,4	1,3	0,3	16,7	Holanda	618	1,7	81	Reino Unido	627	2,4	117
Costa Rica	1,5	1,0	1,1	1,0	0,2	13,4	Suécia	608	1,6	99	Espanha	613	1,6	78
Kenia	0,8	0,6	0,7	0,6	0,1	6,0	Finlândia	540	1,5	100	Coréia do Sul	550	1,6	92
Equador	0,7	0,5	1,1	1,0	0,2	22,1	Coréia	438	1,2	73	Finlândia	549	1,6	92
Outr. países	10,0	7,0	5,8	5,3	8,7	87,1	Outros	7.722	20,8	1.210	Outros	6.847	20,0	1.050
<b>TOTAL</b>	<b>143,4</b>	<b>100,0</b>	<b>110,8</b>	<b>100,0</b>	<b>48,0</b>	<b>33,5</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.119</b>	<b>100,0</b>	<b>6.159</b>	<b>TOTAL</b>	<b>34.316</b>	<b>100,0</b>	<b>5.471</b>

Fonte: OIC e CONAB

Fonte: Desex

Fonte: Desex

06/04/17

**Tabela 04:** Estatística dos principais países produtores, exportadores e importadores de café.

**Fonte:** Consórcio Pesquisa Café (2016).

De acordo com os dados dessa figura, no ano de 2015, o Brasil manteve seu *ranking* de maior produtor de café e atingiu uma produção de 43,2 milhões de sacas, seguido de grandes países produtores como Vietnã, Colômbia e Indonésia, com as respectivas produções de 27,5 milhões de sacas, 13,5 milhões e 11 milhões. Nesse contexto, o Brasil corresponde a uma média de um pouco mais de 30% da produção mundial de café, e somado a produção de Vietnã, Colômbia e Indonésia, correspondem a quase 67% da produção mundial de café.

Além disso, o Brasil é, também, o maior exportador de café do mundo, atingindo a marca, nesse mesmo ano em questão, de 37, 1 milhões de sacas do grão para exportação,

novamente seguidos pelas expressivas exportações de Vietnã (20,2 milhões de sacas exportadas), Colômbia (12,3 milhões de sacas exportadas) e Indonésia (6,6 milhões de sacas exportadas). Desse modo, as exportações de saca de café brasileiro são responsáveis por, aproximadamente, 34% dessas exportações no mundo e, somado as exportações de Vietnã, Colômbia e Indonésia, correspondem a quase 69% das exportações mundiais de sacas de café.

Diante dessa realidade, é importante assinalar que os Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão, são os maiores compradores do café brasileiro, com as respectivas importações de 7,898 milhões de sacas de café, 6,551 milhões, 3,071 milhões e 2,527 milhões e, juntos, corresponderam pela importação de mais de 20 milhões de sacas do café brasileiro em 2010, mais da metade da produção nacional.

Um dado curioso é que a Alemanha está entre os maiores importadores do café brasileiro e, também, se apresenta como um dos principais países exportadores do produto do mundo. Então como explicar que um país que não produz café seja um dos maiores exportadores do produto? Uma das principais razões é que os alemães importam do Brasil o café verde em grãos e parte desse café é destinada para o consumo interno e a outra parte é rebeneficiada, ou seja, industrializada para exportação, sobretudo para os países europeus. O volume de café exportado pela Alemanha chega a ser três vezes menor do que a do Brasil, porém, quando isso é contabilizado, o valor das exportações do café Alemão chega a ser 70% maior do que o valor das exportações brasileiras (REVISTA CAFEICULTURA, 2010).

Assim, mesmo não sendo produtor de café, mas sim, importador desses grãos, a Alemanha é um dos países que mais ganham dinheiro com a exportação do café, pois além de ter o potencial de desenvolvimento técnico para rebeneficiamento e industrialização do grão, o país está no mercado europeu, o que favorece as negociações comerciais, além de contar com grande capacidade de armazenamento dos grãos, importante para fins de comercialização e especulação no mercado mundial (Coordenadora da pós-graduação em Café da UESB, entrevista concedida em agosto de 2016).

Além disso, é importante esclarecer que apesar do Brasil ocupar o 1º lugar no *ranking* de produção e exportação do café em grãos, é preciso explicar que as empresas atuantes no país, responsáveis pela comercialização do produto no mercado mundial, são grandes empresas mundiais do setor, que possuem sua sede em outros países, como Alemanha, Suíça e Holanda. Nesse sentido, Oliveira A.U. (2016, p.273), caracteriza algumas das principais empresas mundiais de exportação de café que operam no Brasil:

- a) **Sucafina S/A:** possui sede em Genebra na Suíça, constituindo uma multinacional especializada no comércio de café. Opera com a comercialização de café em grãos verde e solúveis de várias partes do mundo, desde a América Latina, Ásia, África Oriental e Ocidental. No Brasil opera, desde 2004, através da Finacafé Comércio de Alimentos Ltda com sede em Santos/SP.
- b) **Armajaro Trading Limited:** é uma empresa inglesa fundada em 1998, tem sede em Londres e comercializa cacau, café e açúcar em várias partes do mundo. No Brasil opera café, desde 2008, através Armajaro Agri-Commodities do Brasil Ltda, comprando de produtores e cooperativas visando exportação para as torrefadoras mundiais; possui sede em Santos/SP.
- c) **Louis Dreyfus Group:** é um conglomerado francês que também opera nas exportações de café. No Brasil opera café através Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A e Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial Ltda. As unidades que opera café no país estão localizadas em Venécia/ES, Varginha/MG e Santos/SP.
- d) **Coco Agri (ex-Noble Group Limited):** é uma empresa mundial chinesa controlada pela estatal chinesa Cofco e, também, opera café. Trata-se de uma das empresas líderes em volume no comércio mundial do produto.
- e) **Ipanema Coffes:** é uma empresa que possui 49,5% de capital estrangeiro com a participação da japonesa Mitsubishi Corporation através da MC Coffe do Brasil (MCCB), da alemã Tchibo Holding GmbH e da norueguesa Friele Brazil AS. Nesse sentido, a Ipanema Coffes é uma empresa controlada por brasileiros que opera na comercialização e produção de cafés especiais em Alfenas no sul de Minas Gerais; ela é composta pelas empresas Ipanema Agrícola S/A (voltada para a produção agrícola) e Ipanema Comercial e Exportadora S/A (responsável pela comercialização de café verde e industrializado).

Nessa lista de empresas mundiais, destacamos, também, a Neumann Kaffee Gruppe (NKG), Ecom Agroindustrial Corp Ltd, Olam Internacional Limited e Ed&F Man

Netherlands BV que operam no Brasil e movimentam quantidades expressivas de exportações de café nacional<sup>23</sup>.

Nesse sentido, é possível analisar o agronegócio do café enquanto uma agricultura capitalista mundializada, uma vez que, o capital dos países centrais se expandiu pelo mundo, reinventando novas formas de acumulação no espaço, sobretudo em países periféricos (nesse caso, nos países produtores de café, como Brasil, Colômbia, Indonésia, entre outros), tendo em vista que a concentração e os centros de comando do capital permaneceram presentes nos países centrais. E, intercambiado a isso, aprofundou o processo de monopolização do capital, concretizado nos processos de fusão/aquisição e a composição de empresas mundiais pela aliança entre capital internacional e nacional, de modo que, no agronegócio do café, como já foi discutido, o comércio de exportação do produto está sob o monopólio de, em média, 9 empresas mundiais que monopolizam o setor.

Diante do exposto, outro elemento de análise importante para compreensão dessa realidade do agronegócio do café é, pois, entender como está organizada a produção de café no Brasil. Pode-se afirmar que no setor produtivo do café atuam os capitalistas da agricultura e camponeses.

A forma de organização desses produtores é bastante heterogênea, e pode ser, por exemplo, desde o agrupamento pela cooperativa ou associação, ou por meio de articulação dos produtores com empresas de torrefação, moagem e solúvel. Além disso, é importante pontuar duas coisas: mais da metade da produção de café está nas mãos de intermediários (de acordo dados do IBGE quase 60% dos produtores destinam mais de 50% da produção diretamente para intermediários), sendo a maior parte da produção de café é oriunda de pequenos estabelecimentos agropecuários, ou seja, da produção camponesa (OLIVEIRA, 2016, p.270).

Nessa direção, no que diz respeito às duas espécies de café produzido no Brasil, arábica e conilon, o 4º levantamento de café realizado em dezembro de 2016 pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) fez a seguinte análise da safra do ano de 2016:

---

<sup>23</sup> Essas empresas mundiais serão caracterizadas e discutidas no subtítulo 2.4. “O agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA: os mecanismos espaciais da produção-comercialização”; pois elas possuem filiais que operam em Vitória da Conquista/BA.

1) *Estimativa de área cultivada*: a área plantada totalizou, em 2016, 2.223,464,1 hectares, desse total 272.786,5 hectares (12,3%) estão em formação e 1.950.677,6 hectares (87,7%) em produção. Sendo assim, a área plantada de café arábica soma 1.759.730,1 hectares, correspondente a 79,3% da área existente com lavouras de café e Minas Gerais concentra a maior área plantada com essa espécie, 1.184.384 hectares, equivalente a 67,3% do café arábica no Brasil. Já o café conilon tem uma área estimada em 463.734 hectares, desse total, no Espírito Santo encontra-se a maior área plantada com 286.371 hectares.

2) *Estimativa de produtividade*: para a safra de 2016, verificou-se que, tanto a espécie arábica quanto a conilon, obtiveram produtividade média de 26,33 sacos por hectares. É importante ressaltar que por se tratar de uma média nacional de produtividade, significa que algumas áreas produtoras podem não atingir essa média e outras podem superá-la.

3) *Estimativas de produção*: para a safra total 2016 de café (arábica e conilon) indica a colheita de 51,37 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado, esse resultado representa um aumento de 18,8% quando comparado ao do ciclo anterior (43,24 milhões de sacas de café). Assim, o café arábica representa cerca de 84,4% da produção total de café, portanto, espera-se a colheita de 43,8 milhões de sacas em 2016. Tal resultado apresenta um acréscimo de 35,4% em relação ao ciclo anterior. Esse resultado é explicado, em parte, pela incorporação de novas áreas que estavam em formação e renovação. A produção de conilon representa 15,6% da produção total de café do país e, assim, estima-se a colheita de 7,98 milhões de sacas, representando uma queda de 28,5% da produção. Esse resultado é devido à redução de quase 5% da área de produção e, sobretudo, à seca e problemas climáticos que atingiram os principais estados produtores dessa espécie, como por exemplo, o Espírito Santo, Rondônia e Bahia<sup>24</sup>.

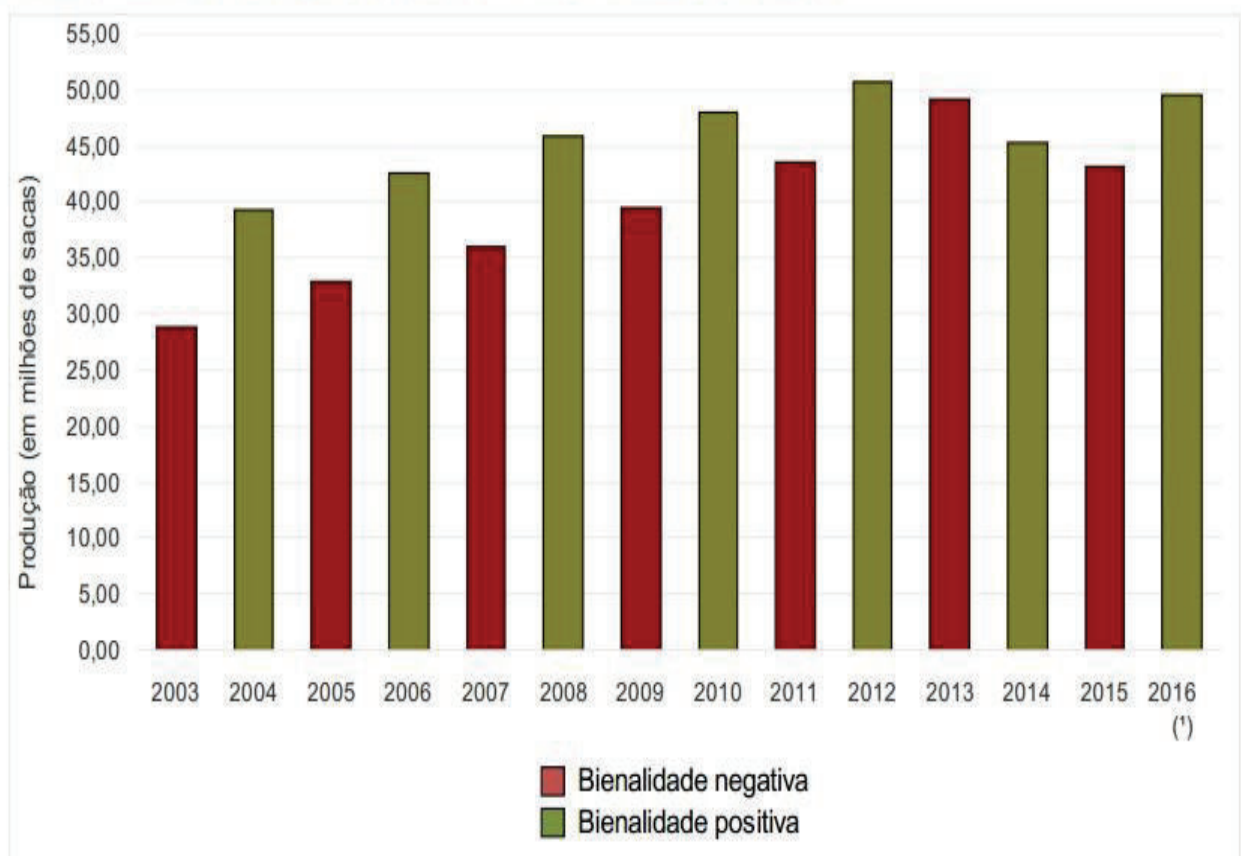
4) *Bienalidade do café*: a produção de café arábica e conilon é bienal, ou seja, em um ano a produção é maior e no outro a produção é menor.

---

<sup>24</sup> Esse resultado de baixa na produção do café conilon na safra de 2016 gerou uma polêmica quando o governo federal pretendia autorizar a importação do café conilon do Vietnã. Essa ação produziu descontentamento e protestos por parte dos produtores e, assim, a medida sobre importação foi temporariamente cancelada. Para saber mais sobre o assunto, leia as matérias disponíveis em <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2017/02/presidente-do-ccmg-aprova-suspensao-de-importacao-de-cafe.html> e <http://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2017/02/cafeicultores-fazem-protesto-contra-importacao-do-cafe-conilon-em-cacoal.html>

Dentre os aspectos citados no excerto acima, é importante explicar que a bienalidade do café é um ciclo natural da planta que ocasiona a variação da safra de um ano para o outro, ou seja, em determinado ano teremos uma safra alta e no ano seguinte uma safra baixa. Na cafeicultura ela ocorre porque a planta necessita de nutrientes para enchimento dos grãos e para o crescimento dos ramos, isto é, para sua produção. Esse processo acontece do mês de outubro a março e repercute na produção do próximo ano. Então, o ano de safra alta significa que a planta de café precisou de muito nutriente para desenvolver os grãos e ramos. E, no próximo ano, o cafeeiro em fase de recuperação, produzirá menos e, portanto, a safra será menor (Coordenadora da pós-graduação em Café da UESB, entrevista concedida em Agosto de 2016). No gráfico abaixo é possível observar melhor essa bienalidade:

**Gráfico 1 - Café total (arábica e conilon) – Série histórica de produção**



Fonte: Conab.

Nota: Estimativa em 2016.

**Gráfico 01:** Série histórica da bienalidade do café (arábica e conilon) em milhões de sacas.

**Fonte:** CONAB (2016, p.17).



Nessa série histórica é possível verificar a binalidade positiva e negativa do café arábica e conilon, ou seja, o ciclo de alta e baixa da produção de café (arábica e conilon), pois apresenta num ano uma produção maior e no próximo ano uma produção menor. Sendo assim, de acordo esses dados apresentados, podemos assinalar, por exemplo, que no ano de 2003, a produção de café atingiu a média de quase 30 milhões de sacas, já em 2004, a produção de café aumentou e atingiu a marca de quase 40 milhões de sacas, aproximadamente, 10 milhões a mais do que o ano anterior. Em 2005, a produção diminuiu em relação à de 2004, atingindo um pouco mais de 30 milhões de sacas e em 2006 verifica-se, novamente, a alta na produção, atingindo mais de 40 milhões de sacas. Portanto, diante disso, é possível verificar o ciclo da binalidade do café, pois os anos de 2003 e 2005 foram anos da binalidade negativa do café (diminuição na produção) e 2004 e 2006 foram anos da binalidade positiva do café (aumento na produção).

Outro aspecto importante de análise é a logística para distribuição espacial da comercialização do café produzido no Brasil. Sobre isso, afirma-se que existe uma geografia dos pontos essenciais para essa cadeia, desde a estocagem aos portos para exportação (GEOGRAFIA DO CAFÉ, 2016, p.103).

Assim, o agronegócio do café se reproduz por meio de uma logística favorável que possibilita a articulação do processo de produção-comercialização, na finalidade de atender suas necessidades de deslocamento espacial e circulação de capital (HARVEY, 2005). Nesse contexto, os armazéns cumprem importante papel na estocagem do café para fins de comercialização e especulação. No mapa a seguir é possível observar a espacialização dos armazéns no país:

**Mapa 38 - Armazenagem de café - 2013**



**Mapa 05:** Armazém de café 2013

**Fonte:** IBGE\_Geografia do Café (2016, p.104).

Nesse mapa, é possível verificar o caráter espacial da concentração dos grandes armazéns de café próximos das maiores áreas produtoras, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Esses armazéns recebem café de diversas áreas produtoras do país e são os principais responsáveis pela estocagem do produto em escala nacional. Com relação à estocagem, pode-se afirmar que essa localização dos armazéns é estratégica para o agronegócio do café, pois favorece a articulação entre produção, armazenagem e exportação do café, o que por sua vez,

representa uma configuração infraestrutural favorável para a comercialização do café produzido no país para o mercado interior/exterior.

De acordo com as formulações em Harvey (2005) podemos explicar que essa infraestrutura e logística concentradora estão presentes no agronegócio do café nacional, para viabilizar os mecanismos de produção, distribuição, circulação e consumo enquanto uma organização capitalista do espaço direcionada para atender aos interesses da lógica de uma agricultura capitalista mundializada exportadora de *commodities*.

Nesse processo de organização capitalista do espaço, verificou-se, também, a diminuição de estoques e armazéns públicos de café e o aumento de armazéns privados (IBGE\_GEOGRAFIA DO CAFÉ, 2016). De acordo as formulações de Paulino; Almeida (2010, p.94) esse fenômeno é entendido pelas práticas neoliberais em que as políticas de abastecimento alimentar passaram a ser tarefa do mercado mundial produtor de *commodities*, implicando numa lógica de produção de alimentos que não está preocupada em atender as necessidades alimentícias da humanidade, pois, sua lógica é direcionada para atender aos interesses do capitalismo mundializado financeiro.

Nesse caminho, é importante destacar o papel do Estado neoliberal na organização do agronegócio do café em escala nacional. No início da década de 1990, o Estado promoveu a abertura dos mercados, possibilitando a regulação e controle do comércio de café pela economia, sob o domínio das finanças. Assim, esse agronegócio, sob a lógica de uma agricultura capitalista mundializada, começou a operar e se organizar de acordo com o neoliberalismo ascendente no país nessa década.

A extinção do Instituto Brasileiro de Café (IBC), em 1990 (pela lei n.8.029, de 12.04.1990), que tinha como finalidade principal prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura, controlar a comercialização do café, garantir preços mínimos no produto e formar estoques reguladores (IBGE\_GEOGRAFIA DO CAFÉ, 2016, p.33), é um dos exemplos das principais mudanças na forma de atuação do Estado em tempos neoliberais, promovendo a liberalização da economia no agronegócio do café brasileiro.

Com a extinção desse instituto, a regulação e controle da comercialização da cafeicultura nacional passaram do Estado para as grandes corporações monopolistas internacionais presentes no país. Isso ocorreu de tal modo que as bolsas de valores e mercados futuros, do centro capitalista, assumiram o papel de regular do preço dessa *commodity* (café) e, condicionaram-na, à lógica especulativa dos mercados futuros.

O agronegócio do café nacional, sob o comando das grandes corporações internacionais acionistas dos mercados futuros, estabeleceu a organização dos processos de produção-comercialização desse setor através de algumas instituições públicas e/ou privadas, tais como:

a) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (*CECAFÉ*) (instituição de natureza privada): originou-se, em 1999, da fusão de duas entidades representativas do setor, Associação Brasileira dos Exportadores de Café (*ABECAFÉ*) e Federação Brasileira dos Exportadores de Café (*FEBEC*). Assim, sua missão é representar e promover o desenvolvimento do setor exportado de café no âmbito nacional e internacional, por meio de ações estratégicas para fortalecer a discussão e ação em temas de fronteira que adicionem valor ao setor exportador e aos cafés do Brasil (*CECAFÉ*, 2016).

b) *EMBRAPA CAFÉ* (instituição de natureza pública): criada em 1999 como órgão integrante da estrutura da Embrapa e sua finalidade é coordenar, formular, propor e orientar estratégias e ações de geração, desenvolvimento e transferência de tecnologia do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (*PNP&D/CAFÉ*). Nessa direção, a Embrapa Café mantém pesquisadores do seu quadro para, em parceria com demais pesquisadores de entidades consorciadas, desenvolver e integrar projetos estratégicos nas áreas de biotecnologia, melhoramento genético, fitotecnia colheita e pós-colheita, geoprocessamento, entre outras (*EMBRAPACAFÉ*, 2016).

c) Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (*FUNCAFÉ*) (instituição de natureza da parceria público-privada): foi criado pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro 1987 com objetivo de destinar financiamento à modernização, incentivo à produtividade cafeicultura, da indústria do café e exportação, bem como, desenvolvimento de pesquisas, da infraestrutura, incluindo, por exemplo, cooperativas, armazéns, meios de transportes e dos portos. Com relação aos recursos provenientes para manutenção desse fundo, iremos destacar as doações realizadas por entidades nacionais e/ou internacionais, públicas e privadas e receitas oriundas de aplicações em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central (*PLANALTO/GOV*; 1987).

d) Organização Internacional do Café (*OIC*) (instituição de natureza da parceria público-privado): é o principal organismo intergovernamental a serviço do agronegócio

do café, sendo composto por governos exportadores e importadores do produto, para desse modo, em conluio com as grandes corporações do setor, discute e gerencia os acordos internacionais do comércio de café (MAPA, 2014).

*e) CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ* (instituição de natureza pública com parceria privada): O Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café - nome síntese Consórcio Pesquisa Café - foi criado por meio do Termo de Constituição celebrado em 1997 (DOU de 14/3/97 – Seção 3) pelo firmamento de consórcio entre várias instituições, como por exemplo, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesse sentido, por meio de consórcio entre diversas instituições, o Consórcio Pesquisa Café tem como missão promover a conjugação de recursos físicos, humanos, e financeiros e materiais das instituições consorciadas e a captação de recursos adicionais para viabilizar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa executados no âmbito nacional (CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, 2016).

*f) Associação Brasileira da Indústria de Café ABIC* (instituição de natureza privada): foi fundada em 12 de Março de 1973 e representa as indústrias de torrefação e moagem de café de todo o Brasil. Atualmente, a ABIC tem, aproximadamente, 500 empresas de torrefação e moagem associadas em todo país. A entidade disponibiliza para seus associados um completo banco de dados com estudos macroeconômicos, pesquisas de opinião e mercado, diagnósticos setoriais, como também, orientação jurídica nas esferas fiscal, administrativa, trabalhista; informações de produção e consumo, acessoria financeira e empresarial e informações sobre o desenvolvimento tecnológico (ABIC, 2016).

Diante desses elementos analíticos, até aqui discutidos, é possível afirmar que o agronegócio do café no país, está organizado pela aliança entre capital e Estado, em tempos neoliberais do capitalismo mundializado sob o domínio das finanças. Os principais aspectos desse modelo de agricultura capitalista são a abertura de mercados, empresas internacionais acionistas no mercado de futuros e produção de alimentos em forma de *commodities*. Nesse contexto, iremos iniciar nossa discussão sobre os mecanismos espaciais da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista.

#### **2.4. Agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA: os mecanismos espaciais da produção-comercialização**

O objetivo principal desse subcapítulo é analisar os mecanismos espaciais da produção-comercialização no agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA que se estende desde o processo da produção até a comercialização para o mercado externo/interno. Para isso, é indispensável entender esses mecanismos, sob a perspectiva de uma agricultura capitalista mundializada, no contexto neoliberal de produção-comercialização de alimentos controlada pelo mercado mundial dessa *commodity*.

Ancoramo-nos nas formulações de Harvey (2005, p.49-53) para explicar que o processo de produção-comercialização no agronegócio do café em Vitória da Conquista na Bahia é um fenômeno espacial, pois, esse processo que envolve a produção-distribuição-circulação-consumo é expressão material da produção capitalista do espaço. Nesse contexto, preocupamo-nos em desvelar os mecanismos espaciais dessa produção-comercialização no município diante do mercado mundial dessa *commodity*.

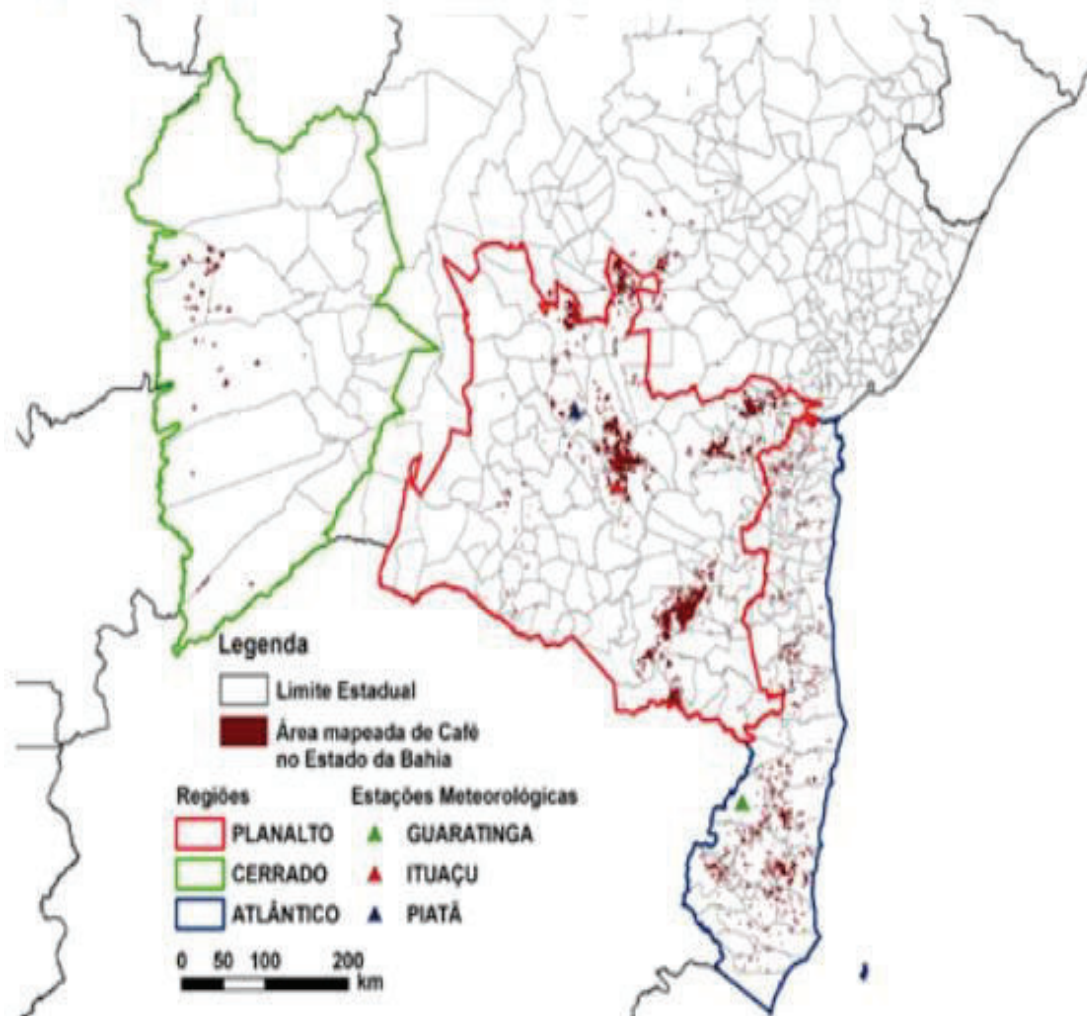
Com isso, essas formulações do autor ajudaram-nos a entender esses mecanismos espaciais da produção-comercialização como forma de reprodução do capital pelo movimento de circulação espaço-temporal entre produção e realização. Nesse sentido, esse percurso envolve o movimento físico real das mercadorias (produção) e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido (a efetivação do consumo em varejo, atacado, exportação etc.).

Desse modo, podemos assinalar que o processo de produção-comercialização no agronegócio do café em Conquista possui um distanciamento espaço-temporal entre a produção e a realização e, quanto mais longo for esse distanciamento, menor será o rendimento de mais-valia real para o capital. Portanto, o capital busca por meio da “*anulação do espaço pelo tempo*” (investimento em transportes, infraestruturas, comunicações etc.) diminuir ao máximo o tempo de giro do capital no espaço para acelerar o ritmo de realização, ou seja, o capital comprime o espaço pelo tempo e promove uma maior integração espaço-temporal para acelerar o movimento da produção e realização da mais-valia real (HARVEY, 2005, p.50-53).

Essas formulações compõem nossa base teórico-metodológica para iniciar a discussão. Nesse caminho, daremos prosseguimento pela contextualização e caracterização da produção de café no Estado Bahia, que de acordo a CONAB (2016) apresenta várias

características, como um quadro tecnológico bastante diversificado e condições climáticas diferenciadas. Desse modo, é dividida, basicamente, em três áreas, como mostra o mapa a seguir:

**Figura 19 – Mapeamento do café no estado da Bahia**



Fonte: Conab.

**Mapa 06:** Mapeamento do café no Estado da Bahia.

Fonte: CONAB (2016, p.46).

De acordo com esse mapa, as três áreas produtoras de café na Bahia são: o Planalto (área onde se está localizada Vitória da Conquista) e Cerrado (no Oeste da Bahia) responsáveis pela produção de café arábica e Atlântico (no sul da Bahia) responsável pela produção de conilon. Nessa direção, para entender melhor a produção de café em cada uma

dessas áreas, iremos nos sustentar na base referencial da CONAB (2016), que caracteriza essas áreas da seguinte maneira:

1) *Atlântico*: é uma área produtora de café conilon, está localizada na mesorregião denominada Atlântico no extremo sul da Bahia, divisa com o Espírito Santo e possui altitudes abaixo de 400 metros. A safra de 2016 correspondeu à colheita de 45.892 hectares, produtividade de 18 sacas por hectare e a produção foi de 826 mil sacas beneficiadas. O produtor comercializou a saca de café pela média de preço de R\$350. A qualidade dos grãos foi prejudicada pelas condições climáticas e cerca de 80% dos grãos foi classificada como de qualidade inferior, 15% regular e apenas 5% de qualidade superior.

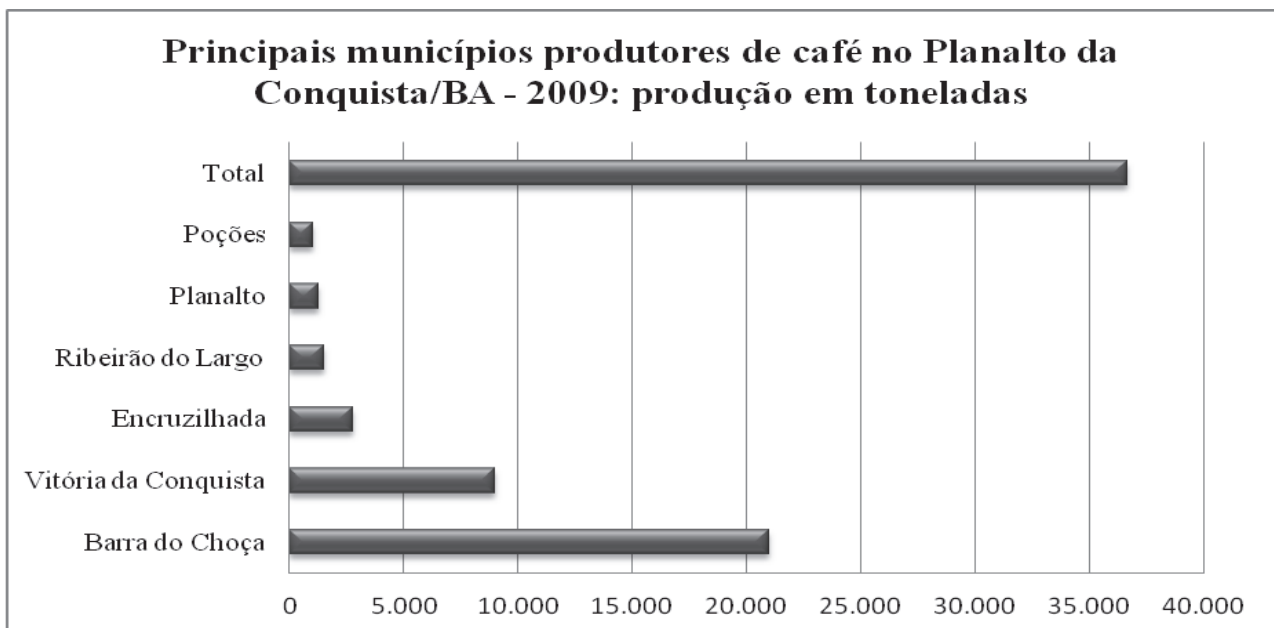
2) *Cerrado*: área produtora de café arábica, está localizada na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. Essa mesorregião se localiza à margem esquerda do São Francisco, seus solos são profundos, diversificados, com boa constituição física e facilmente mecanizados. Atualmente conta com mais de 90% das suas áreas irrigadas sob pivô central e 10% sobre gotejamento. Na última safra, em 2016, a colheita atingiu 11.328 mil hectares, produtividade de 30,5 sacas por hectare e a produção foi de 345, 6 mil sacas beneficiadas.

3) *Planalto*: é uma área produtora de café arábica, está localizada em região de transição e no meio do semiárido baiano e os plantios estão localizados em duas microrregiões: Chapada Diamantina e Vitória da Conquista. Referente à produção da última safra (2016), a microrregião da Chapada Diamantina teve uma área de 27.725 hectares com uma produtividade de 10,4 sacas por hectare e a produção foi de 288, 3 mil sacas beneficiadas. O valor médio da saca comercializada pelo produtor foi de R\$480. Já na microrregião de Vitória da Conquista, a área colhida foi de 64.8082 hectares, atingindo uma produtividade de 9,8 sacas por hectare, a produção foi de 633 mil sacas beneficiadas e o valor médio que foi comercializada a saca foi de R\$480. Apesar do aumento da produção e da produtividade de 20% em relação à safra anterior, na microrregião de Conquista, a produtividade ainda é considerada baixa. Um dos principais fatores para essa ocorrência foi à severa estiagem. Além disso, em razão dessa estiagem, a qualidade dos grãos também foi comprometida, pois cerca de 40% dos



grãos foram classificados como qualidade inferior, 35% regular e apenas 25% de qualidade superior.

Dada essa caracterização das áreas produtoras de café na Bahia, pode-se acrescentar, de forma resumida, que a safra de café no estado, em 2016, atingiu os 2.093,3 milhões de sacas beneficiadas, sendo 1.267,2 mil sacas da espécie arábica e 826,1 mil do conilon, a área total cultivada (produção e formação) está estimada em 162.321,1 hectares (CONAB, 2016, p.49). Com relação ao agronegócio do café em Vitória Conquista, é preciso lembrar, como já foi explicado capítulo anterior, que a produção de café não se limita ao município de Vitória da Conquista, mas ao Planalto da Conquista. Portanto, entendemos que Vitória da Conquista é o município que concentra a comercialização desse produto, porém, a produção de café está presente em diversos municípios do Planalto da Conquista. Nesse sentido, no gráfico a seguir serão analisados os principais municípios produtores de café do Planalto da Conquista em 2009:



**Gráfico 02:** Principais municípios produtores de café no Planalto da Conquista/BA – 2009: produção em toneladas.

**Fonte:** Soares (2011, p.91).

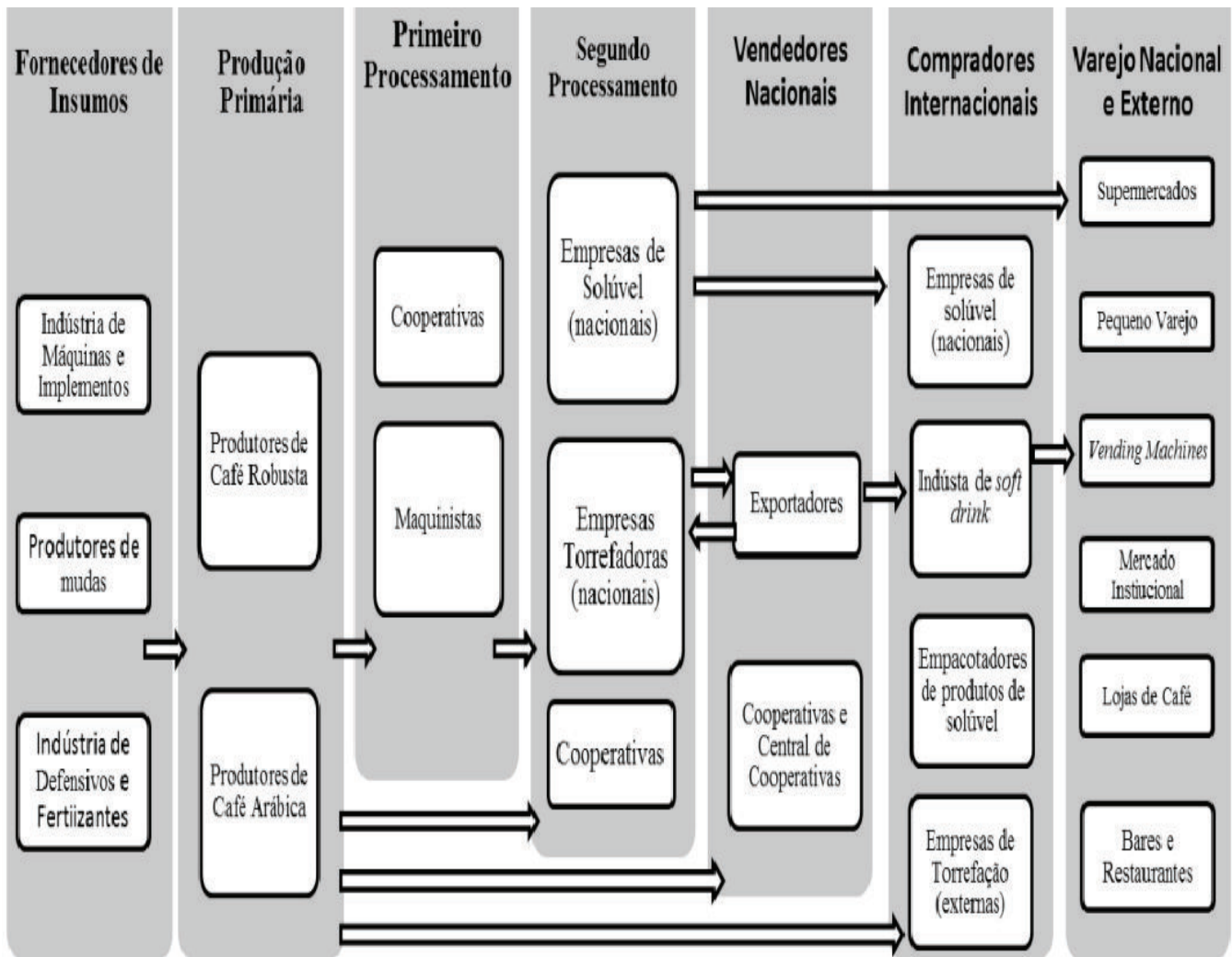
**Organização:** BRAGA, J.M.; NOVAIS, W.P.S.de, 2017.

Esse gráfico mostra os 6 principais municípios produtores (em toneladas) de café no Planalto da Conquista no ano de 2009 e, que juntos, foram responsáveis pela produção de

mais de 35.000 toneladas de café. Nesse contexto, destacamos a produção dos 3 maiores produtores de café para a seguinte análise: em 1º lugar, o município de Barra do Choça, que correspondeu a produção de mais de 20 mil toneladas de café; em 2º lugar, Vitória da Conquista, aparece no gráfico com a quantia de quase 10 mil toneladas e, em 3º lugar, Encruzilhada com quase 3.000 toneladas do produto.

O maior produtor de café no Planalto da Conquista, é o município de Barra do Choça que, do montante produzido pelos 6 maiores produtores de café, em 2009, foi responsável por mais de 50% da produção. Nesse sentido, a interpretação desses dados no gráfico reforça a afirmação de que o café comercializado/exportado em Vitória da Conquista é produzido no Planalto da Conquista. E, como afirma Santana (2016) o município de Conquista é o *locus* de concentração da comercialização do café nessa área.

Para discutir as especificidades do agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA num contexto de uma agricultura capitalista mundializada, monopolizada pelas grandes corporações e mercado financeiro, é preciso entender, como assinala Oliveira A.U. (2007), os processos de produção-distribuição-circulação-consumo articulados entre si. Nessa perspectiva, é preciso compreender os mecanismos espaciais de produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista de forma mais detalhada. Assim, a figura a seguir, é um importante instrumento auxiliar para entender esse processo:



**Figura 1 – Diagrama do Sistema Agroindustrial de Café no Brasil**

Fonte: Adaptado de Saes e Nakazone (2002, p. 37)

**Figura 03:** Diagrama do Sistema Agroindustrial de Café no Brasil

Fonte: Silva (2013, p.20).

Essa figura do diagrama do sistema agroindustrial de café no Brasil possibilita verificar como está organizado, de maneira geral, o processo espacial da produção-comercialização do agronegócio do café em Conquista. Analisando a figura, é importante assinalar, primeiramente, que ao tratar do agronegócio de café, é preciso ir para além da visão limitada da fazenda de café, pois, é necessário entender um agronegócio que se inicia antes mesmo da produção do produto e se estende até a comercialização no mercado nacional e internacional.

De acordo com as formulações em Paulino; Almeida (2010, p.75) afirmamos que esse agronegócio do café está dividido em três partes: *negócios pré-produção* – máquinas, adubos químicos e fertilizantes – os *negócios agropecuários* – envolvem atividades da

produção primária do café – e *negócios agropecuários pós-produção* – supermercados, distribuidoras, cafeterias, bares e restaurantes.

Nesse caminho, a figura possibilita entender os mecanismos espaciais da produção-comercialização no agronegócio do café em Conquista ao longo do seu processo de produção e realização no espaço-tempo (HARVEY, 2005). Esse processo pode ser resumido da seguinte maneira: os fornecedores de insumo vendem seus produtos para os produtores de café (capitalistas ou camponeses), assim a produção é efetivada, em seguida, esse café é submetido ao primeiro processamento ou beneficiamento, geralmente realizado em cooperativas, depois será vendido para o mercado interno e/ou externo onde será submetido a um rebeneficiamento ou segundo processamento. Se o café for vendido para o mercado interno será industrializado em empresas de solúvel, torrefadoras ou cooperativas e terá como destino final a venda em varejo, supermercados, lojas de café, bares e restaurantes, entre outros. Caso o café seja vendido para uma exportadora, será rebeneficiado nas exportadoras ou em cooperativas que prestam serviços para essas exportadoras, e terá como destino final a exportação para outros países.

Sobre esses apontamentos gerais, é importante registrar duas considerações à respeito desse processo: primeiro, é importante lembrar que a maior parte do café produzido no Brasil por capitalistas ou camponeses, é negociado por intermediários, que são, em sua maioria, os corretores de café – profissionais habilitados para a comercialização do café – responsáveis em vender o café para as exportadoras e/ou indústria nacional de torrefação e moagem. A segunda consideração é de que o café comprado pela exportadora pode ser vendido tanto para o mercado externo como para as indústrias nacionais de torrefação.

Nessa direção, é fundamental reafirmar que a figura tem como objetivo principal compreender o processo geral da produção-comercialização do agronegócio do café. E, portanto, não caracteriza alguns agentes desse processo, como por exemplo, o Estado neoliberal e o mercado de futuros. Portanto, após essa breve explanação, iniciaremos a caracterização de algumas das particularidades da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA.

No que tem a ver com a produção do café no Planalto da Conquista, é importante relembrar que é um café da espécie arábica de alta qualidade, propício para o cultivo nessa área de clima frio e de alta altitude (Exportadora 6, entrevista realizada em Janeiro de 2017). Nesse sentido, podemos assinalar que a produção de café no Planalto da Conquista é,

basicamente, da agricultura familiar camponesa, composta por pequenos e médios produtores rurais (SANTANA, p.116-118).

Nesse sentido, os estudos de Dutra Neto (2004) assinalam que um dos principais motivos para o baixo índice de produtividade de café no Planalto da Conquista [em média 11 sacas/ha], em relação à média nacional [em média 26 sacas/ha], é porque a média de produtividade do pequeno produtor não chega a 12 sacas por hectare, ficando bem distante da realidade das grandes propriedades dessa área produtora, nas quais os fazendeiros munidos de investimentos em tecnologias, informação, técnicas sofisticadas de adubação e irrigação, podem atingir níveis de produtividade de até 38 sacas por hectares.

De acordo com as formulações de Elias (2003) é possível explicar que a produção de café no Planalto da Conquista se dá de forma desigual entre os capitalistas e camponeses, pois, os capitalistas concentram tecnologia, capital e informação, enquanto, por outro lado, os camponeses, pequenos e médios produtores, não tem acesso à tecnologia, capital e informação, sendo condicionados a essa relação desigual.

É importante explicar que essa realidade remete a compreensão da geografia histórica do processo de expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, que de se deu de forma desigual e combinada, uma vez que, apenas a elite capitalista teve acesso aos meios e investimentos para mudança da base técnica de produção, enquanto os camponeses não tiveram acesso a esses investimentos e, muitos deles, ainda foram expulsos do campo, restando-lhes apenas vender a força de trabalho para sobreviver (SOUZA, 2008).

Diante disso, outro ponto importante para continuar a discussão é, pois, entender de modo geral, como se produz o café no Planalto da Conquista, a começar pelo plantio e desenvolvimento da planta.

Sobre isso, foi possível verificar que após o plantio do café, ele produzirá alguns grãos depois de dois anos de idade da planta, só que ainda em pequena quantidade. Quando atinge os 4 anos, produz maior quantidade de grãos e, portanto, torna-se mais produtivo. Dos 6 aos 8 anos de idade já se torna uma árvore adulta e, nesse período, propicia uma produção abundante de grãos (Corretor 1, entrevista concedida em janeiro de 2017).

A colheita do café no Planalto da Conquista tem início, basicamente, em meados do mês de maio e se estende até o mês de setembro que, por sua vez, exige do produtor um acompanhamento da cultura durante o ano todo, desde a adução, irrigação, poda até chegar ao período da colheita.

O processo de acompanhamento do café desde a sua floração até o grão pronto para ser colhido, que ocorre ao longo de 9 meses, é chamado pelos produtores e demais sujeitos ligados ao agronegócio do café, de gestação do fruto (COOPMAC, entrevista concedida em Janeiro de 2017). Nesse contexto, a planta estará exposta ao longo desse tempo às diversas condições climáticas e demais fatores, que podem, a depender do cuidado, ser determinantes para definir, dentre outras coisas, uma safra produtiva de boa qualidade ou, o oposto, uma safra improdutiva de baixa qualidade.

Após esses cuidados, é chegado o momento da colheita do café. Sobre isso, Santana (2016, p.96) classifica a colheita, em três tipos: 1) *Colheita manual*: ela pode ser seletiva ou concentrada. Na seletiva o procedimento é de catar os frutos somente maduros a mão. Na coletiva derriçam-se os frutos de cada ramo no chão em panos ou peneiras. 2) *Colheita semi-mecaniza*: utiliza-se derriçadeiras portáteis ou tradicionais para derrubar os frutos e depois catá-los. 3) *Colheita mecanizada*: colheitadeiras altamente sofisticadas que fazem todo o serviço. A autora explica que independentemente do tipo de colheita, é preciso que no momento da colheita os frutos do café tenham atingindo o estágio denominado de cereja, isto é, ponto ideal de maturação do café.

O café colhido como cereja precisa passar por um processo de secagem que pode ser de dois tipos: via úmida e via seca. Assim, dará origem as duas principais qualidades de café produzidas no Planalto da Conquista, café cereja despulpado e café cereja descascado.

A qualidade de café conhecida por *via seca* ou *seca natural* é a que representa grande parte do café produzido no Planalto da Conquista. Essa qualidade de café é formada quando o produtor colhe o café na mata (áreas onde são produzidos os cafés da espécie arábica, em temperaturas amenas e altitudes entre 800 metros e 1000 metros), no período de inverno predominantemente frio e úmido e transporta os grãos para caatinga onde encontrará condições climáticas mais favoráveis para secagem. Quando o café chega ao sertão é espalhado nos terreiros, fica em torno de 08 a 15 dias para secagem e depois retorna para o local de origem da colheita (Exportadora 2, entrevista concedida em janeiro de 2017).

Já o processo do *café despulpado* ou *via úmida*, se dá seguinte maneira: diferente da primeira forma de secagem por via seca no terreiro, a forma de secagem por via úmida, consiste em secar o café na máquina num processo muito mais rápido do que o primeiro, pois na máquina o café leva em média 30 horas para secar, enquanto na secagem natural leva de 08 a 15 dias (Exportadora 6, entrevista concedida em janeiro de 2017).

É interessante assinalar que o café despulpado ou café de via úmida exige mais cuidado tanto na colheita como no processo de secagem, produzindo um café especial de melhor qualidade e, portanto, é comercializado no mercado com preço superior ao café de via seca.

De acordo com o que foi constatado em nosso trabalho de campo, é possível resumir todo esse processo da seguinte forma: o café é colhido como cereja, daí deve iniciar o preparo do café que se realiza, basicamente, por dois tipos: via seca e via úmida. Mas, antes da escolha do tipo de preparo, os grãos de café são submetidos a um lavador do fruto de café, uma espécie de caixa com água onde os grãos de café são jogados para eliminar as impurezas e separar os grãos verdes ou afetados por pragas dos maduros. Após esse procedimento, o café via úmida, é levado para unidade de preparo onde contém o lavador e despulpador, onde será lavado e selecionado os melhores grãos, para depois, ser descascado. E por último, a secagem do café que pode ser natural ou artificial. O natural ocorre no terreiro, é a secagem do café via seca que é transportado para secar nos terreirões, onde ele é espalhado no terreiro e fica em torno de 15 dias. A secagem artificial é feita por meio de máquinas, do chamado secador mecânico que, no caso do café despulpado, é melhor pelo fato de garantir a secagem uniforme dos grãos e, portanto, agregar maior qualidade do produto.

Esse processo de produção no campo que passa da colheita, pelo preparo e vai até a secagem, é um dos processos mais importantes para agregar valor ao produto (Coordenadora da pós-graduação em Café da UESB, entrevista concedida em agosto de 2016). Por isso, os cafeicultores, de modo geral, preocupam-se em conduzir essas etapas da melhor maneira possível, pois esses procedimentos são determinantes para garantir a qualidade do grão e, portanto, para o preço final do produto.

Diante disso, é possível iniciar a discussão sobre a comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA. Como ponto de partida, é importante caracterizar como é realizado esse processo, quem são os sujeitos envolvidos e qual o papel de cada um deles na produção capitalista do espaço, sob a lógica de uma agricultura capitalista mundializada.

De acordo com o campo realizado, é possível afirmar que a comercialização do café em Vitória da Conquista envolve, basicamente, produtores (capitalistas e camponeses), intermediários (que na maioria das vezes, são corretores de café), exportadoras, indústrias locais de torrefação e moagem até a chegada do café na praça de varejo (supermercados,

bares, lojas de café e restaurantes) ou tomam a direção da sede das exportadoras e portos para exportação, localizadas, em sua maioria, no sudeste do país.

Assim, foi possível verificar a existência de várias indústrias de torrefação e moagem de café que operam em Vitória da Conquista, como por exemplo: Café Bahia, Café Maratá, Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), Três Corações, Café Sempre Viva, entre outras.

Com relação às exportadoras de café que operam em Conquista, verificamos que até a década de 1980 havia uma média de 23 exportadoras de café que operavam na cidade. Nos dias atuais, esse número caiu, consideravelmente, para apenas 6 exportadoras (Corretor 1, entrevista concedida em Janeiro de 2017).

De acordo com as formulações em Oliveira A.U (2016) podemos explicar que esse processo de diminuição da quantidade de exportadoras de café que operam na cidade, a partir da década de 1990, é explicado do ponto de vista da constituição de uma agricultura capitalista mundializada composta por políticas neoliberais que possibilitaram a abertura de mercados e, com isso, a formação de grandes grupos mundiais do setor, que se apropriaram do mercado cafeeiro local, e mantiveram o controle da comercialização do produto de forma monopolista e subordinada à lógica de produção de *commodities* regulada pela bolsa de valores e mercados e futuros. Além disso, destaca-se o processo de fusão/aquisição de empresas multinacionais como forma de monopolização desse mercado.

Desse modo, de acordo o campo realizado, pode-se afirmar que as exportadoras que operam em Vitória da Conquista, na atualidade, são:

a) **Neumann Kaffee Gruppe (NKG)**: é uma empresa alemã e está entre as principais *tradings* mundiais que operam com café e grão verde. No Brasil atua através da **Stockler Comercial e Exportadora Ltda**, assumindo o *ranking* de 5º lugar (8,63%) nas exportações de café do Brasil em 2007. O grupo possui oito unidades no Brasil, distribuídas assim: 5 unidades em Minas Gerais nas cidades de Varginha, São Sebastião do Paraíso, Patrocínio, Muzambinho e Manhaçu; na Bahia na cidade de Vitória da Conquista; Espírito Santo na capital Vitória e São Paulo em Espírito Santo do Pinhal e a sede nacional que está localizada em Santos<sup>25</sup>. Como foi possível verificar no trabalho de campo, realizado no primeiro bimestre de 2017, a Stockler Comercial e Exportadora

---

<sup>25</sup> Fonte: Oliveira (2016, p.270-280).



Ltda, possui uma unidade filial em Vitória da Conquista/BA, mas o escritório está fechado<sup>26</sup>.

b) **Ecom Agroindustrial Corp Ltd:** foi fundada em Barcelona na Espanha pela família Steve e tem sede na Suíça. Esse grupo monopolista do setor de café opera no Brasil através da **EISA** (Empresa Agrícola S/A), possui sua sede na cidade de Santos e conta com apoio de nove unidades auxiliares distribuídas pelo país, como por exemplo, as unidades em Vitória da Conquista/BA, Vitória/ES e Varginha/MG<sup>27</sup>.

c) **Olam Internacional Limited:** é uma empresa mundial nigeriana com ações na bolsa de Cingapura Olam Internacional e, também, atua no setor de café. Desde 2014 o grupo Olam Internacional tem seu capital social controlado pela Temasek Breends Investments Pte uma unidade da empresa de investimento estatal de Cingapura Temasek Holdings Pte, também de Cingapura. No Brasil, o grupo atua, desde 2002, com o comércio de castanha de caju através da Olam Brasil Ltd, e em 2004, passou a exportar café em grão das espécies arábica e robusta através da **Outspam Exportação e Importação Ltda**<sup>28</sup>, unidade filial operante na cidade de Vitória da Conquista/BA.

d) **Ed&F Man Netherlands BV:** é uma empresa holandesa que em 2004 comprou a empresa suíça controlada pelo grupo Volcafé Holding Internacional Ltda. É importante sinalizar que essa empresa lidera o mercado dos contratos de café verde e opera na maioria dos países exportadores. No Brasil opera através da **Volcafé Ltda**, Marcellino Martins & Johnston Exportadores Ltda e ED&F MAN Brasi S/A. Possui unidades distribuídas pelo país, como por exemplo, nas cidades de Vitória da Conquista/BA, Batatais/SP e Luiz Eduardo Magalhães/BA<sup>29</sup>.

e) **Unicafé:** é uma empresa nacional que na atualidade, opera em diversos ramos, como por exemplo, a criação de gado de corte, plantação de eucalipto e operações de café (principal atividade da empresa). Com relação às operações de café pode-se assinalar que: a empresa exporta o produto para mais de 40 países, possui unidades espalhadas em diversas cidades brasileiras, tais como: Varginha/MG, Vitória/ES, Rio de

---

<sup>26</sup> Obtemos informações em campo, de caráter informal, portanto, rumores de que essa empresa não opera negócios de compra e venda de café na cidade por mais de 3 anos e, nesse caso, a existência desse estabelecimento comercial na cidade (inoperante) é estratégico para manter a filial em “atividade” no sentido de não perder mercado local para a concorrência, caso consigam movimentar compras de café novamente. Desse modo, é importante ressaltar que o ponto comercial é bem localizado, já que fica próximo dos escritórios dos corretores de café físico.

<sup>27</sup> Fonte: Oliveira (2016, p.270-280).

<sup>28</sup> Fonte: Oliveira (2016, p.270-280).

<sup>29</sup> Fonte: Oliveira (2016, p.270-280)

Janeiro/RJ, Santos/SP e Vitória da Conquista/BA. E a maior parte das exportações é realizada pelos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória<sup>30</sup>.

f) **Brandão Filhos Fortship:** é uma empresa nacional que opera na comercialização/exportação de café e cacau no Brasil, a unidade matriz é localizada em Salvador e possui escritórios de compra de café em Itiruçu/BA e Vitória da Conquista/BA. Além disso, a empresa opera nos setores de Agenciamento Marítimo, Operação Portuária (carga de projeto, containers e grandes sólidos) em diversos estados, como por exemplo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Pará<sup>31</sup>.

Como é possível verificar, em Vitória da Conquista, na atualidade, das 6 exportadoras de café, 4 empresas pertencem a países estrangeiros e 2 são brasileiras. A unidade matriz e os portos de exportação dessas empresas que operam na cidade concentram-se, majoritariamente, no sudeste do país, principalmente na cidade de Santos/SP, onde é destinado grande parte do café produzido no Planalto da Conquista.

Diante disso, verificamos em trabalho de campo, que os processos de comercialização do café em Vitória da Conquista acontecem, principalmente, no Bairro Sumaré, em um quarteirão onde estão situadas as unidades exportadoras e inúmeros estabelecimentos de corretagem de café físico. Nesse quarteirão, onde acontecem as principais negociações de café na cidade, é possível avistar diariamente, as ruas sempre movimentadas com corretores de café, andando, muitas vezes com amostras de café nas mãos para negociar com as exportadoras e falando ao celular, negociando o preço do café de acordo o câmbio do dólar e os pontos da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Além disso, fazem parte desse contexto, os trabalhadores conhecidos como *chapa*, que são trabalhadores desempregados que tentam garantir sua sobrevivência, carregando e descarregando caminhões de café<sup>32</sup>.

Nesse caminho, para compreender melhor como se realiza a comercialização do café em Vitória da Conquista, é de fundamental importância, discutir a respeito do intermediário, ou seja, o sujeito que é o elo entre produtor de café e o comprador (exportadoras e/ou

---

<sup>30</sup> Para obter essas e mais informações acesse o site da empresa disponível em: <http://www.unicafe.com.br/pt-br/>

<sup>31</sup> Para essas e maiores informações acesse o site <http://www.brandao.com.br/index.php>.

<sup>32</sup> Importante assinalar que não é objetivo desta pesquisa investigar os trabalhadores conhecidos como *chapa*. De maneira geral, obtemos informações que são trabalhadores informais que vivem de carregar e descarregar caminhões de café ou de qualquer outra mercadoria. Eles só ganham dinheiro se tiver carga e/ou descarga para fazer.

indústrias de torrefação e moagem). É necessário destacar que o intermediário pode ser um atravessador avulso ou um corretor de café físico, conforme veremos a seguir.

Verificamos em trabalho de campo que o atravessador é um tipo de intermediário entre o pequeno produtor e os compradores de café. Ele é conhecido no mercado de café conquistense por atravessador, em razão de comprar o produto de pequenos produtores na rua, ou seja, compra 2 sacas de café em um pequeno produtor, mais 3 sacas de café de outro pequeno produtor, em seguida junta todas as sacas compradas e leva para vender nas exportadoras e/ou indústria de torrefação e moagem.

Os atravessadores compram café bem abaixo do preço nas mãos desses pequenos produtores (que não tem acesso à informação comercial do produto) para vender nas exportadoras e indústria de torrefação e moagem e, portanto, os pequenos produtores ficam em desvantagem nessa comercialização.

Por outro lado, o corretor de café físico é um profissional habilitado que fez um curso apropriado para atuação na área e é responsável pelo elo de negociação entre os produtores e as exportadoras e/ou indústrias de torrefação e moagem (Exportadora 3, entrevista concedida em Janeiro de 2017).

Por isso, de acordo o trabalho de campo, pode-se sintetizar o trabalho desse profissional da seguinte maneira: o corretor pega amostras de café do produtor [capitalistas e camponeses], degusta e classifica o produto, distribui essas amostras para diversos compradores (geralmente nas exportadoras), faz uma cotação do café entre eles e vende para quem oferecer melhor preço no produto. Para que isso aconteça, o corretor precisa estar atento às cotações do dólar no dia (moeda que é negociado o café) e às oscilações da bolsa de Nova Iorque (bolsa que regula o preço do café arábica que é a espécie de café produzida no Planalto da Conquista). Além disso, precisa saber qual tipo de café está à venda e qual o tipo do grão é procurado para a compra naquele dia no mercado mundial. Nesse sentido, trata-se de um dia de negociação muito dinâmica, que exige do corretor diversos conhecimentos, desde a economia de mercado, bolsa de valores, cotações da moeda, até o tipo de café a ser negociado no mercado. São nessas condições, que o corretor vende o café para o comprador (na maioria das vezes, uma exportadora).

Desse modo, conforme constatado no trabalho de campo, o procedimento de compra de café por uma exportadora, resume-se da seguinte maneira: o corretor distribui amostras de café de determinado produtor para diversas exportadoras (de acordo com a demanda de café

no mercado naquele dia), em seguida as exportadoras degustam e classificam o café levado pelo corretor, para fins de certificação do produto que está à venda, depois, determinada exportadora, que despertar interesse pela amostra, firma o acordo de compra e solicita que o produto seja entregue em determinado armazém (pertencente à exportadora ou que presta serviço para ela). Efetuado a entrega do café no armazém acordado, a exportadora irá classificar e degustar o café novamente, assim como fez com as primeiras amostras, para certificar-se de que o café que foi entregue no armazém é o mesmo café oferecido na primeira amostra. Assim, confirmado a qualidade do café negociado, a exportadora efetua o pagamento ao fornecedor.

Feito isso, o café irá passar por um processo de rebeneficiamento, que ocorre em armazéns da própria exportadora e/ou prestadores de serviços como as cooperativas. Esse processo é executado da seguinte maneira: o café destinado à exportação precisa ser submetido ao processo de rebeneficiamento, ou seja, os grãos serão separados, cuidadosamente, por meio de máquinas, para retirar o grão de melhor qualidade para exportação. De forma mais detalhada, pode-se afirmar que o procedimento de rebeneficiamento de café consiste na separação dos grãos por meio de máquinas eletrônicas altamente sofisticadas de catação e ventilação que através de fotocélulas e peneiras separam os grãos por coloração e por densidade (separa os grãos mais leves dos mais pesados). Esse processo é para separar os grãos mais finos que serão destinados à exportação, dos grãos que apresentam algum defeito, chamados de quebra ou resíduos (Exportadora 2, entrevista concedida em janeiro de 2017).

Constatamos no campo que os resíduos ou quebra do café, são os grãos que, apesar de fornecerem uma boa bebida, não são apropriadas para o mercado externo, que exige os melhores grãos e da melhor qualidade. Essa quebra do café que não é destinada para exportação não é desperdiçada pela exportadora, pois é vendida para as indústrias de torrefação e moagem em Vitória da Conquista e, assim, esses grãos serão torrados, moídos e industrializados para a venda no mercado local.

Além disso, conforme evidenciado em trabalho de campo, as exportadoras são as maiores compradoras de café do Planalto da Conquista, tendo em vista que elas compram café para exportação e vendem a chamada quebra para a indústria de torrefação e moagem local. E do ponto de vista da exportação, o café comprado pelas exportadoras da cidade é destinado, majoritariamente, para os portos de exportação no sudeste do país, onde encontram-se suas

sedes, e de lá, são exportados para diversos países do mundo, como por exemplo, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, França, Inglaterra, Canadá, Grécia, Malásia, Nova Zelândia, Dinamarca, Israel, Irlanda, entre outros países.

Diante disso, ancoramo-nos nas formulações de Harvey (2005), para entender os mecanismos espaciais da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, sob a racionalidade de um capital que se organiza espacialmente na intenção de “*anular o espaço pelo tempo*” e, com isso, acelerar o ritmo de circulação do capital no espaço, aos moldes de uma agricultura capitalista mundializada, direcionada para produção e exportação dessa *commodity* à custa da subordinação dos sujeitos locais às determinações dessa forma de acumulação.

Portanto, nesse contexto, essa discussão abre caminho para analisar a geografia da acumulação capitalista no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA por meio da reprodução fictícia de capital, diante do comércio mundial dessa *commodity* negociada nos mercados futuros.

### **CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: A REPRODUÇÃO FICTÍCIA DE CAPITAL NO AGRONEGÓCIO DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

O agronegócio do café contemporâneo está inscrito no contexto de uma agricultura capitalista mundializada e, portanto, um dos seus principais pilares é a produção de alimentos em forma de *commodities* que é controlada pelas bolsas de valores e mercados futuros. Os especuladores movimentam essas operações financeiras por meio da compra e venda de contratos futuros e, nesse sentido, o café negociado como ativo financeiro alimenta a acumulação fictícia diante do mercado mundial dessa *commodity*.

Nas últimas décadas, as operações financeiras nos mercados futuros assumiram o protagonismo no agronegócio do café e passaram a determinar o ritmo da produção dessa *commodity* em escala global, subordinando o mercado físico dessa mercadoria às determinações das finanças.

Diante disso, objetivo deste capítulo é a de discutir a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA por meio de uma geografia da acumulação capitalista. Nesse sentido, iniciamos a discussão com apontamentos teóricos sobre o capital fictício na contemporaneidade com o propósito de possibilitar a contextualização desse tema, que consideramos merecer um rigor teórico mais cuidadoso em razão da sua complexidade. Em seguida, apresentamos de forma sucinta como está organizado o café enquanto *commodity* negociada nos mercados futuros para, assim, propor a análise da produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista sob as determinações da lógica especulativa do capital fictício que, dentre outras coisas, dita o ritmo da produção a tempos futuros, intensificando a concorrência capitalista, a especulação, a produção e a superexploração do trabalho.

Com isso, no jogo de escalas do circuito espacial produtivo do café, os agentes e/ou sujeitos locais – como, por exemplo, cafeicultores, corretores do mercado físico, indústria de torrefação e moagem local – ficam subordinados às determinações das finanças e, portanto, a uma lógica de acumulação que aprofunda ainda mais a crise-acumulação do capital.

### 3.1. Apontamentos teóricos sobre o capital financeiro (fictício) no capitalismo contemporâneo

No momento histórico atual a produção de alimentos em forma de *commodities* é um dos pilares da agricultura capitalista mundializada. O café negociado como ativo financeiro nas bolsas de mercados futuros está inscrito em formas contemporâneas de reprodução fictícia de capital. O debate teórico-metodológico que envolve o capital financeiro na abordagem marxista é fundamental para compreender esse fenômeno na atualidade do campo brasileiro.

A proposta deste tópico caminha na direção de apresentar breves apontamentos teóricos sobre o capital financeiro (fictício) contemporâneo, na perspectiva marxista, com a finalidade de fornecer elementos analíticos que auxiliem na compreensão dos mecanismos da produção-comercialização do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA sob a lógica especulativa do capital fictício.

Para Carcanholo e Nakatani (2015, p.51) a expressão *capital financeiro* tem sido utilizada de maneira muito ampla na abordagem marxista para descrever os aspectos mais significativos da chamada globalização. Segundo os autores, a uma espécie de generalização na utilização do termo capital financeiro como se fosse um conceito teórico. A respeito desse incômodo inicial, Helder Gomes acrescenta que:

Diante de formas um tanto imprecisas de qualificação de um fenômeno tão marcante, o que passou a incomodar mais os autores que concebemos aqui pioneiros (Carcanholo e Nakatani) foi o uso generalizado do termo *capital financeiro*, tanto para designar as distintas formas que assume o capital a juros, quanto para se referir às diversas modalidades de especulação que se multiplicavam naquele momento (2015, p.17).

De acordo o excerto acima, pode-se afirmar que para Carcanholo e Nakatani (2015, p.50-53) o conceito de capital financeiro no pensamento marxista é teoricamente vazio, dada sua generalização e imprecisão para se referir a um conjunto de formas indefinidas de capital (capital a juros, capital fictício, capital bancário). Segundo Harvey (2013, p.290), “o próprio Marx nunca usou o termo [capital financeiro], mas deixou uma enorme quantidade de escritos sobre a circulação de diferentes tipos de capital monetário”.

Gomes (2015, p.17 e 18) assinala que a busca por maior precisão sobre o termo capital financeiro, levou Carcanholo e Nakatani a investigarem sobre a categoria marxiana de capital fictício, que passou a ser a mola mestra de investigação desses autores preocupados em

entender a dinâmica dessa forma de capital na contemporaneidade por meio do seu caráter especulativo e dominante sobre as outras formas de capital.

Desvelar esse fenômeno do capital fictício no capitalismo contemporâneo exige o esforço teórico de debruçar acerca do *movimento de autonomização do capital*. A análise da lei do valor e do circuito constitutivo do capital por meio da relação entre mercadoria (M) e dinheiro (D) é fundamental para compreender esse movimento. Grespan (2012) explica que esse circuito é composto pela unidade contraditória entre compra (M-D-M) e venda (D-M-D):

Tomando compra e venda como termos de uma relação, esta pode tanto partir da venda (M-D-M), como na circulação simples, quanto da compra seguida por uma venda (D-M-D), que é o caso aqui. Cada um dos circuitos é a unidade das duas fases opostas (...) A “unidade” que define cada circuito, contudo, para além da diferença na sequência, significa uma diferença de finalidade de conteúdo: O circuito M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e termina no extremo de outra mercadoria que sai da circulação e reverte ao consumo. Consumo, satisfação das necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, portanto, sua finalidade. O circuito D-M-D parte, ao contrário, do extremo do dinheiro e retorna finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo impulsor e objetivo determinante é, assim, o próprio valor de troca (2012, p.84).

Além disso, Grespan (2012, p.84-88) explica que quando o valor avança em seu movimento de autonomização, o circuito da venda (M-D-M) é subordinado às determinações do circuito da compra (D-M-D) e, portanto, é condicionado à lógica do valor como fim em si mesmo.

Para Belluzo (2013), essa lógica de expansão do valor que subordina o circuito (M-D-M) às determinações da acumulação de riqueza abstrata, está ligada aos desdobramentos do valor nas metamorfoses do capital e, portanto, na lei do valor enquanto um processo de valorização do capital. Sobre isso, Carcanholo e Nakatani (2015) afirmam que:

O capital é um valor que circula e, através de determinadas *metamorfoses*, chega a autovalorizar-se. O agente, o sujeito dessa circulação, é o valor e, com isso, ele deixa de ser mera característica das mercadorias e ganha *status* de coisa com vida própria. Podemos constatar assim, que a transformação do valor em capital implica um enorme salto no seu desenvolvimento. Inicia-se, na sociedade, a era do domínio do valor, da lógica de valorização. O valor converte-se, no capital, em realidade social *substantiva*, em coisa social com vida e movimento próprios. De mera característica social das mercadorias, aspecto delas, transforma-se na realidade independente. **De simples conteúdo passivo e subordinado à suas “formas” substantivas (a mercadoria e o dinheiro), o valor converte-se em agente social autônomo**



**e com vida própria, perceptível através do seu movimento (circulação) e em relação ao qual, a mercadoria e o dinheiro chegam a ser simples manifestações subordinadas** (p.37 e 38, grifo nosso).

Assim, de acordo interpretações em Marx (1996) no livro I de *O Capital*, o processo de autonomização ou substantivação do valor, são características adquiridas pelo valor ao longo de suas etapas de desenvolvimento, até atingir a capacidade de autovalorizar-se, de forma autônoma, convertendo-se em capital.

Nessas condições, inicia-se o domínio do valor, convertido em capital, em sua realidade social substantiva, como um valor que se valoriza e que está em constante movimento em seu processo de circulação. Por isso, o valor passa de um simples conteúdo subordinado a mercadoria e ao dinheiro para converte-se em substantivação do valor, ou seja, em capital. E, “dessa maneira, de simples adjetivo das mercadorias o valor converte-se em substantivo no ciclo do capital. Quando o valor não é mais simples valor, mas valor-capital, defrontamo-nos com a substantivação do valor” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p.38).

Diante do exposto, o capital não deve ser entendido como algo estático, mas sim, como algo em constante movimento. Além disso, pode-se considerar que a substantivação do valor é um fenômeno de elevada abstração e, por isso, para dar conta de melhor explicar a análise desse fenômeno na realidade concreta, Carcanholo; Nakatani (2015), explicam que Marx sugeriu como forma de solucionar esse problema, o conceito de capital industrial e suas formas funcionais. Nesse sentido,

Para descobrir e expor o conceito de capital industrial, Marx analisa a circulação completa do capital e as funções que suas diversas formas existenciais devem cumprir. Trata-se de funções cumpridas pelas formas nas quais o valor se metamorfoseia ao longo do seu ciclo completo: D-M...(p)...M'-D', em que (p) representa o processo produtivo. As formas observadas passam a ser denominadas da seguinte maneira: capital-dinheiro (D), capital produtivo (M) e capital mercadoria (M') (p.41).

Partindo dessa análise, o conceito de capital industrial, é um conceito que auxilia no entendimento da substantivação do valor, pois possibilita a análise concreta do capital no decorrer do seu ciclo completo de acumulação. Desse modo, o capital industrial e suas formas funcionais, servem para analisar as funções desempenhadas pelas formas do capital – capital dinheiro (D), capital produtivo (M) e capital mercadoria (M') – nas quais o valor está em constante movimento e transformação no decorrer do seu processo de autovalorização.

De modo geral, as formas e funções do capital industrial são descritas por Carcanholo; Nakatani (2015, p.41), da seguinte maneira: o capital-dinheiro (D) é a forma assumida pelo valor-capital para cumprir as funções do dinheiro, ou seja, meio geral de compra e pagamento, assim, o capital dinheiro em seu processo de autovalorização e metamorfose (D-M), converte-se em capital produtivo (M) que é formado pelos meios de produção e força de trabalho e, sob essa forma, cumpri funções produtivas de criação do valor e da mais-valia. Posteriormente, o valor-capital converte-se na forma de capital mercadoria (M') e cumpri funções de mercadorias, produtos que devem ser vendidos. E, portanto, todo esse ciclo de metamorfose do valor-capital D-M...(p)...M', é chamado de capital industrial. Além disso,

Num primeiro momento o conceito é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim, o conceito de capital se confunde com o de capital industrial. Em seguida, Marx explica que as diversas formas funcionais se autonomizam devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, as empresas especializadas. Quando uma forma funcional do capital industrial se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim, o capital-mercadoria converte-se em capital comercial, o capital-dinheiro em capital a juros; e o capital produtivo em capital produtivo (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015, p.42).

Dito de outra forma, as formas funcionais do capital industrial, ao longo do seu processo de valorização, se autonomizam devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. Desse modo, o capital em seu processo global de circulação, assume as seguintes formas autônomas: o capital-dinheiro autonomiza-se em capital a juros, o capital-produtivo em capital produtivo e o capital-mercadoria em capital comercial.

Nesse aspecto, de acordo com o que foi discutido até aqui, é importante assinalar que o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente o valor e a mais-valia é o capital produtivo. Esse deve compartilhar o excedente-valor produzido com as outras formas funcionais autonomizadas, capital comercial e capital a juros. E todas elas, juntas, cumprem funções úteis para a circulação global do capital (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p.43).

Analisar, de modo geral, essas formas funcionais autonomizadas do capital, é importante para compreender a gênese do capital fictício, tendo em vista que, o capital fictício

nasce como consequência da existência e desenvolvimento do capital a juros. No entanto, é preciso advertir que apesar do capital fictício ter sua gênese como consequência da existência e desenvolvimento do capital a juros, não se deve confundir os dois, pois são coisas totalmente diversas (CARCANHOLO, SABADINI, 2015, P.127). Nessa dimensão de análise é possível afirmar que

O capital portador de juros é uma primeira etapa na autonomização da apropriação do valor frente à sua produção. Supondo um capital monetário de \$ 100, e uma taxa de juros de mercado de 10%, o proprietário desse capital monetário pode emprestar essa quantia para um capital produtivo que, ele sim, encarregar-se-ia de ingressar no processo produtivo. Supondo uma taxa de mais-valia de 20%, isso significaria que a massa de mais-valia atingiria \$ 20. Ao final do processo, o capitalista em função pagaria o empréstimo de \$ 100, acrescido dos juros de \$ 10 e, ainda ficaria com um lucro de \$10. Esta é a essência da relação entre o capital a juros e o capital produtivo (CARCANHOLO, M.D., 2010, p.5).

De forma resumida, o que acontece nessa relação, é que o capitalista especialista na apropriação de valor-excedente empresta dinheiro a juros para o capitalista especialista na produção de valor, e esse deve pagar o empréstimo corrigido a juros. Nesse sentido, o capital cumpre seu ciclo de valorização do valor, de modo que, o dinheiro adiantado serve para financiar a produção e retorna corrigido a juros para o capital portador de juros, que se apropria do valor-excedente. Portanto, “ao mesmo tempo em que se apropria de uma parte da mais-valia gerada no setor produtivo, o capital a juros aumenta a eficiência da produção de excedente, assim como a velocidade de reprodução do ciclo do capital” (CARCANHOLO, SABADINI, 2015, p.128).

Nesse processo, com o desenvolvimento do capital a juros e do sistema de crédito, sob a forma de capital fictício, o capital adquire uma forma mistificadora e ainda mais complexa e desmaterializada de se apropriar do valor-excedente (gerada pelo capital produtivo) (CARCANHOLO, SABADINI, 2015, p.128). Sobre isso, é possível afirmar que:

A generalização e aprofundamento dessa lógica exacerbada de apropriação de valor, como se ela fosse totalmente autônoma do processo de produção, faz com que qualquer indivíduo que perceba um rendimento periódico de \$ 10 apareça como proprietário de um capital no valor de \$ 100, ainda que esse capital, de fato, não exista. Isso porque, realmente, uma renda de \$ 10, capitalizada a uma taxa de juros de 10% é igual a um montante de \$ 100, uma vez que,  $10 / 10\%$  é igual a 100. Mas, efetivamente, o rendimento de \$10 não provém da remuneração de capital existente, que só se constituiria

se esse rendimento fosse capitalizado. Assim, esse rendimento não pode ser considerado como uma remuneração do capital portador de juros. Entretanto, o indivíduo pode vender no mercado esse direito de apropriação periódica de \$ 10, o que será feito a valor de mercado, no caso, \$ 100. Constitui-se um capital de \$ 100 puramente pela venda de um direito de apropriação sobre um valor que nem sequer existe, ainda. Esta é a base categorial do capital fictício um desdobramento dialético e, por isso, com autonomia categorial, em relação ao capital a juros (CARCANHOLO, M.D., 2010, p.5).

Nessas condições, o capital fictício aprofunda a lógica de valorização do valor, por meio da valorização de capital de forma cada vez mais abstrata e autônoma, tendo em vista que diferente do capital a juros, nessa relação acima assinalada, ele não valoriza seu valor por meio do financiamento do capital produtivo, mas, autovaloriza-se puramente pela venda de um direito de apropriação de determinado valor que nem sequer ainda existe (ou pode nunca existir) e, por isso, se reproduz de forma cada vez mais fictícia.

Outro ponto importante é o entendimento da dialética do capital fictício, em sua função e disfunção. Sobre isso, é importante comentar que o capital fictício possui uma funcionalidade: diminuição do tempo de rotação do capital, ou seja, possibilitar a aceleração do tempo de rotação do capital global para valorizar-se cada vez mais rápido. Por outro lado, possui uma disfunção que é a seguinte: do ponto de vista individual, o capital fictício não é capaz de produzir valor-excedente, tendo em vista que não entra no processo produtivo, assim, embora contribuía para a acumulação geral de capital, a sua lógica está voltada para a apropriação de valor-excedente e, como resultado, uma parcela cada vez maior de capital global tenta se apropriar do valor-excedente que é produzido cada vez menos. Essa dialética do capital fictício nos permite entender o aprofundamento da crise do capitalismo contemporâneo (CARCANHOLO, M.D., 2010, p.6-8).

Por meio dessa dialética contraditória, cria-se um enorme círculo vicioso de especulação, alimentado pelas formas fictícias de reprodução capitalista, o que por sua vez, tem distanciado cada vez mais os preços dos papéis (títulos, ações etc.) da produção de riqueza material (GOMES, 2015).

Uma análise feita pela Mitsubishi UFJ securities, constatou que a dimensão da economia real em escala mundial está estimada em UU\$ 48,1 trilhões, enquanto o montante global de capital fictício em ações, títulos etc., ultrapassa os UU \$ 151 trilhões. Esse dado é alarmante, pois evidencia uma economia financeira três vezes maior do que o montante real, isto é, um gigantismo das finanças em relação à riqueza material produzida, o que por sua vez,

alimenta uma economia e uma geografia da bolha especulativa (DUTRA JÚNIOR, 2010, p.69)<sup>33</sup>.

Nesse contexto, a política dos capitalistas para gerenciamento e correção paliativa dessa crise é voltada para o aumento da produção de valor (pelo capital produtivo) para, dessa maneira, garantir a apropriação desse valor pelo capital fictício. Algumas evidências empíricas desse fenômeno podem ser aqui assinaladas: atuação do Estado neoliberal na retirada de direitos da classe trabalhadora, como por exemplo, no ataque a seguridade social substituindo os sistemas públicos de previdência social pelos fundos de pensão para serem investidos em títulos da dívida pública, implantando reformas trabalhistas para legitimar a superexploração do trabalho e formas de acumulação flexível e mercantilização dos bens públicos (saúde, educação, cultura), com o propósito em aumentar apropriação do valor pelo capital fictício (CARCANHOLO; NAKATAMI, 2015, p.90-92).

Essas são características básicas dessa etapa do capitalismo atual. E, nesse contexto, é importante assinalar que essa etapa atual difere-se das etapas anteriores, pois

Nossa tese é que a globalização, com todas as suas características, distingue-se de outras épocas da história do capitalismo pelo domínio do capital especulativo parasitário (forma particular mais concreta do capital portador de juros) em escala mundial, sobre o capital produtivo. Nessa fase, o capital industrial converte-se em capital especulativo e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre a circulação e reprodução no espaço internacional que define essa nova etapa (CARCANHOLO; NAKATAMI, 2015, p.34).

Nesse sentido, partimos da análise de que essa chamada globalização faz parte de um momento histórico do capitalismo que se distingue dos demais, pois esse fenômeno é caracterizado, fundamentalmente, pelo domínio do capital fictício especulativo sobre as outras formas de capital em escala internacional. Dito de outra forma, isso significa que, nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, o capital em sua esfera produtiva e comercial fica subordinado à lógica especulativa do capital fictício em escala mundial<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada do capital fictício. O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de alguma moldura de obrigações contratuais. Em algum momento, as dívidas têm de ser pagas (HARVEY, 2005, p.139).

<sup>34</sup> Por isso, é importante assinalar que a especulação não é exclusiva dessa etapa do capitalismo (chamada por alguns autores de globalização), pois a especulação é imanente ao processo de acumulação do capital. Assim, o que há de novo no capitalismo contemporâneo é o caráter especial de acumulação do capital, em que se reproduz

Dessa forma, o capital fictício consolida-se enquanto um capital que autonomiza-se, de modo particular, no mercado de compra e venda especulativa e, portanto, suas formas de existências serão encontradas em ações, títulos da dívida pública ou privada, entre outras. (CARCANHOLO; SABADINI, 2015, P.129).

Assim, é importante assinalar que além da lógica especulativa do capital fictício, ele é composto de um duplo caráter, pois é real e fictício (GOMES, 2015, p.18-19) e, sobre isso, é possível pontuar que:

O capital fictício diz respeito à títulos de crédito que, se por um lado tem suas cotações oscilando com relativa independência do capital originário (quando este existe), de forma que o seu valor total pode superar em muito o valor do capital industrial que lhe deu origem, por outro especulam com o que pode ocorrer no futuro, uma vez que a base de sua remuneração é a participação em lucros/rendimentos futuros, que podem nem se realizar. Além do mais, o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação. Por isso, do ponto de vista do capital global trata-se de capital fictício. Já do ponto de vista individual trata-se de capital para seu proprietário, uma vez que este, de fato, possui o direito de apropriação sobre a mais-valia produzida (CARCANHOLO, M.D.; PASCHOA, 2010, p.10).

Nesses termos, o título aparece nas mãos do seu proprietário como seu verdadeiro capital, porém, no processo global de acumulação do capital, ele é fictício. Sendo assim, afirmamos que o capital fictício possui um duplo caráter, pois pode ser real e fictício, pois do ponto de vista do indivíduo representa capital real, mas, no que diz respeito à totalidade global é fictício (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p.46 e 47). Por isso, do ponto de vista das formas de existência do capital fictício, constituem uma especulação e expectativa de um lucro futuro que pode nem vir a existir. Dito de outra maneira, esses papéis que são negociados oscilam diariamente em função das especulações do mercado e das taxas de juros flutuantes, tendo em vista que, geralmente, a valorização do valor desses papéis por meio da especulação é superior ao capital produtivo<sup>35</sup>.

---

sob uma intensa dominação da lógica especulativa do capital fictício sobre as demais formas de capital em escala mundial (GOMES, 2015).

<sup>35</sup> É claro que, como já foi discutido anteriormente, a reprodução de capital fictício sob a lógica especulativa pode produzir uma bolha especulativa de desvalorização desse capital acumulado especulativamente (CARCANHOLO, M.D.; PASCHOA, 2010, p.11-12).

E por isso, a lógica de valorização do capital fictício trata-se de um jogo especulativo entre os proprietários desse capital. Como ocorre, por exemplo, na bolsa de valores, onde alguns *players*<sup>36</sup> ganham com esse jogo e outros perdem, pois aqueles que compram na baixa especulativa e vendem na alta, com certeza serão os vencedores (CARCANHOLO; SABADINI, 2015, p.131).

Esses elementos analíticos possibilitam entender a lógica especulativa do capital fictício que, no capitalismo atual, assume forma generalizada e dominante de acumulação do capital. Além disso, o capital fictício, no mundo contemporâneo, impõe sua lógica especulativa de valorização do capital e subordina todas as outras formas de capital à sua lógica de acumulação. E, assim, a contradição principal desse processo está na produção/apropriação do excedente capitalista, pois prevalece a dominação da lógica especulativa sobre o capital produtivo e, conseqüentemente, o capital fictício aprofunda as relações de apropriação do valor-excedente produzido (GOMES, 2015, p.33-35).

Os efeitos produzidos por essa crise da acumulação fictícia especulativa do capital é concretizado por uma monopolização e concentração de riquezas exacerbadas, pois é “marcado por uma polarização nunca vista na história do capitalismo: magnífica riqueza de um lado e profunda e crescente miséria em grande parte do mundo” (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015, p.57).

Portanto, esses apontamentos gerais acerca do capital fictício no capitalismo contemporâneo fornecem elementos teórico-metodológicos para analisar a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA por meio da produção de alimentos em forma de *commodities*. Mas, antes de aprofundar nessa discussão, é importante fazer uma breve caracterização do café enquanto *commodity* negociado nos mercados futuros.

### **3.2. O café enquanto *commodity* negociada nos mercados futuros**

A proposta deste tópico é de apresentar e caracterizar, de forma sucinta, de que modo o café arábica comercializado em Vitória da Conquista-BA está organizado diante do mercado mundial enquanto uma *commodity* negociada nas bolsas de mercados futuros, no

---

<sup>36</sup> São chamados de *players* os investidores em bolsas de valores e mercados futuros, por se tratar de uma aposta especulativa no mercado financeiro e, assim como um jogo, existem os ganhadores e perdedores. Verificar em Carcanholo; Sabadini (2015, p.130-135).

contexto de uma agricultura capitalista mundializada. Nesse sentido, compõe essa discussão, a apresentação de aspectos gerais sobre os principais agentes atuantes nesse mercado de futuros – *hedgers* e especuladores – e uma breve contextualização sobre o comércio de contratos futuros do café na Bolsa de Nova Iorque.

O café foi a primeira *commodity* agrícola negociada no mercado mundial. O comércio de contratos futuros do café é realizado em pregões desde 1882 na Bolsa de Café de Nova Iorque chamada de *New York Coffe Exchange* (atual *Intercontinental Exchange – ICE*). A principal função dessa bolsa em seu surgimento foi normatizar o comércio internacional de café, padronizá-lo e classificar o produto em diferentes tipos, facilitando as negociações em escala mundial. Nesse contexto, é importante destacar que desde o final do século XIX, esse mercado contava com a atuação dos *hedgers* – agentes interessados em se proteger das oscilações dos preços do café por meio da fixação do preço do produto em contratos futuros – e os especuladores – que procuravam obter lucro por meio de operações financeiras (FREDERICO, 2013, p.108 e 110).

De modo geral, podemos afirmar que do final do século XIX até meados dos anos de 1970 do século XX, o mercado mundial de futuros do café era baseado no domínio dos *hedgers* sobre os especuladores, e, nesse período, o preço do café físico direcionava o preço dos contratos de café. No entanto, a partir dessa data, e de forma mais incisiva nos anos de 1990, os especuladores dominaram esse mercado e, nesse contexto, os preços dos contratos futuros de café passaram a direcionar o preço físico do produto. Desse modo, sob o imperativo das finanças, a lógica das *commodities* subordina os agentes locais desse setor, principalmente, pequenos produtores, aos desígnios da especulação financeira (FREDERICO, 2013, p. 112-114).

Diante disso, cabe destacar que o capital fictício e a especulação financeira não são novidades que surgem no contexto de uma agricultura capitalista mundializada. O que há de novo é o caráter dessa etapa do capitalismo em que predomina o domínio da lógica especulativa do capital fictício sobre as outras formas de capital em escala global (GOMES, 2015, p.14).

Desse modo, o entendimento dessa conjuntura contemporânea do café negociado nos mercados futuros enquanto ativo financeiro, sob a égide das finanças, nos permite afirmar que essa *commodity* está inscrita no contexto de uma agricultura capitalista mundializada e está subordinada à lógica especulativa da acumulação fictícia de capital.



As formulações em Harvey (2013, p.270-280) nos fornecem fundamentação teórico-metodológica para explicar essa lógica especulativa da acumulação fictícia de capital do ponto de vista espacial. Nesse contexto, o café produzido no Planalto da Conquista, negociado nas bolsas de mercados futuros sob a forma de ativo financeiro, torna possível a mobilidade geográfica da reprodução fictícia de capital, em escala global, como resultado do adiantamento de trabalho futuro, ou seja, uma espécie de concessão de crédito em relação à produção futura. Essa mobilidade geográfica de capital é possível, em parte, pelo advento das tecnologias das informações, como por exemplo, o computador e a internet que possibilitam operações financeiras de qualquer parte do planeta (desde que tenha acesso a essas tecnologias).

Ainda sobre isso, podemos afirmar que para Mitidiero Jr. (2016), a corrida pela produção de alimentos em forma de *commodities* resulta ou é intensificada da crise de superacumulação de capital e, portanto, essa produção agrícola como ativo financeiro emerge como uma tentativa de dar fluidez ao capital para retomar o ritmo de acumulação. O autor explica que esse mecanismo financeiro pautado na jogatina dos mercados futuros não resolve o problema da crise-acumulação do capital, uma vez que, ela é intensificada e expandida espacialmente pelo domínio da lógica especulativa do capital fictício e a diminuição do poder do capital produtivo (o que produz valor)<sup>37</sup>.

A padronização e organização do mercado de futuros de café são essenciais para garantir a realização dessas operações financeiras em escala global e, portanto, possibilitar a reprodução fictícia de capital nesse setor. Sobre isso, é importante assinalar, novamente, que o café arábica comercializado em Vitória da Conquista-BA tem seu preço regulado pela Bolsa de Valores de Nova Iorque e é cotado em centavos de dólar por libra peso (EXPORTADORA 5, conversa concedida em Janeiro de 2017).

Isso implica na constatação de que do ponto de vista do mercado físico do arábica no Brasil, é importante que o cafeicultor (e demais sujeitos desse complexo, como por exemplo, o corretor de café físico) entenda alguns movimentos financeiros que envolve o conhecimento sobre a taxa de câmbio (dólar/real) e o preço do café, pois, para negociar o produto no

---

<sup>37</sup> As questões que envolvem a produção capitalista do espaço e a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA serão discutidas de forma mais cuidadosa no próximo tópico.

mercado físico nacional, é preciso converter de centavo de dólar por libra peso para reais (CAFÉ POINT, 2015)<sup>38</sup>.

Outro ponto importante acerca da organização da *commodity* café nesses mercados é, pois, a data de vencimento dos contratos futuros. Desse modo, de acordo com a OPEREFUTUROS (2017) e algumas informações obtidas ao longo trabalho de campo por meio de conversas com os sujeitos desta pesquisa, podemos afirmar que os meses de vencimento dos contratos futuros do café arábica e as letras que os representam são, respectivamente: março (H), maio (K), julho (N), setembro (U) e dezembro (Z). Cada contrato de café é equivalente a 100 sacas de 60kg, a cotação é dada em centavos de dólar por libra peso, a data de vencimento do contrato é no sexto dia útil anterior ao último dia útil do mês anterior ao vencimento, e o horário de negociação no Brasil, de acordo com o horário oficial de Brasília, é das 9:00h às 17:00h (negociação normal) e das 17:30h às 18:00h (após o horário de pregão)<sup>39</sup>.

A sistemática padronização contratual do café arábica serve para estabelecer as regras desse mercado de futuros que opera como um jogo de apostas financeiras em que os especuladores se aventuram como *players* desse mercado financeiro (FREDERICO, 2013, p.110).

Diante disso, podemos reafirmar que a discussão apresentada neste tópico forneceu alguns elementos empíricos no intuito de conhecer um pouco sobre a forma de organização do mercado futuro de café e, com isso, entender os principais mecanismos de funcionamento dessa *commodity* sob a égide das finanças. Nesse caminho, tomamos essas considerações como ponto de partida para nossa discussão sobre a reprodução fictícia de capital no agronegócio de café em Vitória da Conquista-BA e sua relação com a produção capitalista do espaço.

---

<sup>38</sup> É importante destacar que não queremos assumir o compromisso de explicar as minúcias econômicas do mercado financeiro que envolve a discussão sobre a influência dessa taxa de câmbio no preço do café arábica. Apresentamos essa discussão, de modo genérico, apenas na intenção de oferecer elementos empíricos acerca da organização da *commodity* café nas bolsas de valores e mercados futuros e, assim, ratificar o controle e regulação do preço do café arábica –comercializado em Vitória da Conquista – pela Bolsa de valores de Nova Iorque.

<sup>39</sup> É necessário destacar que aqui apresentamos uma especificação geral da forma de organização do contrato futuro do café, pois não é nossa intenção esmiuçar acerca das diversas formas de contrato futuro para essa espécie de café, nos quais são classificados pelo tipo de bebida, qualidade dos grãos etc. Para mais informações sobre essas classificações do arábica nos contratos futuros acesse: <http://www.carvalhaes.com.br/default.asp> e [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/commodities/futuro-de-cafe-arabica-tipo-4-5.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/commodities/futuro-de-cafe-arabica-tipo-4-5.htm).

### **3.3. A reprodução fictícia de capital e a produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA**

#### **3.3.1. Alguns apontamentos de análise**

As operações financeiras dos contratos futuros de café na contemporaneidade, isto é, no contexto de uma agricultura capitalista mundializada, vão além da simples função de padronização e regulação do preço desse produto no mercado internacional, pois, são formas de reprodução fictícia de capital em que há a determinação da lógica especulativa desse capital no agronegócio do café.

Nessa direção, este tópico tem como objetivo principal discutir a reprodução fictícia de capital e a produção capitalista do espaço no agronegócio do café na área de estudo. Para iniciar essa discussão, é preciso assinalar alguns apontamentos de análise que dizem respeito ao caráter espacial do processo de acumulação do capital. Ancoramos-nos nas formulações de Harvey (2005) no sentido de fornecer pistas para entendimento da circulação do capital ao longo do seu processo de acumulação em dimensão espacial. Sobre isso, o autor explica que:

Durante muito tempo, ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. Em parte, isso é consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial. No entanto, o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas (Harvey, 2005, p.43).

As formulações desse autor explicam a teoria da acumulação capitalista em Marx num contexto geográfico, isso significa que a acumulação capitalista possui uma dimensão espacial, pois sua dinâmica acumulativa e expansionista se localiza e materializa geograficamente. O desdobramento dessa análise implica, basicamente, na interpretação das proposições em Marx (2008, p.244-247) sobre os processos da produção-distribuição-circulação-consumo (P-D-C-C) enquanto etapas da totalidade do processo capitalista de produção no mercado mundial.

Diante disso, as formulações em Harvey (2011), permite-nos assinalar que o ponto de partida para entendimento desse caráter espacial da acumulação do capital e, portanto, da

geografia da acumulação capitalista, é compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua lógica de comportamento. Dito de outro modo, a análise da circulação global do capital no espaço e no tempo, possibilita entender a geografia da acumulação capitalista que transita desde a circulação do capital no processo de (P-D-C-C) até nos fluxos de capital fictício que operam como demanda de trabalho futuro.

Com base nessas formulações, assinalamos que compreendemos a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista sob a perspectiva de uma geografia da acumulação capitalista. Isso significa afirmar que entendemos as formas de acumulação contemporânea do capital – domínio do capital fictício sob outras formas de capital – (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015), no agronegócio do café, do ponto de vista dessa lógica de acumulação fictícia que determina o comportamento do fluxo global de capital no espaço e no tempo.

A preocupação em desvelar o movimento do capital fictício no agronegócio do café na área pesquisada, sob o ponto de vista de uma geografia da acumulação capitalista, nos forneceu condições analíticas de entender a materialização da reprodução fictícia desse capital no espaço por meio da sua lógica especulativa dominante. Essas questões serão discutidas por meio de alguns elementos analíticos, como por exemplo, a intensificação da exigência do aumento da produtividade do café associada à mecanização das lavouras e superexploração do trabalho. Mas, antes de entrar nessa discussão, é preciso discutir as questões que envolvem a mercadoria e o dinheiro no processo de reprodução fictícia de capital.

### **3.3.2. A mercadoria e o dinheiro: o processo de reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA**

A produção de café em forma de *commodity* enquanto um dos pilares da agricultura capitalista mundializada nos coloca diante de um desafio de análise, pois sua comercialização no mercado físico e de futuros sugere, dentre outras coisas, o entendimento da mercadoria e dinheiro enquanto formas assumidas pelo capital. Desse modo, a proposta deste tópico é de discutir a relação entre mercadoria e o dinheiro no processo de reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, do ponto de vista da totalidade do capital.

Baseado nas formulações de Beluzzo (2013), assinalamos que para compreender o movimento do café enquanto ativo financeiro é preciso não perder de vista o processo geral da relação entre mercadoria e dinheiro no processo de produção do capital. Para isso, é preciso, em primeiro lugar, fazer uma breve discussão sobre as fundamentações de Marx (1996) no Livro I de “*O Capital*”, mais precisamente no capítulo I quando discute a respeito da mercadoria e do seu duplo caráter – valor de uso/troca –:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, o ferro, o trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho (...) Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca (...) O valor de troca aparece, de início, como uma relação quantitativa a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço (Marx, 1996, p.166)

Diante do excerto acima e demais formulações do autor, tivemos como ponto de partida, o esforço teórico metodológico de analisar o café arábica comercializado em Vitória da Conquista na Bahia, diante do mercado mundial dessa *commodity*, como uma mercadoria produzida sob as determinações da totalidade do modo capitalista de produção.

O que queremos esclarecer é que essa *commodity*, por nós analisada, negociada por meio de contratos futuros nas bolsas e mercados futuros é, antes de tudo, uma mercadoria produzida sob as determinações da totalidade do modo capitalista de produção e que, como tal, possui seu duplo caráter – uso e troca –. Enquanto uso, o café possui suas propriedades qualitativas, sua utilidade – que é seu consumo enquanto uma bebida – e na condição de valor de troca, possui caráter quantitativo de uma relação social abstrata, fetichizada. Nesse aspecto,

Marx, em *O Capital* (1983), (...) Ao elaborar sua crítica ao capitalismo, desvendou as distintas formas de contradição deste modo de produção, a começar pela forma mercadoria, sua expressão mais elementar, e seu duplo aspecto contraditório: valor de troca e valor de uso. No capítulo I de *O Capital*, Marx analisa a forma da mediação social e a descreve como baseada nas trocas das mercadorias. No momento da troca se igualam coisas distintas. O que permite compará-las é justamente o valor, uma abstração social que se realiza (*abstração real*) apagando as diferenças entre as coisas trocadas (seus valores de uso), incluindo neste apagamento a própria diferença entre coisas e homens (PITTA e MENDONÇA, 2010, p.12).

A unidade contraditória contida na mercadoria – valor de uso/valor –, expressa materialmente o caráter fetichista do mundo das mercadorias, pois a igualdade de trabalhos diferentes só pode se constituir na abstração social de sua própria desigualdade, reduzindo ao caráter comum que eles possuem como força de trabalho humano a trabalho humano abstrato. Nessa mediação social da troca, as relações humanas são reificadas e, portanto, assumem uma forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1996, p.198 e 199).

Além disso, a unidade contraditória presente na mercadoria no valor/valor de uso implica cada vez mais no domínio da lógica do primeiro sobre o segundo, o que significa que a sociedade capitalista está sempre e cada vez mais dominada pela lógica do valor. O movimento de dominação e desenvolvimento da forma valor implica num processo de gradual desmaterialização da riqueza e, nesse sentido, o valor passa a alcançar sua representação de forma cada vez mais abstrata (CARCANHOLO, 2015, p.80 e 81).

Feito essas considerações, é importante reforçar que essa discussão que envolve a mercadoria em Marx (1996), principalmente no que diz respeito à sua unidade contraditória é, pois, nosso ponto de partida para analisar o movimento da reprodução fictícia de capital no agronegócio do café conquistense. Isso porque, em primeiro lugar, as formas de acumulação fictícia de capital na contemporaneidade estão inscritas no processo de autonomização do capital que é possível ser interpretado no processo de circulação do capital na relação entre mercadoria e dinheiro (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015). O que nos permite explicar os desdobramentos da forma mercadoria de um capital como fim em si mesmo, ou seja, movido para acumulação de riqueza abstrata (BELLUZO, 2013, p.44).

Em segundo lugar, de acordo com as formulações em Grespan (2012), podemos assinalar que o capital fictício é o desdobramento do aprofundamento das contradições entre valor de uso/valor e, portanto, é resultado das contradições do próprio meio fetichista do capital enquanto um sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 1995). Nesse sentido, esse esforço teórico-metodológico de situar a compreensão da unidade contraditória da mercadoria como ponto de partida para desvendar a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista, nos serve, também, para assinalar que essa acumulação fictícia é uma relação social concreta, pois, possui sua base material na mediação social da mercadoria.

Outro elemento analítico que merece discussão para melhor entender a contemporaneidade da acumulação fictícia de capital no agronegócio é, seguramente, o

movimento de autonomização do dinheiro. Nesse sentido, analisar o fenômeno da manifestação do dinheiro é essencial para compreender a sociedade moderna (KURZ 2014, p.30), levando em consideração que o capital fictício é o desdobramento da forma funcional autonomizada do capital-dinheiro (CARCANHOLO; SABADINI, 2015).

Marx (1996) em *O capital* livro I, no capítulo III intitulado “*O dinheiro ou a circulação das mercadorias*” analisa o processo de autonomização do dinheiro por meio de suas funções como medida de valor ou equivalente geral, meio de circulação e dinheiro como meio de pagamento. Sobre isso, Paulani (2011) explica que:

(...) com o dinheiro, posto como equivalente geral, o valor se autonomiza do uso, mas internaliza no dinheiro a tensão que constitui a mercadoria entre a generalidade abstrata do valor que ela porta e a concretude do valor de uso que sustenta esse valor (e que também determina a mercadoria); com o meio de circulação, o dinheiro se autonomiza do concreto que a medida do valor requer, mas internaliza no meio de circulação a tensão entre o abstrato e o concreto constitutiva da medida do valor (que aparece como a exigência de que a medida do valor se apresente como padrão de preços); com o meio de pagamento, o meio de circulação se autonomiza da própria circulação, mas internaliza no meio de pagamento a contradição constitutiva do meio de circulação entre sua natureza abstrata e imaterial (que aponta logicamente para o dinheiro inconversível) e a materialidade da circulação a quem serve (PAULANI, 2011, p.16).

De acordo com as formulações acima, a análise dessas três funções do dinheiro em seu processo de autonomização se realiza pela reprodução conjunta dessas funções e, portanto, não podem ser entendidas, de acordo com essa perspectiva, de forma dissociada e tão pouco como um processo de evolução histórica dessas funções, pois, as funções não sobrepõem umas as outras, de modo que uma função substitua a outra, elas continuam operando enquanto unidades de um processo (BELLUZO, 2013, p.55-56).

Nesse aspecto, Belluzo (2013, p.52-56) também explica que, o dinheiro com a função de medida de valor opera como equivalente geral das mercadorias, como meio de circulação, o dinheiro apenas realiza o preço, possibilitando a troca entre as mercadorias e, finalmente, como meio de pagamento, o dinheiro assume a função da realização de uma compra em troca de uma promessa de pagamento futuro, o que originou as relações de débito-crédito.

A forma dinheiro assume o comando da sociedade moderna de modo que as relações sociais ficam sob as determinações do fetichismo e, portanto, de uma riqueza meramente

abstrata sob a forma dinheiro, num contexto social de sujeitos autonomizados e objetivados (KURZ, 2012, p.32). Nesse contexto, “(...) apenas o dinheiro é mercadoria, clama-se agora por todo mercado mundial. E como servo que grita por água fresca, assim grita a sua alma por dinheiro, a única riqueza” (MARX, 1996, p.257).

O processo de autonomização do dinheiro também é um elemento analítico de fundamental importância para nossa investigação, pois, nos auxilia na compreensão da totalidade da reprodução fictícia do capital no agronegócio do café na contemporaneidade.

Dito de forma mais clara, é possível analisarmos a *commodity* café levando em consideração a totalidade do modo capitalista de produção e o movimento de autonomização do dinheiro, do seguinte modo: o café arábica comercializado em Vitória da Conquista é uma *commodity* e, portanto, é negociado no mercado físico e no futuro (por meio de contratos futuros). Para que seja realizada sua venda no mercado físico local – mesmo tendo seu preço regulado pela Bolsa de Nova Iorque – o dinheiro precisa, necessariamente, assumir sua função de medida de valor e meio de circulação, para expressar o valor dessa mercadoria pelo preço e possibilitar a troca. Nesse caso, as funções do dinheiro se materializam, por exemplo, na relação de compra e venda do café em supermercados, bares e/ou cafeterias da cidade.

Como meio de pagamento, o dinheiro realiza a função de crédito-débito e, nesse sentido, as operações financeiras dos contratos futuros do café arábica expressam a compra do direito à apropriação de uma colheita futura. É aqui que se exacerba o caráter fictício desse movimento – o dinheiro realiza algo que não foi produzido, tanto do ponto de vista da mercadoria como da extração da mais-valia real – e o mais curioso: essa mercadoria pode nem ser produzida e/ou os contratos futuros sobre ela podem ser bem maiores do que se pode produzir fisicamente, resultando numa bolha especulativa.

É importante reafirmar que, nesse movimento, as três funções do dinheiro em seu processo de autonomização se realizam pela reprodução conjunta, operando enquanto unidades de um processo (BELLUZO, 2013). No café foi possível verificar essa reprodução conjunta, pois, sua particularidade enquanto *commodity* integra essas funções do dinheiro em uma única mercadoria.

Diante dessas considerações, ratificamos que compreender a reprodução fictícia do capital no agronegócio do café em Vitória da Conquista, implica, fundamentalmente, em analisar esse fenômeno, pelo ponto de vista da totalidade do capital, pois, não se pode perder do horizonte de análise que o capital é o conteúdo dessa relação social e a mercadoria e o



dinheiro são formas assumidas pelo capital (GRESPLAN, 2012). Isso significa afirmar que, nessa perspectiva, não é possível analisarmos, por exemplo, o café em sua forma de ativo financeiro, dissociado do seu conteúdo, o capital.

### **3.3.3. A produção capitalista do espaço sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA**

O presente subtítulo tem como propósito discutir a produção capitalista do espaço sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Alguns elementos são essenciais para desdobramento dessa discussão, como por exemplo, o domínio dessa lógica especulativa que dita o ritmo da produção capitalista do espaço a tempos futuros, impondo à intensificação da superexploração do trabalho e da produtividade no café para atender as demandas do capital fictício em se apropriar da mais-valia real produzida pelo capital produtivo e, assim, aprofunda ainda mais as contradições entre valor/valor de uso e a própria crise-acumulação do capital.

Como ponto de partida dessa discussão, é importante o entendimento sobre a circulação do capital no processo de valorização do valor, para, assim, desvelar a geografia da lógica especulativa do capital fictício no agronegócio do café, no contexto de uma agricultura capitalista mundializada. Nessa direção, compreendemos a acumulação fictícia de capital enquanto um movimento de autonomização do valor, tendo em vista que o capital fictício nasce como consequência da existência e desenvolvimento do capital a juros (CARCANHOLO, SABADINI, 2015)<sup>40</sup>.

Discutimos no primeiro capítulo desta dissertação, o processo de financeirização do agronegócio do café em Vitória da Conquista entre as décadas de 1960 até 1990, no contexto de expansão das lavouras de café pelo país como projeto nacional agroexportador dessa *commodity*. Nesse período, o Estado concedeu vultosos empréstimos (a juros negativos), à elite agrária-urbana, para promover a expansão espacial da cafeicultura no Planalto da Conquista-BA, incentivando a compra de terras e inovações tecnológicas, como por exemplo, máquinas, adubos químicos e agrotóxicos. Como vimos, esse projeto atendeu aos interesses

---

<sup>40</sup> É importante registrar que não é objetivo deste trabalho analisar o papel e as implicações do capital a juros no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA na contemporaneidade. Nesse sentido, reafirmamos que nosso objetivo é analisar a reprodução fictícia de capital nesse setor e, portanto, a discussão sobre o capital a juros apresenta-se, neste capítulo, como pano de fundo para entender o processo do movimento de autonomização do capital, que é importante para nossa análise.

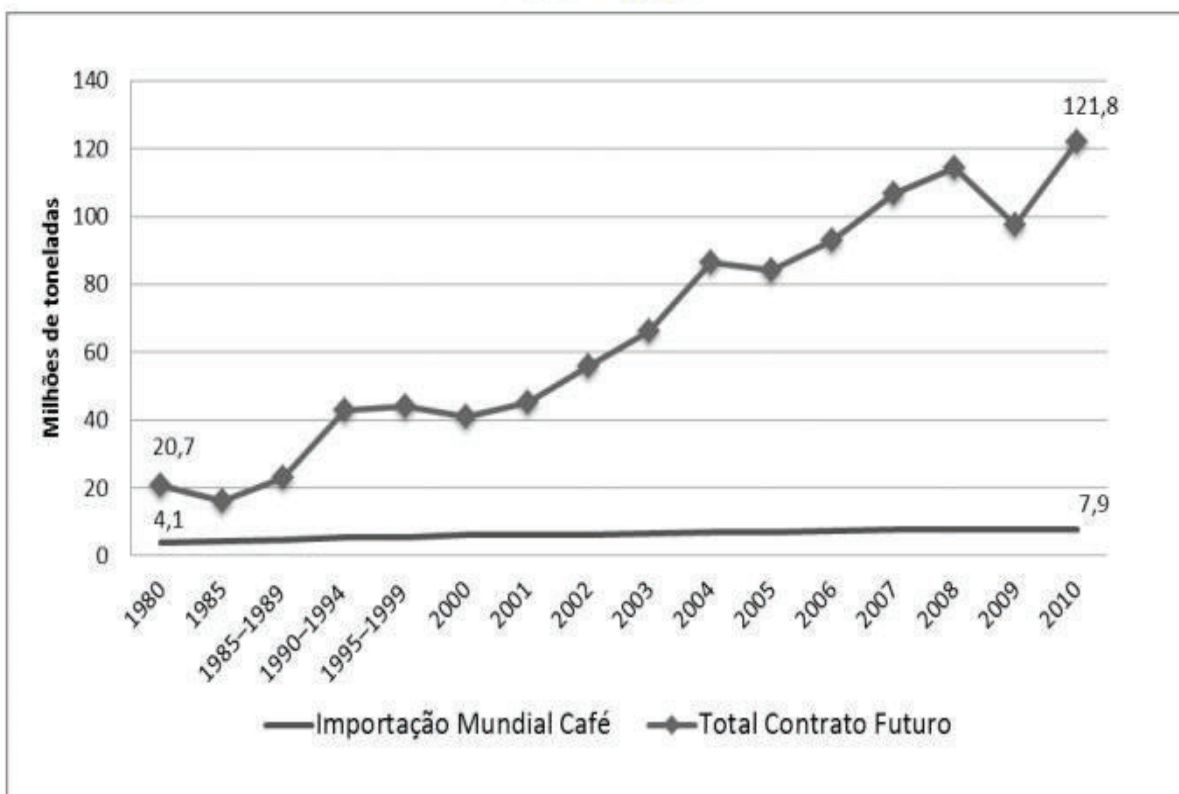
da formação de uma agricultura capitalista mundializada nesse setor. Assim, o capital a juros no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, operou na valorização do valor por meio da financeirização, isto é, financiou a produção e se valorizou nos juros, cumprindo função importante à produção e circulação do capital industrial (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p.52-54).

Segundo as formulações em Carcanholo; Nakatani (2015), podemos assinalar que o capital a juros e fictício não devem ser entendidos como um movimento de sucessão, no sentido de que o primeiro deixa de existir em função do surgimento do segundo, mas sim, como uma unidade de um processo de autonomização do capital que, inclusive, subordina o capital a juros – e demais outras formas de capital – as determinações da lógica especulativa do capital fictício.

A compreensão sobre o capital fictício no agronegócio do café em Vitória em da Conquista-BA, nessa perspectiva, implica em entender sua diferença em relação ao capital a juros, pois, ele não cumpre função de financiar a produção e circulação do capital industrial. Ele é uma forma autonomizada do capital a juros e possui uma forma específica de reprodução, pois autovaloriza-se pela venda de um direito de apropriação futura de determinado valor que nem sequer ainda existe (e que pode nunca existir), e por isso, se reproduz de forma cada vez mais autônoma e fictícia (CARCANHOLO, SABADINI 2015).

Os contratos futuros do café arábica negociados na Bolsa de Valores de Nova Iorque com vencimentos pré-estabelecidos para os meses de março (H), maio (K), julho (N), setembro (U) e dezembro (Z), significam, nesse contexto, um direito de apropriação futura de valor que ainda não existe e pode não existir, pois, é uma operação financeira de especulação baseada numa aposta sobre a produção futura de café. Segundo as formulações de Gomes (2015), podemos assinalar que essa operação financeira implica num círculo vicioso de especulação ancorado na acumulação fictícia de capital, e ganhou tais dimensões que tem distanciado cada vez mais os preços dos papéis (títulos, ações etc.) da produção da riqueza material. O gráfico a seguir auxilia-nos nessa discussão:

**Gráfico 2. Importação mundial de café e negociação de contratos futuros, 1980 - 2010.**



**Gráfico 03:** Importação mundial de café e negociação de contratos futuros.

Fonte: Samuel (2013, p.111).

De acordo informações contidas nesse gráfico e formulações de Samuel (2013, p.113-115) podemos realizar uma comparação entre o mercado físico e futuro do café. Nesse contexto, em 1980 as importações mundial de café totalizam cerca de 4,1 milhões de toneladas de café produzidas, enquanto a quantidade de toneladas de café negociadas no mercado futuro atingiu a soma de 20,1 milhões, sendo, portanto, 5 vezes maior do que a quantidade de café negociado no mercado físico.

Segundo esse autor, essa diferença entre o mercado físico e futuro de café está aumentando de modo alarmante, já que em 2010, foram importadas 7,9 milhões de toneladas de café verde para um montante superior a 120 milhões de toneladas negociadas no mercado futuro, isso significa que a diferença entre o mercado futuro e físico chegou a mais de 15 vezes. De acordo com as formulações em Dutra (2010), podemos assinalar que essa diferença significativa entre o mercado físico e futuro de café, é um dado alarmante, pois evidencia um

gigantismo das finanças com relação à riqueza material produzida, o que por sua vez, alimenta uma economia e uma geografia da bolha especulativa.

As formulações de Grespan (2012, p.110-114) auxiliam na análise desse fenômeno, por meio do entendimento da própria unidade contraditória do capital entre valor de uso/troca, de modo que essa oposição presente na unidade fundamenta o próprio movimento do capital como o extremo do trabalho abstrato. Para ele, o capital atinge seus limites por meio da sua própria lógica desmedida de acumulação de fim em si mesmo, ou seja, a dupla dimensão contraditória qualitativa infinita do capital fictício x quantitativa finita do capital produtivo – mais-valia real, já que é o único que produz valor. Assim,

As relações entre economia real e economia monetário-financeira não são de exterioridade, mas nascem dos desdobramentos das formas assumidas pelo capital em seu processo de expansão permanente (...) O circuito D-D' nasce das tendências centrais do regime do capital: um processo necessário e inexorável, porque a acumulação é a acumulação de riqueza abstrata e, ao mesmo tempo, um movimento de *abstração real* que transfigura o dinheiro, a encarnação substantiva do valor e da riqueza, nas formas “desenvolvidas” do dinheiro de crédito, do capital a juros e do capital fictício (BELLUZO, 2012, p.109).

De acordo com a citação acima e formulações desse autor, é importante reafirmar que o distanciamento entre economia real e financeira não correspondem a uma relação de exterioridade, pois tem sua gênese nos desdobramentos das formas assumidas pelo capital enquanto modo de acumulação de riqueza abstrata.

As formulações em Kurz (1995, p.1-5) possibilitam afirmar que o distanciamento entre economia real e fictícia no agronegócio do café, coloca em evidência o aprofundamento da contradição entre trabalho e dinheiro, de modo que, no processo de autonomização em que o meio fetichista se tornou fim-em-si-mesmo, produziu-se a ilusão de que o dinheiro por si só, seria capaz de produzi valor. Por isso, os contratos futuros, meros papéis, promessas, superam, em muito, a produção física ano a ano.

O desdobramento desse atrito no capitalismo contemporâneo é a dependência crescente do capital real ao capital fictício, entendida pelo desenvolvimento da economia do fetiche do capital em que o dinheiro é cada vez mais sem valor, ou seja, dessubstancializado, num processo de desvalorização do capital (KURZ, 2014, p.380-390).

É o movimento de circulação do capital fictício, na busca pela valorização do valor que aprofunda a contradição entre riqueza material x fictícia no agronegócio do café, pois, o capital fictício não produz mais-valia real, mas o exige em quantidades cada vez maiores do capital produtivo, conduzindo a contradição entre valor/valor de uso ao extremo de um capital em crise (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015, p.55-56). E, portanto, “o domínio da lógica especulativa sobre a produtiva ocorre como consequência de um crescimento desmedido do capital fictício” (CARCANHOLO, 2015, p.64).

Para Harvey (2005) a geografia da acumulação capitalista contemporânea é composta por uma reprodução acelerada de capital fictício, de tal modo que, o volume das dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais subordinado ao domínio do capital financeiro, em sua necessidade orgânica de apropriar-se do valor produzido pelo capital produtivo.

Essas formulações são basilares para entender a produção capitalista do espaço como mecanismo para reprodução fictícia de capital no agronegócio do café, isto é, o processo da produção à comercialização do café em Vitória da Conquista fica sob os desígnios da lógica especulativa do capital fictício que dita à produção capitalista do espaço ao ritmo do futuro.

Dito de outro modo, isso possibilita entender uma especulação da produção capitalista do espaço, já que firma-se um contrato da promessa de apropriação futura da produção de café do Planalto da Conquista, na medida em que quantidades cada vez maiores de capital fictício são negociadas nas bolsas de mercados futuros – como uma espécie de adiantamento da valorização de valor – e, portanto, exigem o aumento do valor produzido pelo capital produtivo, para que cada vez mais trabalho vivo seja entregue para quitar a dívida com o capital fictício (HARVEY 2013).

Parece-nos a criação de uma situação de pressão e terror. Tenciona-se os produtores a continuarem produzindo, mas não como produtor de um dos meios de subsistência da humanidade, mas sim, para cumprir o ciclo de jogatina ficcional de um cassino representado pelas bolsas de valores. Mesmo que mecanismos de securitização e arrolamento de dívidas nesses mercados futuros assegure, por tempo determinado, a jogatina, o terror pela sua realização na produção física e, sobretudo, na realização do valor financeiro, paira no ar segundo a segundo nesses mercados. Assim sendo, o dia a dia do produtor, do corretor de café, dos moedores e torrefadores e das exportadoras que pesquisamos, padece desse

ambiente, escravizados por formas cada vez mais autônomas de determinação do valor da mercadoria que fundamenta seu trabalho.

A análise desse fenômeno, em seu caráter espacial, nos coloca diante do desafio de aprofundar o entendimento sobre o processo de domínio do capital fictício sobre o capital produtivo no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA. Para isso, é essencial introduzirmos, de forma breve, a discussão que envolve a concorrência capitalista e a lei da tendência da queda da taxa de lucro. Desse modo, podemos afirmar que:

Para o capital global, aplica-se que o desenvolvimento permanente das forças produtivas determinado pela pressão da concorrência aumenta imparavelmente a quota-parte do capital material morto, devido à cientifização da produção, e assim também a sua quota-parte nos custos prévios globais. Não se trata de modo algum, por isso, de uma mera possibilidade ou, mais uma vez, de um “caso” meramente concebível no seio de um processo contingente, mas de uma necessidade absoluta no âmbito de um processo histórico que vai avançando com coerência lógica; assim sendo, trata-se precisamente de uma “lei” na dinâmica objectivada do fetiche do capital (KURZ, 2014, p.278).

De acordo com o excerto acima e formulações em Kurz (2014) o ponto de partida para iniciar a discussão sobre a lei da tendência da queda da taxa lucro é a relação entre capital constante e variável – do ponto de vista global do capital – que Marx designou de composição orgânica do capital. Nessa direção, ele explica que o desenvolvimento permanente das forças produtivas e, por conseguinte, a cientifização da produção, impulsionado pela concorrência capitalista, constitui-se no processo em que a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, o que significa dizer que uma parte cada vez menor de capital global despendido se converte em trabalho vivo, compondo uma tendência geral da queda da taxa de lucro.

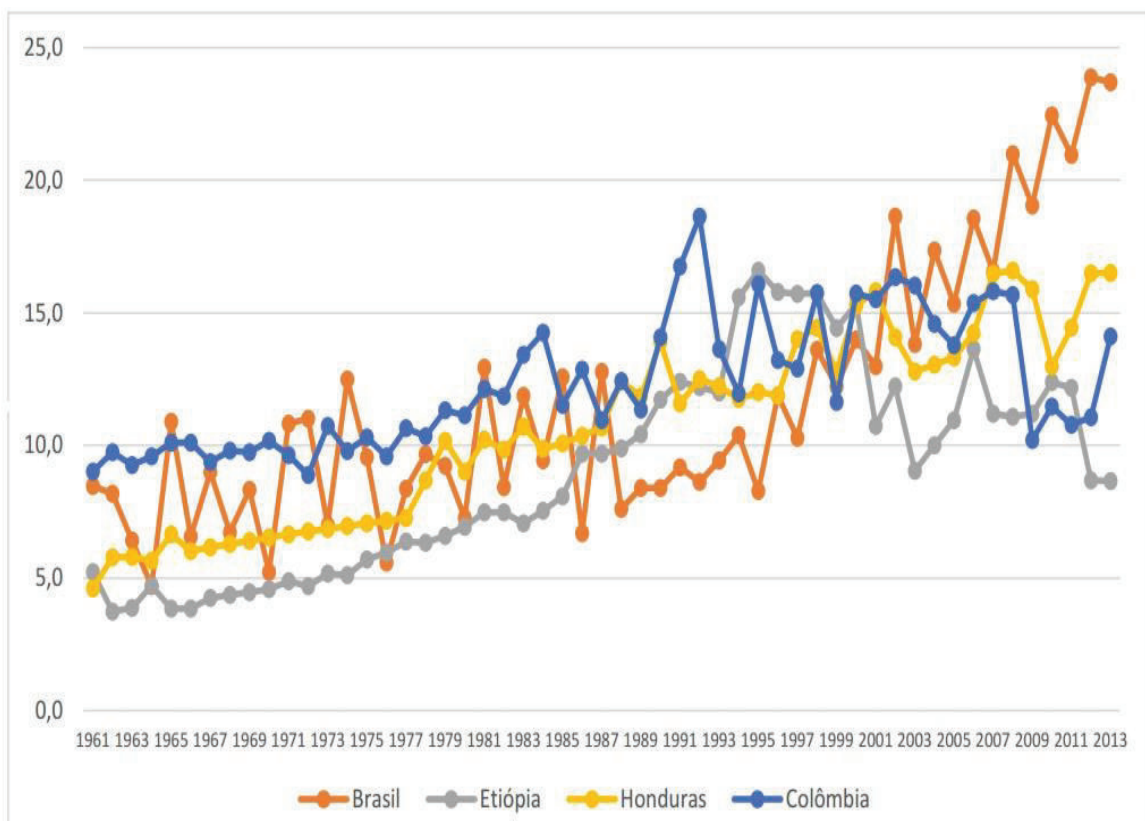
Para Gespan (2012, p.190-192) quanto mais o capital investe em máquinas e tecnologias para aumentar sua produtividade, contraditoriamente, desvaloriza capital com a nova riqueza produzida. Esse processo é a negação do trabalho vivo pelo morto, pela necessidade inerente ao capital de elevar continuamente sua produtividade em razão das leis da tendência da queda da taxa de lucro e da concorrência capitalista.

A relação entre a tendência da taxa de lucro e a concorrência capitalista com a forma de acumulação fictícia contemporânea, compõe nosso fio condutor para interpretar a produção

capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, sob as determinações da lógica especulativa do capital fictício e, sendo assim,

Tal forma fictícia do capital passou a funcionar como adiantamento da realização da valorização que nunca chegará a ocorrer, o que caracteriza um momento particular da reprodução social. O capital fictício, por isso, passou a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade, sendo esta inversão a características particular desse momento, e o próprio aprofundamento tautológico da crise. Assim, o capital fictício funciona como uma dominação social objetiva e fantasmagórica sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias (PITTA e MENDONÇA, 2010, p.14).

De acordo com as formulações do excerto acima, podemos assinalar que a reprodução fictícia de capital no agronegócio do café – operando como um adiantamento da valorização de valor – passou a determinar a necessidade da produção dessa *commodity*, bem como, o aumento da produtividade, assumindo a função de dominação social objetiva e fetichizada nesse setor. A figura, a seguir, nos ajudará na apresentação e discussão de alguns elementos empíricos desse fenômeno:



**Figura 04:** Série histórica da produtividade média dos quatro maiores produtores de café arábica em 2015.

**Fonte:** (BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPEETITIVA DE CAFÉ, 2016, p.6).

O estudo acima analisou a produtividade média<sup>41</sup> dos quatro maiores produtores de café arábica do mundo em 2015: Brasil, Etiópia, Honduras e Colômbia, no período de 1961 a 2013. Ao longo desse período, a produtividade colombiana avançou 56,5%, a Etiópia avançou 65,5 % e Honduras apresentou a maior produtividade em relação aos demais, com o aumento de 258% em sua produtividade. Esse aumento explica-se pela baixa produtividade que o país possuía na década de 1960 e que foi modificado pelos altos investimentos do país no setor (BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPEETITIVA DE CAFÉ, 2016, p.6).

No mesmo período, foi constatado um aumento da produtividade do café arábica brasileiro de 179,6%, sendo que entre 1961 e 1980 obteve apenas 4 safras acima de 10 sacas/há. Os avanços significativos começaram na década de 1990, atingindo a produtividade sempre acima de 10 sacas/há e entre 2010 e 2013 a média permaneceu acima das 20 sacas/há (BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPEETITIVA DE CAFÉ, 2016, p.6).

Santana (2016, p.122-125) explica que a produtividade do café arábica no Planalto da Conquista (seguindo a tendência desse setor em escala nacional) só apresentou aumentos significativos a partir da década 1990, quando o capital ampliou os níveis de cientificação e tecnificação da produção. A autora verificou que, a partir desse ano, os grandes cafeicultores começaram aumentar o investimento em mais máquinas, como por exemplo, as colheitadeiras e tratores.

Um dado interessante que permite constatar essa afirmação é aumento significativo do número de tratores e colheitadeiras nas lavouras de café do Planalto da Conquista. Em 1975, o Planalto contava com 272 tratores e 14 colheitadeiras, subindo, respectivamente, em 2006 para 1.271 e 253. Esse processo de mecanização foi articulado com a produção e a reconfiguração da estrutura física dos cafezais para operacionalização dessas inovações tecnológicas (SANTANA, 2016, p.145).

De acordo os dados apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016), apesar desses investimentos em inovações tecnológicas, a produtividade do café no Planalto da Conquista ainda é baixa em relação a outras áreas produtoras do país. Com a modesta média de, aproximadamente, 11 sacas/ha, a produtividade do café no Planalto baiano está bem distante da realidade nacional de 26 sacas/ha e, mais distante ainda, dos

---

<sup>41</sup> A metodologia para o cálculo sobre a produtividade média do café arábica é feita pela quantidade de sacas de 60kg/ha. Para maiores informações acesse: [http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes\\_tecnicas/Relatorio\\_v5\\_n\\_06](http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Relatorio_v5_n_06)



índices do Cerrado baiano – que possui uma das maiores médias nacionais de produtividade do arábica – que já atingiu a média de 38 sacas/ha. Um dos motivos que dificultam a mecanização das lavouras no Planalto Conquistense é a falta de acesso dessas inovações pelos camponeses – que representam maior parte dos produtores de café da área – (IBGE, 2016, p.49).

Esses dados evidenciam importantes elementos empíricos de análise para compreender a produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício, que em sua dinâmica de valorização do valor, impõe a necessidade do aumento insaciável da produção e da produtividade nesse setor.

As formulações de Beluzzo (2013, p.67-73) nos ajuda analisar esse fenômeno, no sentido de que, quanto mais é exigido o aumento da produção e produtividade do café pelas determinações do capital fictício, os produtores são condicionados de forma mais intensa à natureza da acumulação capitalista, em que a lei da valorização do valor é, ao mesmo tempo, a lei da desvalorização do valor. Nesse contexto, o aumento da composição orgânica do capital implica na desvalorização das mercadorias produzidas sob os métodos de produção anteriores, na medida em que a busca pela valorização do capital é, ao mesmo tempo, a desvalorização da riqueza existente, como resultado da tendência decrescente da taxa de lucro.

Dito de outro modo, podemos assinalar que as implicações desse fenômeno na cafeicultura do Planalto da Conquista são percebidas pelas determinações da lógica especulativa do capital fictício que ao impor o aumento da produção de café ao ritmo acelerado e futuro – na expectativa de se apropriar da produção futura –, acirra a concorrência capitalista e intensifica a tendência decrescente da taxa de lucro. Isso significa que esses cafeicultores são condicionados a produzirem mais café em menos tempo para, assim, poderem competir com os preços mundiais determinados nos mercados futuros, ao mesmo tempo em que, segundo Carcanholo (2015), atendem às determinações do capital fictício especialista na apropriação de valor produzido pelo capital produtivo.

O problema é que quanto mais se aprofunda a bolha especulativa no agronegócio do café entre o mercado futuro e físico, ou seja, a desmedida do capital entre a diferença qualitativamente infinita do capital fictício x a quantitativa finita do capital produtivo, intensifica-se a determinação da lógica especulativa do capital fictício sobre o capital

produtivo, que exige o aumento da produção da mais-valia real, tornando ainda mais aguda a contradição entre valor/valor de uso e a própria crise do capital (GRESPLAN, 2013).

Como o Planalto baiano possui uma das menores taxas de produtividade de café arábica do país, os cafeicultores, principalmente camponeses, ficam ainda mais vulneráveis às determinações da lógica especulativa do capital fictício e, também, da concorrência capitalista, pois, eles não têm acesso às inovações tecnológicas como os grandes produtores e, portanto, arcam com o ônus de altos custos de produção e com baixos índices de produtividade.

Mesmo com esse contexto de baixa ou média produtividade, a área de estudo, pelo menos uma parte dela, é foco da modernização da produção. Já que, do ponto de vista dos grandes fazendeiros do Planalto da Conquista, os estudos desenvolvidos por Santana (2016), sobre a crise do trabalho na cafeicultura do Planalto da Conquista por meio da reestruturação produtiva nas lavouras de café, nos ajudaram a verificar a demissão de várias trabalhadoras e trabalhadores substituídos pelas máquinas nas fazendas de café. Nesse sentido, Santana (2016, p.145-150), explica que a aquisição de uma máquina colheitadeira nas fazendas substitui até 200 trabalhadores que, rejeitados como supérfluos, são condicionados ao desemprego estrutural<sup>42</sup>.

De acordo com as formulações de Pitta e Mendonça (2014, p.8), é possível afirmar que a mecanização da produção de *commodities* expulsa trabalho do processo produtivo, acirrando a concorrência entre esses trabalhadores que são condicionados às condições ainda mais degradantes de trabalho. No café, essas manifestações de formas degradantes de trabalho podem ser verificadas pela superexploração do trabalhador por meio da chamada empreitada (trabalho por produção). Nessa situação, o trabalhador recebe por lata de café catado<sup>43</sup> e o cafeicultor lucra à custa da exaustão e degradação dos trabalhadores que passam a trabalhar intensamente para aumentar seu salário (SANTANA, 2016, p.167). Com isso, a lógica especulativa do capital fictício no agronegócio do café condiciona ao extremo o aumento da composição orgânica do capital e, nesse sentido, “o capital é trabalho morto, que como um vampiro, vive apenas da sucção do trabalho vivo” (MARX, 2013, p.392).

---

<sup>42</sup> Nessa pesquisa, a autora descobriu até mesmo situações de trabalho escravo contemporâneo, no ano de 2010 na Fazenda Estância Cafezal, zona rural do município de Barra do Choça, onde foram encontrados 29 trabalhadores nessa propriedade submetidos à formas de trabalho degradantes, sendo que, dentre esses trabalhadores, havia 4 menores com idade entre 14 e 16 anos.

<sup>43</sup> Na Fazenda Estância Cafezal, para cada lata de café era pago aos trabalhadores o valor de R\$ 3,50. Como a média de latas catadas por dia era de 6, esses trabalhadores tinham um ganho diário de R\$ 21 reais e mensal de R\$ 630, incluindo os finais de semana como dia de trabalho (SANTANA, 2016, p.175-179).

De acordo com as formulações em Harvey (2011) é possível explicar esse fenômeno por meio de uma geografia da acumulação capitalista no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA na relação entre espaço-tempo. Essa relação implica na especulação da apropriação futura do espaço pelo capital, tendo em vista que, o capital fictício adianta a valorização do capital por meio das *commodities* e exige o adiantamento da produção capitalista do espaço, impondo um ritmo de produção de mercadorias no tempo futuro como tentativa de atender suas demandas de valorização e “*quanto maior o capital adiantado a ser valorizado (como capital financeiro e fictício), maior a necessidade de produção do espaço*” (PITTA, 2015, p.81). Isso chegou a tal ponto que “*o capitalismo começou a gastar seu próprio futuro*” (KURZ, 2014, p. 298).

Assim, podemos afirmar que de acordo com as formulações de Harvey (2013), a produção capitalista do espaço no agronegócio do café no recorte pesquisado fica sob as determinações da lógica especulativa do capital fictício que generaliza-se por todo o processo de produção-distribuição-circulação-consumo. Nesse aspecto, Frederico (2013, p. 113-114) explica que a especulação não se limita ao campo das finanças, mas domina todo o processo de produção-comercialização, como por exemplo, informações sobre safras, consumo, crescimento econômico, decisões políticas e condições climáticas. Nesse jogo especulativo, as grandes exportadoras são privilegiadas, enquanto os pequenos produtores de café são os mais prejudicados, pois têm acesso limitado às informações e são mais vulneráveis às oscilações do preço do café e, assim, na maioria das vezes, vendem seu café para atravessadores no mercado físico abaixo do preço do estipulado pelas bolsas de valores e mercados futuros.

A compreensão geográfica da produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA, sob as determinações da lógica especulativa do capital fictício, coloca-nos diante do desafio de analisá-lo pelo movimento da interação de diversas escalas. Nosso ponto de partida para essa análise é a noção de escala geográfica de Smith (2002), sobre isso o autor explica que essa escala é diferente da cartográfica, pois, ela é concebida enquanto uma construção social, produto do desenvolvimento desigual espacial e dos diversos conflitos sociais e políticos entre os diferentes agentes nos diferentes níveis de atuação de escala.

No agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA é possível verificar os diferentes agentes nos diferentes níveis de conexão de escala. Nesses termos, para Smith (2002, p.141-143) a escala é concebida como uma materialização de um processo de

cooperação e competição capitalista e estão conectadas desde a escala global até a escala do corpo.

De acordo com essas formulações em Smith (2002), podemos ilustrar que essa conexão se estabelece no agronegócio do café entre o capital fictício (bolsas de mercados futuros) e mercado mundial (exportadoras e torrefadoras) na escala global. Articula-se em escala nacional com o processo de centralização dos principais armazéns e portos de exportação de café na cidade de Santos –SP. Na escala do Planalto da Conquista, partes dependentes dos atravessadores e corretores correm em busca do menor preço para comprar junto ao produtor (tendo como horizonte as cotações) e ao maior preço pago pelas exportadoras e torrefadoras, estes determinados, também, pelos preços das cotações na Bolsa. Atingindo em escala local os produtores de café do Planalto da Conquista que pressionados pelos preços do produto na Bolsa de Nova Iorque, concorrência capitalista e pelos compradores, são condicionados a aumentar cada vez mais a produção e a produtividade do café (que em sua maioria será destinado para exportação), repercutindo na escala do corpo, isto é, na superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras do café no Planalto da Conquista, submetidos às formas cada vez mais degradantes de trabalho.

As formulações de Frederico (2014) sobre o circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas, também nos fornece base de análise para entender as conexões entre os níveis de atuação dos diferentes agentes em diferentes escalas. De acordo com as formulações desse autor, podemos explicar que o circuito espacial produtivo do café que envolve os fluxos materiais (produção-distribuição-circulação-consumo), associados aos círculos de cooperação que são os fluxos imateriais (circulação de informações, ordens, capital), tornam-se cada vez mais globais, articulando dialeticamente os fenômenos do lugar e do mundo.

Nesses termos, verifica-se no agronegócio do café em Conquista uma complexa distribuição espacial das atividades econômicas, como por exemplo, a fazenda onde é cultivado o café, as cooperativas onde acontecem os processos de beneficiamento e rebeneficiamento desse produto, os escritórios dos corretores de café físico responsáveis pela intermediação comercial entre os produtores e exportadoras, as torrefadoras locais responsáveis pela industrialização e abastecimento do consumo interno do produto, até os portos de exportação em Santos-SP, onde o café é destinado para diversos países do planeta.

A análise geográfica desse fenômeno nos permite perceber uma complexa dispersão espacial das atividades econômicas que se estendem da produção ao consumo e que, por outro

lado, estão cada vez mais articuladas aos processos de centralização econômica e determinações do mercado em escala mundial. Um exame mais minucioso desses circuitos espaciais produtivos do café em Conquista associado aos círculos de cooperação exige a análise sob a perspectiva da transescalaridade, ou seja, entender que o movimento de investimentos financeiros no mercado futuros de café – que acontece em escala global – subordina os agentes nacionais, locais e até mesmo trabalhadores, camponeses, corretores de café físico dessa cidade às determinações da acumulação fictícia (FREDERICO, 2014, p.2-5).

O jogo de escalas presente no agronegócio do café em Vitória da Conquista é, nesse sentido, marcado pela subordinação da produção capitalista do espaço ao domínio da lógica especulativa do capital fictício. Nesse sentido, as formulações de Frederico (2014) nos permitem entender, também, o movimento transescalar entre as diferentes escalas de ação ou realização. Nesse aspecto, de acordo com suas formulações, podemos assinalar que a escala de ação do camponês produtor de café no Planalto da Conquista é local, pois mesmo sendo subordinado às determinações da especulação fictícia em escala global, a sua escala de realização, isto é, a extensão do seu evento de atuação na escala geográfica dentro do circuito espacial produtivo encerra-se na venda de sua mercadoria para o corretor de café físico (este, sempre conectado as cotações, busca transformar o preço pago ao produtor, num reflexo rebaixado do preço de cotação). Por outro lado, as exportadoras de café instaladas na cidade de Vitória da Conquista, apesar de estarem situadas fisicamente em escala local, possuem a escala de realização em nível global, pois exercem a atividade de exportação dessa mercadoria para diversos países do mundo.

A adoção de políticas neoliberais, no contexto de uma agricultura capitalista mundializada, favoreceu no jogo de escalas do circuito espacial produtivo do agronegócio do café, o enfraquecimento da escala de ação de diversos agentes e sujeitos do setor, como por exemplo, o Estado – que deixa de ser o responsável pela regulação do estoque e preço do café, passando o controle dessas atribuições para as grandes empresas internacionais do setor –, e, nesse contexto, os cafeicultores, sobretudo, camponeses, ficam subordinados às determinações da acumulação fictícia de capital (FREDERICO, 2014).

É importante destacar, também, as determinações da lógica especulativa do capital fictício do ponto de vista da escala do território<sup>44</sup>, no sentido de que a materialização da

---

<sup>44</sup> O território é uma construção social que implica em disputa, conflitos, relações de poder, ou seja, espaço em disputa. Essa é nossa concepção de território assumida neste trabalho. Para maiores informações sobre esse

reprodução social da escala geográfica é marcada por relações de poder, conflitos sociais e econômicos em escala territorial (SMITH, 2002, p.140-142). Um importante instrumento de análise desse fenômeno é a formulação de Oliveira A.U. (2016, p.233) sobre a monopolização do território, isto é, quando empresas que atuam como *players* nos mercados futuros, mantém o monopólio territorial da produção por meio do controle da circulação de mercadorias, sem sequer produzir no campo (sem precisar territorializar o monopólio).

No agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA verificamos a monopolização do território por meio dos grandes grupos que investem em ações nas bolsas de mercados futuros (como por exemplo, as *tradings* e especuladores), pois eles não produzem no campo, mas subordinam os cafeicultores do Planalto (camponeses e capitalistas produtores do campo) pelo controle da circulação dessa mercadoria, regulando o preço dessa *commodity*, acirrando a concorrência capitalista, ditando o ritmo da produção a tempo futuro, exigindo cada vez mais o aumento da produção e produtividade e intensificando a exploração do trabalho nas lavouras de café.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o agronegócio do café em Vitória da Conquista/BA é entendido por meio de uma geografia da acumulação capitalista, no sentido de que a produção capitalista do espaço – em todo seu processo de produção-distribuição-circulação-consumo – fica subordinada às determinações da lógica especulativa do capital fictício que dita o ritmo da produção a tempos futuros.

Nesse sentido, é oportuno enfatizar que essa forma de acumulação fictícia de capital na contemporaneidade, aprofunda a contradição entre valor/valor de uso, pois a lógica especulativa do capital fictício contamina todas as outras formas autonomizadas de capital com as quais ele se relaciona e, assim, o próprio capital produtivo subordinado a essa lógica, passa a operar cada vez mais de modo especulativo e, conseqüentemente, o capital fictício se apropria do valor-excedente e o exige em magnitude cada vez maior. E, enquanto isso, a superexploração do trabalho funciona como financiamento de parte do lucro especulativo, a base produtiva fica cada vez mais refém da acumulação fictícia de capital, que cresce incontrolavelmente, aprofundando a crise do capital e, desse modo, sendo a tragédia do nosso tempo (CARCANHOLO; NAKATANI 2015, p.54-57).

---

conceito, verificar em: PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas que seguem a guisa de considerações finais foram formuladas no propósito de fazer um apanhado analítico geral dos principais resultados obtidos e apresentados nesta dissertação e, portanto, comentar acerca de algumas implicações do agronegócio do café enquanto um modelo de agricultura capitalista mundializada dos nossos tempos.

O processo de formação do agronegócio do café em Vitória da Conquista-BA enquanto uma agricultura capitalista (1960-1990) esteve inscrito na geografia histórica de um capitalismo que buscava ajustar-se espacialmente para corrigir a crise-acumulação sistêmica do capital. O problema é que o ajuste espacial na figura da expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, em função de um modelo agroexportador de *commodities*, resultou concretamente na extensão geográfica das contradições sistêmicas do capital. Nesses termos, a análise desse fenômeno no agronegócio do café nos permite afirmar que a crise do capital tornou-se mais aguda e ganhou dimensões planetárias.

A mundialização do capital intercambiado a extensão das práticas neoliberais nos anos de 1990, compõem o agronegócio do café enquanto modelo de agricultura capitalista mundializada dominada pela égide das finanças. A produção-comercialização dessa *commodity* em Vitória da Conquista destinada para o mercado externo, a regulação do seu preço pela Bolsa de Valores de Nova Iorque, como também, o controle desse mercado em escala global por grupos multinacionais – que atuam como especuladores no mercado de futuros –, são um dos pilares desse modelo de agricultura capitalista.

Os mecanismos espaciais da produção-comercialização do café em Vitória da Conquista diante do mercado mundial dessa *commodity* expressam, concretamente, a reprodução do capital por meio da circulação espaço-temporal entre sua produção e realização. Nesse sentido, a organização capitalista do espaço opera em função da anulação do espaço pelo tempo, reduzindo assim, o tempo de circulação do capital entre sua produção-realização.

Dito de outro modo, podemos assinalar que a racionalidade dessa produção capitalista do espaço, diante do mercado mundial dessa *commodity*, atua no propósito de diminuir o tempo de fluxo do capital entre o espaço de produção do café no Planalto da Conquista até chegar ao destino final do produto no mercado externo/interno e, para isso, conta com uma logística de transporte, comunicação, armazenagem dos grãos, portos de

exportação, redes de supermercados, cafeterias, no sentido de adiantar a realização de mais-valia real comprimindo o espaço pelo tempo.

Nesse horizonte, desvelamos uma geografia da acumulação capitalista em que o agronegócio do café na localidade estudada está sob o domínio da lógica especulativa do capital fictício, pois, sob a forma de mercados futuros, esse tipo de capital assumiu o protagonismo nesse setor e subordinou o mercado físico dessa *commodity* às determinações das finanças.

Verificamos nesta investigação, os seguintes efeitos dessa lógica de acumulação fictícia: a produção capitalista do espaço no agronegócio do café ficou subordinada às determinações da lógica especulativa do capital fictício, ditando o ritmo dessa produção espacial a tempos futuros e, nesse sentido, intensificou a concorrência capitalista, acirrou a corrida pelo aumento da produção e produtividade com aumento do número de máquinas e demais inovações tecnológicas implantadas nos cafezais e, conseqüentemente, tornou ainda mais agudo o fenômeno do desemprego estrutural (tendo em vista que muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas).

Com isso, houve o aprofundamento da superexploração do trabalho nas fazendas de café, pois, diante dessa lógica, esses homens e mulheres foram condicionados a competirem com as máquinas, isto é, tiveram que aumentar sua produtividade laboral para não serem substituídos pelas máquinas e, desse modo, assegurarem seu emprego.

Identificamos ainda que essa subordinação da produção capitalista do espaço no agronegócio do café em Conquista sob os domínios da lógica especulativa do capital fictício implica, também, na subordinação dos agentes e/ou sujeitos locais – cafeicultores, corretores do mercado físico, indústria de torrefação e moagem local, o consumidor final do café – as determinações dessa forma de acumulação fictícia.

Nesses termos, reafirmamos que a geografia dessa acumulação capitalista no agronegócio do café em Conquista é sintetizada pela subordinação espacial dos processos de produção-distribuição-circulação-consumo aos desígnios especulativos da reprodução fictícia de capital diante do mercado mundial dessa *commodity*.

Entender essa dinâmica da reprodução fictícia de capital nos permitiu, também, identificar uma crise do capital que se aprofunda ainda mais diante dessa forma dominante de acumulação, pois, os contratos de café negociados nos mercados futuros são cafés fictícios, ou seja, ativos financeiros que correspondem pela venda de um direito de apropriação futura de



determinado valor que nem sequer ainda existe (e que pode nunca existir), e por isso, se reproduz de forma cada vez mais autônoma e fictícia. Esse fenômeno gera uma enorme bolha especulativa, tendo em vista que a quantidade de títulos de café negociada ficou maior que a quantidade real de café produzida.

Criou-se, assim, um círculo vicioso de especulação em que os contratos futuros de café negociados, operam como um adiantamento da valorização do valor e, nesse sentido, funcionam como um sistema de crédito – café enquanto ativo financeiro negociado nos mercados futuros – e débito – a quantidade real de café produzida no mercado físico – em que a dívida tende a aumentar incontrolavelmente. Em outras palavras, o café produzido hoje e o café que pode vir a ser produzido, é dívida.

Diante disso, as formulações em Frederico (2014) foram de suma importância para verificamos um complexo jogo de escalas desiguais, marcado, dentre outras coisas, pelo controle das torrefadoras e *tradings* no circuito espacial produtivo do café e enfraquecimento da escala geográfica de ação dos cafeicultores, em especial, os camponeses, uma vez que, esses sujeitos subordinados aos imperativos dos mercados futuros dessa *commodity*, estão limitados à escala geográfica de ação local, pela venda de café aos corretores do mercado físico. Se antes, boa parte dos camponeses estavam historicamente subordinados aos tradicionais atravessadores, hoje somasse a subordinação geral da agiotagem institucionalizada nos mercados de futuros<sup>45</sup>.

Nessa perspectiva, o agronegócio enquanto um modelo de agricultura capitalista mundializada coloca em evidência a problemática da produção de alimentos em forma de *commodities*, pois, não está preocupado em satisfazer as necessidades de alimentação da humanidade. O que realmente interessa para essa agricultura de negócio, em escala mundial, é satisfazer as necessidades de acumulação do capital que se reproduz de forma cada vez mais autônoma e fictícia, aprofundando as contradições entre valor/valor de uso e, portanto, intensificando a própria crise do capital.

O avanço das práticas neoliberais no agronegócio do café permitiu identificar a substituição do controle das políticas de segurança alimentar, antes sob o comando do Estado, para a gerência dos grandes grupos mundiais e do capital financeiro internacional, que se tornaram responsáveis pela regulação do estoque e dos preços dessa *commodity*. Desse modo,

---

<sup>45</sup>Nesse circuito espacial produtivo que envolve a produção-distribuição-circulação-consumo, esses sujeitos estão bem distantes do consumidor, o que significa que, aumenta o número de intermediários entre eles e, conseqüentemente, recebem menores preços pelo café (FREDERICO, 2014).

a segurança alimentar ficou sob o domínio das finanças, o que significa dizer, por exemplo, que o estoque de alimentos, nessa lógica, não está preocupado em suprir a fome da população mundial, pois, o que interessa é manter estoques para fins de especulação no mercado mundial.

Nesse terreno emerge a necessidade de pensarmos em defesa da soberania alimentar como prática política da agricultura familiar camponesa em contraposição a esse modelo de agricultura de negócio produtora de *commodities* e a serviço das finanças. Nesse caminho, ancoramo-nos nas formulações de Paulino; Almeida (2010), para afirmar que um ponto essencial desse debate é diferenciar a produção de comida para a produção de *commodities*. Para essas autoras, a produção de comida é o elemento central da sociabilidade da agricultura familiar camponesa destinado para satisfação das necessidades da família, por outro lado, o agronegócio transforma a produção de alimentos em *commodities* e, nesses termos, o elemento central de sua sociabilidade é a valorização do capital em tempos neoliberais de um capitalismo mundializado e sob o comando das finanças. Podemos dizer e, sobretudo, contestar, passar a lutar contra, um trágico momento de *commoditização da alimentação*.

Assumimos nossa postura em defesa da soberania alimentar, enquanto uma prática de política campesina internacional, que propõe a produção de comida saudável para satisfação das necessidades humanas, sem uso (ou com baixo uso) de agrotóxicos, com utilização de práticas que permitam o equilíbrio da natureza e visem o manejo solidário dos sistemas alimentares e reconheçam a terra, água, ar e sementes como elementos de pertencimento e da herança cultural da humanidade (RAMOS FILHO, 2017). E, por esse motivo, o modelo de agricultura camponesa aponta como alternativa viável de sociabilidade no quesito de produção de comida em escala global.

Diante disso, não poderíamos deixar de registrar que o desfecho desta dissertação acontece em meio a um golpe político que rompeu com a democracia brasileira. Mitidiero (2017) chamou o fatídico acontecimento de “*golpe político/parlamentar/jurídico/midiático*”, já que essa coalizão de forças foi responsável por imputar, em 2016, à Presidenta da República Dilma Rossel, eleita democraticamente pelo povo com mais de 54 milhões de votos. A análise de conjectura desse golpe, ainda em curso, permite-nos assinalar um verdadeiro ataque aos direitos dos homens e mulheres que vivem/trabalham no campo e/ou na cidade, em nome de uma agenda neoliberal a serviço do capital financeiro. A estrangeirização de terras, a tentativa de flexibilização do conceito de trabalho escravo contemporâneo, o

aumento das disputas de luta pela terra e o apoio desmedido ao modelo agronegócio exportador de *commodities*, apontam para dias difíceis no campo e de muitas lutas/resistências. E, portanto, somente com a retomada da democracia por meio da força popular organizada, poderemos reconquistar direitos perdidos nesse golpe e, também, construir um projeto nacional de democratização da produção e distribuição de alimentos, baseado na produção de comida sob os princípios da agricultura familiar camponesa.

## REFERÊNCIAS

- BARICELO, Luis Gustavo; BACHA, Carlos José Caetano. **Oferta e demanda de máquinas agrícolas no Brasil**. Revista Política Agrícola, ano XXII – nº4 – Out./Nov./Dez.2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/98036/1/Oferta-e-demanda-de-maquinas-agricolas-no-Brasil.pdf>
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. Editora Unesp, São Paulo, 2013.
- CARCANHOLO, M. D.; PASCHOA, J. P. P. Crise Alimentar e Financeira: A lógica especulativa atual do capital fictício (2010). In: Gambina, J. C. (Org.) **La Crisis Capitalista y sus Alternativas: una mirada desde América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Clacso Libros, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/5456679/CRISE\\_ALIMENTAR\\_E\\_FINANCEIRA\\_A\\_L%C3%93GICA\\_ESPECULATIVA\\_ATUAL\\_DO\\_CAPITAL\\_FICT%C3%8DCIO](https://www.academia.edu/5456679/CRISE_ALIMENTAR_E_FINANCEIRA_A_L%C3%93GICA_ESPECULATIVA_ATUAL_DO_CAPITAL_FICT%C3%8DCIO)
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. In: **Aurora**, ano IV número 6, Agosto de 2010. ISSN: 19828004. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. Capitalismo Especulativo e Alternativas para a América Latina. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.89-125.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.31-61.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Capital Fictício e Lucros Fictícios. In: **Especulação e Lucros Fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea**. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.125-161.
- DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DI LAURO, Aluztane. **Análise do uso e ocupação da terra em Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto: estudo das transformações socioambientais a partir da implantação da lavoura cafeeira (1970 a 2008)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2011.

DUTRA JÚNIOR, WagnerValter. **A Geografia da Acumulação – Território do Trabalho (Abstrato) e da Riqueza (Abstrata):** a espacialização da irracionalidade substantiva do capital. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). São Cristóvão/SE, Novembro de 2010.

DUTRA NETO. Claudionor. **Café e Desenvolvimento Sustentável:** Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista. 1ª edição, Vitória da Conquista, Bahia, 2004.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura:** A Região de Ribeirão Preto/SP. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FREDERICO, Samuel. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura.** Boletim Campineiro de Geografia, v.3, n.1, 2013. p.97-116.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo das escalas. **Mercator**, Fortaleza, v.13, n.1, p.37-48, jan.-abr.de 2014. ISSN 1984-2201. Disponível em: [www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1037/527](http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1037/527). Acesso em 08/11/2017.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosp-Espaço e Tempo** (Online),v.21, n.1, p.73-101, abril 2017.ISSN 2179-0892.

GOMES, HELDER. Introdução. In: **Especulação e Lucros Fictícios:** Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.13-31.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política. 2ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Breve Historia Del Neoliberalismo.** Akal, 2007.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução: João Alexandre Peschanski. Boitempo Editoria, São Paulo, SP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** Editorial Boitempo, 2013.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus. **Revista Krisis**, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Os últimos combates.** Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A desvalorização do valor. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz199.htm> , acesso em outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Dinheiro sem valor:** linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Tradução: Lumir Nahodil. Lisboa-Portugal, 1ª ed. Editora Antígona, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **A Geografia do Café:** dinâmica territorial da produção agropecuária. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99002.pdf>

JÚNIOR, Isaias Matos de Santana. **A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). Salvador/BA, 2012.

LEBRÃO, Jemeffer Souza. **As mulheres do café em Vitória da Conquista:** dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2016.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Produção do Espaço:** Elementos Históricos que Contribuíram pra a Produção Espacial da Cidade de Vitória da Conquista - Bahia. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, Espírito Santo, 2014. ANAIS DO VII CBG- ISBN:978-85-98539-04-01.

LENINE, Vladimir Ilicht. **Imperialismo fase superior do capitalismo.** In: Germinal Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v.4, n.1, 144-224, jun.2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9412/6850>

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LUXEMBURGO, ROSA. **A acumulação do capital:** estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTUSCELLI, Enrico Danilo. **Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil.** Editora CRV, Curitiba-Paraná, Brasil, 2015.

MARX, KARL, FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, KARL. **O Capital:** crítica da Economia Política. Volume I, Livro primeiro. O processo de produção do capital, Tomo 1. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob

Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da Economia Política. Volume I, Livro III. O processo global da produção capitalista, Tomo 1. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013. Edição e-book.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução e introdução: Florestan Fernandes. 2ª ed., Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MENEZES, Sócrates de Oliveira. **De “supérfluos” à sujeitos históricos na contramão do capital:** a Geografia do (des)trabalho. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, SE, 2007.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheiras, Sérgio Lessa. 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2002.

MITIDIERO JR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical. Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão da Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** Curitiba: CRV Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: **Questão Agrária e Conflitos Territoriais.** Eraldo da Silva Ramos Filho; Marco Antonio Mitidiero Junior, Laiany Rose Souza Santos (Orgs.). 1ª edição, Outras Expressões, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe.** In; Boletim Dataluta, n.114 – Artigo do mês: junho de 2017. ISSN 2177-4463.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. 2ª ed., Hucitec, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Revista Geosp – Espaço e Tempo (ONLINE)**, v.19, n.2, p.229 a 245, ago.2015. ISSN 2179-0892.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira – transformações recentes. In: **Geografia do Brasil.** Org. ROSS, J.L. São Paulo: Edusp, 2008. p.466-535.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e modernidade:** o agronegócio e as transformações no campo. Texto para discussão em reunião da CPT nacional. Goiânia, 22/10/2003.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira.** Iãnde Editorial, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** Labor Edições, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Ana Letícia de. **Complexos Agroindustriais e ações na organização sócio-espacial:** uma análise em geografia rural. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território:** a questão camponesa no capitalismo. 1ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2010.

PAULANI, Maria Leda. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Economia**, 2011, vol. 12 (1), p. 49-70.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6315869.pdf> Acesso em agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Não há saída sem a reversão da financeirização.** Estud. av. vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132414/128548>. Acesso em agosto de 2017.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDOÇA, Maria Luisa. O etanol e a reprodução do capital em crise. In: **Revista USP: Agrária.** São Paulo, n 13, 2010. p.4-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45568>

\_\_\_\_\_. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista:** do Próálcool a crise de 2008. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Modernização Retardatária e Agroindústria Sucroalcooleira Paulista:** o Próálcool como reprodução fictícia de capital em crise. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **O capital financeiro e a especulação com terras.** In: Mural Internacional, v.5, n.1, 2014.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O campesinato entre a segurança alimentar e a soberania alimentar. In: **Estado, Políticas Públicas e Território.** Eraldo da Silva Ramos Filho; Mirlei Fachini Vicente Pereira, Josefa de Lisboa Santos, Geisa Daise Gumiero Cleps e Vanilza da Costa Andrade (Orgs.). 1ª edição, Outras Expressões, São Paulo, 2015.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista-Bahia.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2016.



SANTOS, Alexandre de Jesus; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. **A “avenida da integração” e a luta de classes em Vitória da Conquista.** VIII Colóquio do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista/BA, 2009. ISSN:2175-5493 Disponível em:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3519/3214>

SANTOS, Milena. **Estado, Política e Controle do Capital.** 1ª ed. –Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, Maíra Ferraz de Oliveira. **Caracterização de Sistema de Produção Agrários: uma análise da produção de café no Planalto da Conquista.** Monografia de Especialização do curso de Pós-Graduação *Latu sensu* Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista/BA, 2013.

SOARES, VENOZINA DE OLIVEIRA. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia:** Transformações e contradições no espaço agrário. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, 2011.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro:** Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS –NPGeo, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Geografia, diferencia y las políticas de escala. Tradução: María Franco García. In: **Geografia Movimentos Sociais e Teoria.** Revista Terra Livre, ano 18 v. 2, número 19, São Paulo, 2002. p. 127-146.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos sociais, econômicos e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS, v.2 – nº2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>

#### **Sites consultados:**

ABIC. **Histórico.** Disponível em:

<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10> . Acesso em Outubro de 2016.

AINVIC. **Associados/alimentos.** Disponível em:

<http://ainvic.com.br/?sessao=associados&nome=Nome&cat=7#ref> Acesso em fevereiro de 2017.

CAFÉ POINT. **Cenário e tendências do mercado mundial de café.** Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/blogs/espaco-aberto/cenario-e-tendencias-do-mercado-mundial-de-cafe-31593n.aspx>. Acesso em Agosto de 2016.

CAFEPONTIN. **Influências no preço do café.** Postado em 29/12/2015. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/blogs/espaco-aberto/influencias-no-preco-do-cafe-98286n.aspx>

CECAFE. **Conheça o CECAFE: Histórico.** Disponível em <http://www.cecafe.com.br/conheca-o-cecafe/historico/> Acesso em Agosto de 2016.

CENTRAL DO CAMPO. **Influências no preço do café.** Disponível em: <http://centralcampo.com.br/influencias-no-preco-do-cafe/#.Wk0q3dKnHIU>. Acesso em Janeiro de 2017.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de café.** v.3. Safra 2016. Quarto Levantamento/Dezembro de 2016. Publicado em Dezembro de 2016. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16\\_12\\_27\\_16\\_26\\_51\\_boletim\\_cafe\\_po rtugues\\_-\\_4o\\_lev\\_-\\_dez.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_12_27_16_26_51_boletim_cafe_po rtugues_-_4o_lev_-_dez.pdf) Acesso em Janeiro de 2017.

CONAB. **Série histórica do café arábica.**

Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=produto>. Acesso em novembro de 2017.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. **APRESENTAÇÃO DO CONSÓRCIO.** Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/apresentacao> Acesso em Setembro de 2016.

BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA DE CAFÉ. **Relatório Internacional de Tendências do café;** v. 5, n. 6, julho de 2016. Disponível em: [http://www.consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes\\_tecnicas/Relatorio\\_v5\\_n\\_06.pdf](http://www.consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Relatorio_v5_n_06.pdf). Acesso em Novembro de 2017.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. 1-Secretaria de Política Agrícola – SPA (MAPA) – Informe Estatístico Mensal – Informa Estatístico do Café – Dezembro de 2016. In: **Estatísticas, Exportações e Cotações.** Publicado em 12/2016. Disponível em: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/420-aprespdfviiiispcb> Acesso em Fevereiro de 2017.

CEPEA/ESALQ. **AGROMENSAL DO CAFÉ.** Acesso em Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/categoria/agromensal.aspx?mes=5&ano=2017>

EMBRAPACAFÉ. **A Unidade:** apresentação. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/cafe/apresentacao> Acesso em Setembro de 2016.

EDUCACAO PUBLICA RJ. **Café e o surgimento do mercado de *commodities* no século XIX.** Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0109.html> . Acesso em Novembro de 2017.

ESALQ. **CAFEICULTURA.** Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va12-reportagem.pdf>. Acesso em Agosto de 2017.

EPTV. **Conheça a profissão do corretor de café.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H7RQygKonJU>. Acesso em abril de 2017.

G1/GLOBO. **Cafeicultores fazem protesto contra a importação do café conilon em**

**Caocal.** Editado por Rogério Aderbal. Publicado em 21/02/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2017/02/cafeicultores-fazem-protesto-contraintportacao-do-cafe-conilon-em-cacoal.html>

G1/GLOBO. **Presidente do CCCMG aprova suspensão de importação de café.** Publicado em 22/02/2017. Disponível em:

<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2017/02/presidente-do-cccmg-aprova-suspensao-de-importacao-de-cafe.html>

G1/GLOBO.COM. **Arábica x Conilon: entenda as diferenças na produção e no consumo do café.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/grao-sagrado/noticia/arabica-x-conilon-as-diferencas-na-producao-e-no-consumo-do-cafe.ghtml>. Reportagem do dia 24 de abril de 2017. Acesso em maio de 2017.

G1/GLOBO.COM. **Mistura de cafés especiais atíça paladar e atrai visitantes na Expocafé.** Disponível em:

<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/expocafe/2015/noticia/2015/07/degustacao-com-blends-especiais-agucam-o-paladar-em-feira-do-cafe.html>. Reportagem do dia 2 de maio de 2015. Acesso Março de 2017.

MAPA. **Fundo de defesa da economia cafeeira (FUNCAFE):** relatório de atividades do FUNCAFE, 2014. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/RelatoriodeAtividadesdoFuncafe2014.pdf>

MAPA. **Fundo de defesa da economia cafeeira (FUNCAFE):** relatório de atividades do FUNCAFE, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/RelatoriodeAtividadesdoFuncafe2014.pdf>

MUNDO MARCAS. **Kraft Foods.** Publicado em 20/06/2006. Disponível em:

<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/06/kraft-foods-uma-gigante-americana.html>

NESTLÉ. **Nestlé no mundo:** história. Disponível em:

<http://corporativo.nestle.com.br/aboutus/history#tab-tab> Acesso em Fevereiro de 2017.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **COMMODITIES**. Publicado em 27/01/2010. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/educacional/mercado-futuro/44200-commodities.html#.WOJQFyFAHIV> Acesso em 18 de Junho de 2016.

OPERAMUNDI. **Dez empresas são donas de quase tudo que você consome, saiba quais são**. 31 de Março de 2017. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/46814/dez+empresas+sao+donas+de+quase+tudo+o+que+voce+consome+saiba+quais+sao.shtml> . Acesso em 31 de Março de 2017.

OPEREFUTUROS. **Especificações de contratos**. Disponível em: <http://www.operefuturos.com.br/contratos-futuros-internacionais/especificacoes-de-contratos/cafе-financieiro-nymex-em-nova-iorque/#.Wg2A3tKnHIU>. Acesso em novembro de 2017.

PLANALTO/GOV. **Estruturação do Fundo de defesa da economia cafeeira- FUNCAFÉ**. Presidente da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 94.874. de 15 de Setembro de 1987. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D94874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm)

PLANALTO/GOV. **Estruturação do Fundo de defesa da economia cafeeira- FUNCAFÉ**. Presidente da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 94.874. de 15 de Setembro de 1987. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D94874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/cronologia> Acesso em Março de 2017.

REVISTA CAFEICULTURA. **Brasil foi maior produtor e exportador de café do mundo no último ano safra**. Publicado em 21/07/2016. Disponível em <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=62208> Acesso em 20 de Agosto de 2016.

REVISTA CAFEICULTURA. **Café: Enquanto o Brasil produz, a Alemanha fatura**. Publicado em 08/02/2010. Disponível em <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=30741> Acesso em 01 de Setembro de 2016.

REVISTA CAFEICULTURA. **CAFÉ SEUS TIPOS E SUAS BEBIDAS**. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=30397>. Acesso em Dezembro de 2017.

SEAGRI/BA. **Diagnósticos e Propostas para a Cadeia Produtiva do café da Bahia**. Salvador/BA, 2011. Disponível em: [http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/Diagnostico\\_e\\_propostas\\_cafе\\_da\\_Bahia.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/Diagnostico_e_propostas_cafе_da_Bahia.pdf) Acesso em dezembro de 2016.

UNICAFÉ. **HOME**. Disponível em: <http://www.unicafe.com.br/pt-br/> acesso em Fevereiro de 2017.